



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
CULTURA

**A BAÍA DE GUANABARA SOB UM OLHAR
COMUNICACIONAL: IMAGINÁRIO E NARRATIVAS
JORNALÍSTICAS DE 1940 A 2018**

MICHEL MISSE FILHO

RIO DE JANEIRO

2020

Michel Misse Filho

**A BAÍA DE GUANABARA SOB UM OLHAR
COMUNICACIONAL: IMAGINÁRIO E NARRATIVAS
JORNALÍSTICAS DE 1940 A 2018**

Dissertação ao Programa de Pós-Graduação em
Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação
da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito para obtenção do título de Mestre em
Comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Paiva de Araujo Soares

RIO DE JANEIRO

2020

CIP - Catalogação na Publicação

MM678b Misse Filho, Michel
A Baía de Guanabara sob um olhar comunicacional:
imaginário e narrativas jornalísticas de 1940 a 2018
/ Michel Misse Filho. -- Rio de Janeiro, 2020.
171 f.

Orientadora: Raquel Paiva de Araujo Soares.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Programa de
Pós-Graduação em Comunicação, 2020.

1. Baía de Guanabara. 2. Jornalismo Ambiental. 3.
Imaginário. 4. Narrativa. 5. Comunicação. I. Paiva
de Araujo Soares, Raquel, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

AGRADECIMENTOS

Aos meus amados pais, dignos do melhor abraço e dos mais sinceros agradecimentos. Além do eterno carinho, destaco a sempre profícua interlocução e as conversas que, inclusive, semearam e regaram muito do que está escrito neste trabalho. Mais do que mãe e pai, agradeço-os também na condição de meus melhores amigos.

Aos meus queridos irmãos, André e Daniel, pelo amor de sempre, as risadas e os bons momentos de nossa grande família. A gratidão também se estende, é claro, à Joana, pelos conselhos precisos, sabedoria e carinho.

À Luiza, pelo companheirismo, união, amor, e paciência. Sem ela, todo este processo seria muito mais difícil, sem graça e, sobretudo, cinzento.

À Raquel, minha querida orientadora também na graduação, e que topou seguir nesta empreitada pela baía mais uma vez.

Por fim, agradeço aos colegas de pós-graduação na ECO e aos professores deste curso incrível. Também a todos os meus amigos, companheiros de lutas, sonhos, conversas, porres, praias e sambas. Das noitadas por Copacabana às nossas históricas rodas do Sambachaça, guardo no fundo do peito os ensinamentos do caminho e a motivação necessária para seguir em frente.

*Como é linda a nossa Guanabara
Joia rara, que beleza
Quando o nosso céu está todo azul
Anoitece, o céu se resplandece
Em seu bordado de estrelas
Vê-se o Cruzeiro do Sul*

*Pão de Açúcar, poderoso
Fiel companheiro da nossa baía
Vigilante, não dorme um só instante
Guardando as riquezas
Que a natureza cria*

(Linda Guanabara – Paulo da Portela)



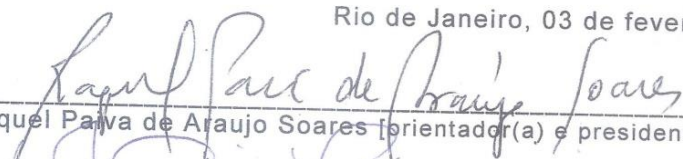
**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
APRESENTADA POR MICHEL MISSE FILHO NA ESCOLA DE
COMUNICAÇÃO DA UFRJ**

Aos três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, às quinze horas, na sala 142 da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi apresentada a dissertação de mestrado de Michel Misse Filho, intitulada: "**A Baía da Guanabara sob um olhar comunicacional: imaginário e narrativas jornalísticas de 1940 a 2018**" perante a banca examinadora composta por: Raquel Paiva de Araujo Soares [orientador(a) e presidente], Muniz Sodré de Araujo Cabral e Ricardo Ferreira Freitas. Tendo o(a) candidato(a) respondido a contento todas as perguntas, foi sua dissertação:

aprovada reprovada aprovada mediante alterações

E, para constar, eu, Thiago Couto, lavrei a presente ata, que segue por mim datada e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo(a) candidato(a) ao título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 2020


Raquel Paiva de Araujo Soares [orientador(a) e presidente]


Muniz Sodré de Araujo Cabral [examinador(a)]


Ricardo Ferreira Freitas [examinador(a)]


Michel Misse Filho [candidato(a)]

RESUMO

Com o objetivo de olhar a Baía de Guanabara sob uma perspectiva comunicacional, este trabalho compreende, primeiramente, a fomentação de imaginários através de narrativas que trataram da baía no jornal *O Globo*, entre os anos de 1940 a 2018. Desde a época em que a poluição não era assunto de interesse público, até a consolidação da baía como pauta relevante do jornalismo ambiental carioca e brasileiro, passamos por personagens de uma história de exaltações, nostalgias, indignação, esperanças e desilusão com as condições socioambientais de um dos maiores símbolos do país. Recusando um olhar que separe assuntos ambientais e sociais, buscamos adentrar na relação do homem com a natureza a fim de abarcar a história de movimentos ambientalistas e do fazer jornalístico ambiental. Podemos, a partir daí, projetar a possibilidade de compreender a Baía de Guanabara como um lugar do “comum”, isto é, para além de assuntos estritamente ambientais ou relativos às obras de saneamento, usuais nas centenas de matérias que abordaram o tema ao longo das décadas. Essa concepção comunicacional e interdisciplinar nos leva a abarcar a baía de forma vascularizada, integrada ao tecido social da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em suas diversas dimensões.

Palavras-chave: Baía de Guanabara; Jornalismo Ambiental; Imaginário; Narrativa; Comunicação

ABSTRACT

With the objective of looking at the Guanabara Bay as a journalistic perspective, this work firstly comprises the promotion of imaginary through narratives that mentioned the bay in the newspaper *O Globo*, between 1940 and 2018. Since the time when pollution was not a matter of public interest, until the consolidation of the bay as a relevant issue of environmental journalism in Rio and Brazil, we passed by characters from a history of exaltations, nostalgia, indignation, hopes and disillusionment with the socio-environmental conditions of one of the greatest symbols of the country . Refusing a perspective that separates environmental and social issues, we seek to explore the relationship between man and nature in order to encompass the history of environmental movements and environmental journalistic work. We can, from there, project the possibility of understanding the Guanabara Bay as a place of the “common”, in addition to strictly environmental matters or related to sanitation works, portrayed in the hundreds of articles that reported the theme throughout the decades. This interdisciplinary conception leads us to embrace the bay in a vascularized way, integrated with the social mesh of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro in its various dimensions.

Keywords: Guanabara Bay; environmental journalism; imaginary; narrative; communication

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: A Baía de Guanabara e seu entorno	11
Figura 2: <i>St. Sebastien</i> , de François Froger.	13
Figura 3: <i>Pesca da baleia na Baía de Guanabara</i> , de Leandro Joaquim	15
Figura 4: O contorno da baía em 1500, entre Copacabana e Galeão	27
Figura 5: Matéria exaltando belezas do Rio além da Baía de Guanabara.	29
Figura 6: Primeira matéria que cita a poluição na Baía de Guanabara.	35
Figura 7: O verão de 1970 e a primeira grande reportagem sobre poluição nas praias cariocas, com resultados dos testes de laboratório.	46
Figura 8: Reportagem construída com novas narrativas, e a noção de perigo associada à poluição das praias.	47
Figura 9: Primeiro “especial” jornalístico sobre a Baía de Guanabara	58
Figura 10: Segunda matéria do primeiro “especial” jornalístico sobre a baía	59
Figura 11: Matéria de página inteira e a narrativa da resistência ambiental mesmo em meio à poluição. O passado de relatos elogiosos também é mencionado	67
Figura 12: Primeira e única matéria que, ilustrativamente, se imagina uma baía limpa. <i>Jornal de Bairro</i> .	73
Figura 13: Fotografia de Domingos Peixoto que rodou o mundo. Mergulhão agoniza com óleo na Praia de Mauá, em Magé.	76
Figura 14: Matéria anuncia a chegada do óleo aos manguezais do fundo da baía.	76
Figura 15: Chamada na capa do jornal mostra assoreamento da baía.	85
Figura 16: A primeira matéria da série reconstitui a linha do tempo das obras	98
Figura 17: A Baía de Guanabara e suas ilhas como rota do tráfico de drogas e armas	105
Figura 18: Mapa do IVS focado na Bacia Hidrográfica da baía e a costa oceânica	147
Figura 19: Mapa Racial mostra maior concentração de negros ao fundo da baía	148
Gráfico 1: “Poluição” e “Baía de Guanabara” na mesma matéria, de 1940 a 2000	5
Gráfico 2: “Poluição” e “Baía de Guanabara” na mesma matéria entre 1965 e 1972	8
Gráfico 3: “Poluição” e “Baía de Guanabara” na mesma matéria, de 1956 a 1972	33
Gráfico 4: Percentual de matérias sobre poluição entre as que citam a baía, de 1957 a 1972	34
Gráfico 5: “Baía de Guanabara” e “poluição” na mesma matéria, 1972 a 1999	52
Gráfico 6: Temas nas grandes matérias em que a baía é pauta principal	77
Gráfico 7: “Baía de Guanabara” e “poluição” na mesma matéria, de 2000 a 2018	79

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. A BAÍA DE GUANABARA NAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS	12
2.1 A baía de 1940 a 1957: papel de centralidade e poluição fora de pauta	22
2.2 A convivência do referencial idílico com a poluição: de 1957 a 1971	33
2.3 A poluição intrínseca às narrativas: 1972-1999	50
2.4 Desastre, oportunidade olímpica e desilusão: a baía no século XXI	75
3. NATUREZA, HOMEM E JORNALISMO AMBIENTAL: HISTÓRIA, TEORIAS E PRÁTICAS	107
3.1 Movimentos ambientalistas e jornalismo ambiental	111
3.2 Entrevistas: meio ambiente, jornalismo e Baía de Guanabara	121
4. IMAGINAR A BAÍA DE GUANABARA SOB UMA PERSPECTIVA COMUNICACIONAL	131
4.1 A trajetória do(s) imaginário(s)	133
4.2 A baía e o campo ambiental sob uma perspectiva comunicacional	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	15

1. INTRODUÇÃO

Porta de entrada física e simbólica do Rio de Janeiro para o mundo – região que compreende o porto, aeroportos e, ao mesmo tempo, histórico cartão postal do país-, a Baía de Guanabara é um ambiente que instiga a imaginação. É possível, em um passeio pela Urca, imaginar as caravelas portuguesas adentrando sua barra, a fim de expulsar os “invasores” franceses e fundar a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, junto ao morro Cara de Cão. O massacre dos índios tamoios que habitavam a região pode ser igualmente lembrado nesta viagem temporal. Outro massacre, desta vez ambiental, também vem à memória: a pesca de baleias, abundantes durante os meses de inverno, representou importante atividade entre os séculos XVII e XIX, e culminou no desaparecimento do mamífero na região. Imaginar a baía é também, mais recentemente, revolver as lembranças de uma “outra” baía, na nostalgia das centenas de botos-cinza em volta das barcas de Niterói; é se desiludir com obras de saneamento não realizadas; e é ainda assim projetar uma baía de águas límpidas para um futuro quase quimérico.

Do ponto de vista paisagístico, tentamos conceber o esplendor com que a Guanabara se descortinava para os estrangeiros que a visitavam. Muitos relatos são conhecidos, como os elogios feitos pelo escritor Herman Melville, que a chamou de “a baía de todos os deleites – baía de todas as belezas”¹, ou a exaltação de Charles Darwin ao afirmar que a baía “excede em sua magnificência tudo aquilo que os europeus viram em suas terras nativas”². O pensador francês Auguste de Saint-Hillaire, por sua vez, indagou em forma de desafio: “Quem seria capaz de descrever as belezas que apresenta a baía do Rio de Janeiro [...], esse porto que poderia conter todos os navios da Europa?”³. No século seguinte, o antropólogo Lévi-Strauss foi uma exceção dentre as descrições elogiosas: comparou-a a uma boca banguela, talvez em referência aos morros que a costeiam, espaçados e pouco simétricos entre si.

Verdade ou mentira, diz a lenda que o famoso compositor americano Cole Porter teria se inspirado nas luzes da Guanabara para compor “It’s De-Lovely”, mas o fato

¹ Trecho do livro “White Jacket”. Disponível em: <https://americanliterature.com/author/herman-melville/book/white-jacket/chapter-l-the-bay-of-all-beauties>

² Referência no livro “Insight Guides: Brazil” do canal Discovery Channel. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=I7gTAQAIAAJ&q=Guanabara+Bay+exceeds+in+its+magnificence%E2%80%9D&dq=Guanabara+Bay+exceeds+in+its+magnificence%E2%80%9D&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwje78Sd8KvmAhV0F7kGHfAaDp0Q6AEIPzAC>

³ Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/rio-cidade-paisagem/baia-de-guanabara/>

mesmo é que Tom Jobim a fez rodar pelos toca-discos de vinis de todo o planeta com seu “Samba do Avião”, em 1962. Menos de trinta anos depois, o idilismo da música de Tom cederia lugar ao protesto e nostalgia de “Saudades da Guanabara”, samba de Aldir Blanc, Paulo César Pinheiro e Moacyr Luz: “Chorei com saudades da Guanabara / Refulgindo de estrelas claras / Longe dessa devastação”.

Sabemos, no entanto, que não foi necessário esperar essas quase três décadas entre uma música e outra para diagnosticar a situação de degradação ambiental da região. Na realidade, mesmo quando a Bossa Nova ganhou os ouvidos de todo o mundo, a baía já começava a ser objeto de preocupação sanitária de autoridades e tinha, ainda de forma incipiente, seu processo de poluição mencionado pelos jornais. E é justamente nessa história de narrativas jornalísticas sobre a baía que, primeiramente, o nosso trabalho se debruçará.

É bem verdade que, como veremos adiante, a primeira matéria d’*O Globo* que cita a palavra “poluição” em alusão à Baía de Guanabara data apenas de 1957. Mas talvez a análise desta informação histórica diga menos a respeito das características físico-químicas da baía à época, do que propriamente acerca do jornalismo e da percepção da sociedade naquele momento sobre questões que, posteriormente, ganhariam um caráter de problema público a ser combatido. Sobre essa interpretação, nos ajuda mencionar um relatório de 1943 do Dr Del Vecchio, da Quarta Divisão da Inspetoria de Águas e Esgotos, que muito antes dos jornais já alertava para a gravidade da situação: “Tomar um banho hoje em dia na praia de Botafogo é banhar-se numa verdadeira caldagem de micróbios patogênicos, todos de origem fecal, veiculados na água do mar.” (COELHO, 2007: 139). Outras reportagens isoladas, ao longo dos anos de 1960, já denunciando a situação, admitem que o problema vinha de décadas, mesmo que ainda localizado em regiões como o Caju e a Ilha do Fundão.

Em vez de tentar definir um momento exato em que a baía passou a ser poluída – como se a poluição fosse um estado fechado e inerte, que apareceu repentinamente, e a baía fosse uma piscina sem renovação de águas-, nos interessa buscar e compreender em que momentos, sob quais condições e de que maneiras a baía passou, na percepção social, a ser entendida, narrada e imaginada como um ambiente de poluição. Corroborar esta intenção exploratória se lembrarmos, por exemplo, que desde o início da colonização já se tinham os primeiros indícios de agressão ambiental à baía, na devastação de matas e extração de pau-brasil. Já no século XVII, a primeira obra sanitária da cidade foi a abertura de um valão na atual Rua Uruguaiana, que

descarregava os esgotos e lixos da população na antiga Prainha, onde hoje é a Praça Mauá, e este fosso aberto se constituiu na primeira significativa fonte de poluição das águas da baía. Ainda em uma pequena escala, esse tipo de poluição hídrica não parecia se configurar num problema para a sociedade da época.

Mais do que um ambiente hídrico como a baía, o que parece ter evidenciado as precárias condições sanitárias do Rio do século XIX eram as próprias ruas. Ainda como uma prática legal, era comum o lançamento de águas sujas pela janela da casa, bem como a atuação dos chamados “Tigres”: barris de acúmulo de dejetos humanos, lançados pelos escravos em fossas abertas ou na beira das praias. Após a morte de cinco mil pessoas decorrentes de uma epidemia de cólera em 1855, o Rio assinou contrato com a companhia inglesa City para a construção de uma rede de serviços de esgotamento sanitário doméstico, tornando-se a terceira cidade do mundo a ter um sistema de esgoto⁴.

O vertiginoso aumento populacional da capital federal ao longo do século XX não era acompanhado, todavia, de proporcional aumento na rede de coleta e tratamento de esgoto, e os quase 300 mil habitantes de 1872 se tornariam cerca de 1,7 milhão em 1940⁵. E é nesse ano que se inicia a nossa pesquisa, no auge da ditadura do Estado Novo, da Segunda Guerra e da política de boa-vizinhança dos Estados Unidos. Usando como material as reportagens que citavam a expressão “baía de Guanabara” no jornal *O Globo* (o único jornal diário que se mantém ininterruptamente até 2018 e com acervo digital de fácil acesso e bem instrumentalizado), identificamos este primeiro estágio de noticialização, anterior à poluição, como pertencente a uma ordem ainda “idílica”, de exaltações às belezas da baía feitas, em geral, por viajantes que desembarcavam no porto.

Esta dissertação dá prosseguimento ao Trabalho de Conclusão de Curso para a graduação em Comunicação Social em 2017, que analisou a transformação da baía em um problema público, através de matérias entre 1940 e 1970. Fruto da análise de centenas de matérias publicada n’*O Globo*, e desta vez com maior abrangência temporal, dividiremos em subcapítulos alguns dos “estágios” que identificamos na construção das narrativas acerca da baía: um primeiro momento, anterior à poluição, de

⁴ O sistema de esgoto do Rio veio após o de Londres (1815) e Hamburgo (1842). As informações são do site da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae). Disponível em: https://www.cedae.com.br/tratamento_esgoto

⁵ Dados do IBGE de populações nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais.. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>

1940 a 1956; um segundo momento, de convivência entre a exaltação à baía e o surgimento da pauta da poluição, entre 1957 e 1971; a poluição já considerada intrínseca entre 1972 e 1999; e o século XXI, que separamos analiticamente por se iniciar com o não cumprimento das promessas de despoluição e o grande vazamento de óleo da Petrobrás no fundo da baía, considerado como um dos maiores desastres ambientais do Brasil.

Ao falarmos de diversas narrativas construídas sobre a baía, a nossa maneira de expô-las no trabalho não poderia ser senão a tentativa de traçar linhas, fios condutores que possam interligar as histórias narradas ao longo de anos. Nosso desejo foi o de chegar o mais próximo possível de conseguir narrar as próprias narrativas da baía, isto é, contar uma história da baía na imprensa. Mais do que contar cronologicamente todas as tentativas de despoluição ou as inúmeras denúncias ambientais, o ato de narrar implica, sobretudo, em contar um enredo. Torna-se, portanto, fundamental atentar para os personagens que protagonizam esta intrigante narrativa – banhistas, pescadores, técnicos, políticos, jornalistas, ambientalistas e seres não humanos-, compósita de matérias espaçadas ao longo de décadas, entrelaçadas a partir da baía, protagonista principal dessa história.

Buscamos, assim, identificar rupturas e choques perceptivos que transformavam os olhares, narrativas e imaginários acerca deste ambiente constitutivo da própria gênese da cidade. Se a baía é um lugar que pode instigar a imaginação de quem a observa, sob nuances contemplativas, ilusórias, esperançosas ou desiludidas, o questionamento imaginativo também norteia este trabalho enquanto inspiração. E em vez de, sem bola de cristal, tentar responder a um devaneio de, por exemplo, “como seria uma baía despoluída?”, nosso primeiro passo será remeter ao que foi e vem sendo a Baía de Guanabara, no passado e no presente, e o que dela é comunicado nos jornais – só depois, aí sim, caberá o exercício imaginativo de conceber um futuro possível, na conclusão deste trabalho.

Se os anos 1940 mostraram um primeiro momento anterior à poluição, é a partir do final da década de 1950 que a baía passa a figurar com maior frequência nos noticiários. Antes como pano de fundo de matérias que não a tratavam como a pauta principal, é especialmente em função do seu processo de poluição que a baía surge como “sujeito” das reportagens, ou seja, protagonista das narrativas. Ainda assim, é comum nesta época uma ideia de poluição ainda incipiente, não generalizada, como algo que devia ser “evitado”. Ao mesmo tempo, o tipo idílico ainda é uma referência,

com a interpretação de parte da baía como um tesouro intocável ou escondido, a exemplo do título de uma das primeiras notícias de denúncia ambiental: “Estão destruindo os tesouros da Guanabara!” (O GLOBO, 01/02/1960: 7).

Pelo fato de abranger a grande ruptura do olhar jornalístico sobre a baía, esses primeiros 31 anos (de 1940 a 1971) são especialmente fundamentais para esta pesquisa, e a não utilização do filtro pela palavra-chave “poluição” neste momento permitiu ampliar as dimensões presentes na baía ao longo de 4147 matérias, das quais a grande maioria tem na expressão “baía de Guanabara” apenas uma referência geográfica, que não condiz com o assunto principal da reportagem. Descortinam-se, nesse período, diversas dimensões que a abrangem, seja como pauta principal da matéria, seja como ambiente em que a notícia se dá: acidentes marítimos e aéreos; contrabando; esportes náuticos; festas ufanistas; festas religiosas; greves e transportes nas barcas; turismo; passeios; pesca e obras. A poluição, no entanto, passaria a ter uma incidência cada vez maior, com quatro matérias no final dos anos 1950, subindo para 169 na década seguinte e 692 nos anos 1970, como mostra o Gráfico 1:

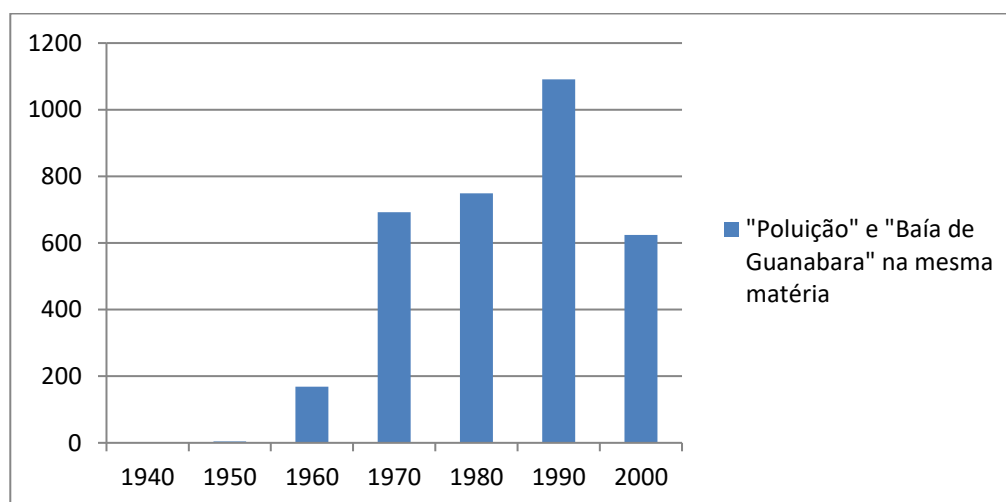


Gráfico 1: “Poluição” e Baía de Guanabara” na mesma matéria, de 1940 a 2000

Fonte: Acervo Digital do Jornal O Globo

Período crucial para a análise, a principal inflexão de matérias se deu entre os anos de 1969 e 1971, com as primeiras grandes reportagens atentando para o perigo de se mergulhar em suas praias, e ilustradas com fotos de crianças nas águas, entrevistas com médicos, agentes públicos e banhistas. Até então as notícias, de um modo geral, se limitavam a denunciar o aumento da poluição sob um ponto de vista técnico, informativo, distante do público, e mais preocupada com os fatores de destruição da

fauna e flora da baía. Por conta de um aumento no número de casos de hepatite no verão de 1970, a saúde humana entra em pauta e transforma por inteiro o estilo do noticiário ambiental da baía.

Terceiro subitem do primeiro capítulo, o período posterior das análises compreende os anos de 1972 a 1999. A poluição, que era tida como um “problema evitável” ou um “mal a ser combatido”, parece assumir um papel intrínseco no imaginário da baía e na construção de sua narrativa. Os técnicos do governo que antes usavam expressões como “combater” ou “enfrentar” a crescente poluição, nos anos subsequentes veem a inserção, nas matérias, de uma nova palavra: o termo “despoluição”, usado pela primeira vez em agosto de 1972, ganha os noticiários da década de 1980 em diante. Fizemos a delimitação temporal deste período por entendermos que só é passível de despoluição um ambiente que seja considerado, de forma inerente, como um lugar “enraizadamente” poluído.

As muitas tentativas e promessas de resolver os problemas ambientais da Baía de Guanabara se sucederam a partir de então, tendo, em seu auge, a implantação do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), anunciado em 1992 e executado a partir de 1995. As diversas notícias relatando o andamento das muitas obras sanitárias parecem explicar o aumento de matérias durante a década de 1990, conforme os dados expostos no Gráfico 1. Tendo em vista o cenário apresentado neste período, e de forma a reduzir o dilatado universo de reportagens, metodologicamente nos propusemos a pesquisar as reportagens com foco na poluição, selecionando o que entendemos serem as principais matérias daqueles anos, com objetivo maior de contextualização para depois abordar, novamente de uma forma geral e ampliada, o século XXI.

O Rio de Janeiro do atual século pode ser descrito como um misto de emoções e transformações nos imaginários que perpassam a sua baía. Após a tristeza pela tragédia ambiental do vazamento de óleo em 2000, e a decepção quanto ao legado das obras do PDBG, o carioca reativou como nunca a esperança de que a baía seria despoluída, com o anúncio oficial da realização da Olimpíada de 2016 na cidade. Resumidamente, apesar de conseguir conter uma parte da carga orgânica despejada na baía, as obras do PDBG fracassaram em seus objetivos finais, ao construírem as estações de tratamento sem a devida ligação dos tronco-coletores, ou seja, estações como a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Alegria operam abaixo de metade da sua capacidade. Após inúmeros atrasos ao longo de quase 20 anos e gastos na casa de US\$ 1,2 bilhão

(ALENCAR, 2014), o programa jamais foi completado, sendo sucedido pelo Programa de Saneamento dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (PSAM), em 2012, dedicado a fazer as obras de ligação às estações, mas cujas verbas permanecem, em parte, bloqueadas pela União. Cerca de 8,5 milhões de pessoas vivem na bacia hidrográfica da baía, e apesar dos controversos dados sobre o percentual de esgoto tratado, um dos levantamentos indica que o número chegava a apenas 35% em 2013⁶, longe da meta olímpica estabelecida em 80%.

O reincidente não cumprimento das promessas de despoluição, junto às crises econômica e política nos âmbitos estadual e federal após 2014, parece ter culminado, novamente, em uma desilusão generalizada. Após a realização dos Jogos Olímpicos, a pauta jornalística ambiental da baía minguou, talvez ofuscada pelos crescentes problemas e crises do estado.

No entanto, quando remetemos a esta trajetória de notícias ao longo de quase oito décadas, cabe, todavia, um questionamento fundamental: como e por que a poluição vira notícia? É preciso levar em conta, primeiramente, a importância de se noticiar um acontecimento dentro de um contexto cultural e histórico. Segundo o sociólogo Michael Schudson, “as notícias como uma forma de cultura incorporam suposições acerca do que importa, do que faz sentido, em que tempo e em que lugar vivemos” (SCHUDSON apud TRAQUINA, 2005: 171).

O aumento generalizado da poluição só pôde virar notícia, primeiro e obviamente, porque este de fato aconteceu, e isso seria passível de verificação empírica por qualquer observador atento às águas da baía. Afinal, se levarmos em conta que os cerca de 1,7 milhão de pessoas em 1940 se transformariam, em trinta anos, em mais de 4,3 milhões apenas no município do Rio de Janeiro, e que foi durante os anos de 1950 que se instalaram as principais indústrias no recôncavo da baía, é facilmente compreensível que o problema tenha se agravado. Contudo, o outro ponto fundamental para compreender a poluição como notícia compreende a percepção social de que aquilo realmente passou a importar para a sociedade. Notemos que o contexto histórico de aumento vertiginoso das matérias de poluição é, justamente, o de ascensão das pautas e movimentos ambientalistas, na esteira da Conferência da Biosfera da UNESCO em 1968 e, ainda mais importante, a Conferência de Estocolmo da ONU, em 1972.

⁶ Índices referentes à apresentação feita pelo PSAM a autoridades de Maryland, nos Estados Unidos. (ALENCAR, 2014: 46)

Ora, apesar do inegável aumento de carga orgânica e industrial despejada na baía, não é apenas o fato em si que atua para o aumento de sua noticialização, muito menos podemos entender o jornalismo como espelho fiel do que acontece no mundo das coisas. Como vemos no Gráfico 2, seria pouco provável que em um período de dois ou três anos o aumento de poluição tenha sido tão significativo a ponto de as matérias ascenderem nesse ritmo, e isso acontece tão somente quando a pauta ambiental começava a se espalhar mundo à fora.

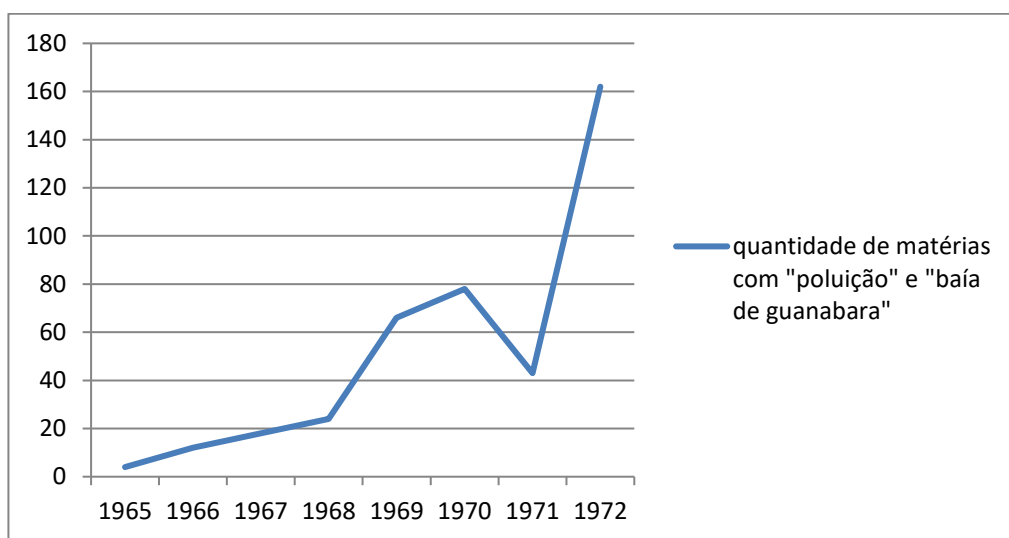


Gráfico 2: “Poluição” e “Baía de Guanabara” na mesma matéria entre 1965 e 1972

Fonte: Acervo Digital do Jornal O Globo

No momento em que o lançamento indevido de esgoto *in natura* passa a ser interpretado como poluição de um corpo hídrico; a fumaça industrial é entendida como vetor de poluição atmosférica; ou a pesca predatória é associada ao extermínio de espécies, enfim, quando estas dimensões se tornam questões e são problematizadas pela sociedade, parece-nos que surge, aí, a oportunidade de um novo nicho jornalístico, neste caso, o ambiental. E é sobre a constituição do campo ambiental ao longo da história, e da atuação do próprio jornalista em suas interligações com o meio ambiente e as formas de construções dessas narrativas, que nos deteremos no terceiro capítulo deste trabalho.

Com algumas raízes no arcadismo setecentista, nas ciências naturais britânicas e em escritores românticos norte-americanos, veremos alguns dos contextos que possibilitaram o surgimento dos movimentos ambientalistas, um fenômeno essencialmente moderno e diretamente ligado às consequências da revolução industrial. A partir da emergência do chamado Novo Ambientalismo de meados do século XX –

com enfoque menor em questões técnicas e conservacionistas, e mais na acepção política do tema- também vemos surgir, nos anos 1970, jornalistas gradativamente mais empenhados com a causa ambiental, até que se pudesse ser constituído um campo jornalístico especializado. A pauta da poluição na Baía de Guanabara não ficou de fora, acompanhando esse movimento na esteira da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92, sobretudo com o anúncio do programa de despoluição.

Por meio de entrevistas realizadas com alguns dos jornalistas que pautaram a Baía de Guanabara nos últimos anos, vamos refletir, por exemplo, sobre as circunstâncias em que o meio ambiente –e a baía- recorrentemente viram notícia: se apenas em seu caráter trágico, quando corre perigo, ou, de maneira oposta, quando divulga-se a inabalável e heroica resistência de seu ecossistema. Mais do que isso, poderemos examinar em que medida a pauta da baía deve ser tratada estritamente sob o ponto de vista ecológico ou, ao contrário, ser ampliada para uma noção mais abrangente, que a inclua efetivamente na agenda de políticas públicas de toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Seguindo esta toada, será ao esforço de “imaginar” a Baía de Guanabara sob uma perspectiva expandida e alargada às outras dimensões da vida social - que as narrativas jornalísticas ocultaram ao longo das décadas-, que nos dedicaremos no último capítulo desta dissertação. Entendemos que a essa visão expandida, para além de notícias estritamente ambientais ou de obras de saneamento, consiste-se necessário um olhar multi ou pós-disciplinar, cuja matriz que ancora a baía sob uma perspectiva comunicacional seja, justamente, entendê-la como um lugar onde se pode “agir o comum”, isto é, como um espaço de comunicação em seu sentido originário (SODRÉ, 2014). Para isso, também trabalharemos com a possibilidade de diálogo entre conceitos como o de “comunidade” e o campo “ambiental”, traçando paralelos e possíveis contribuições mútuas entre as duas áreas.

Caberá ainda a tentativa de traçar uma breve trajetória envolvida no conceito de imaginário social, compreendendo a fomentação de modalidades dos imaginários sobre a baía a partir das narrativas que a ela foram impostas. Compreender também o imaginário enquanto um potencial de aglutinação simbólica nos permitirá ver não só esses movimentos que perpassam a baía, mas a importância deste ambiente para o próprio imaginário nacional, constitutivo de intuições e imagens fundamentais para a

nação, como, por exemplo, o Pão de Açúcar e a baía, descortinados a partir da vista do Corcovado.

No seio desta concepção, buscaremos arquitetar a baía enquanto espelho d'água que une municípios via transporte marítimo; lugar potencial de produção econômica para milhares de famílias de pescadores; espaço de lazer, renda e turismo com suas dezenas de praias, manguezais; ambiente de prática esportiva, apreciação paisagística. É ainda território de pertencimento e de inúmeros vínculos sociais dos milhões que moram à sua costa. Aludimos, nesse sentido, que o cenário de degradação ambiental da Guanabara é contemporâneo de outros que contribuíram para a noção disseminada de “crise do Rio de Janeiro”: da perda da condição de capital federal, passando pelas crises econômicas sucessivas, à escalada da violência na cidade. Não apenas ver a baía “bela e banguela” enquanto espelho das contradições do próprio Rio, mas podendo aproximar fenômenos ambientais e sociais, sugerindo que as transformações da baía nas últimas décadas também contribuíram para essa difundida “crise” sociocomunitária da Região Metropolitana.

Imaginar a baía sob uma perspectiva comunicacional não deve se restringir ao estudo das matérias que sobre ela foram escritas, isto é, majoritariamente às praias poluídas, peixes e golfinhos desaparecendo, ou mesmo aos milhões de reais gastos em obras inacabadas de saneamento. Importa também trazer à luz a desvalorização de todo o subúrbio carioca e região metropolitana; a concentração econômica do turismo em apenas uma parte da cidade; o acirramento da ideia de “cidade dividida”; o preconceito e a estigmatização de muitos territórios; o pequeno intercâmbio cultural diante do ostracismo das praias do entorno da baía.

Principal símbolo de um Rio de Janeiro ainda voltado à sua região central, a velha baía recebia, no século XIX, os terapêuticos banhos de mar de Dom João VI na antiga Praia do Caju, hoje escondida nos aterros para o cemitério. Contornando a Zona Portuária, outras foram soterradas como a Praia Formosa, Praia da Gamboa, Praia da Saúde e Prainha. Ao centro, as antigas praias de Santa Luzia e Boqueirão do Passeio eram das mais frequentadas, numa época em que mais do que lazer e turismo, o banho de mar era assunto de saúde. Sempre irônico, o escritor João do Rio dizia que a civilização comumente parte do mais difícil e complicado para o mais simples, criticando os antigos banhos com corda, em cabines e nas barcas *Ferry*. O escritor saudou, assim, a ideia da construção de uma famosa casa de banhos junto à praia do Boqueirão: “Foi o traço de união entre o mar e a urbes. [...] Um cheiro de alga, um

cheiro sadio de mar era a própria atmosfera, e ouvia-se nas areias a voz das ondas quebrando-se”.⁷

Anos depois, já com a popularização do turismo e das praias, inferimos que a Baía de Guanabara perdeu centralidade face à Copacabana das boates dos anos 1940 e 1950; da jovem Ipanema do surfe nos anos 1960 e 70; e da moderna Barra da Tijuca, de 1980 em diante, tudo isso concomitantemente ao seu processo de degradação ambiental. Em última instância, sugerimos neste trabalho que uma potencial revitalização de suas águas possibilitaria não só a preservação de um ecossistema ambiental, mas um reencontro do imaginário do Grande Rio consigo mesmo. Contemplar o interior da baía é olhar para dentro, para a própria história da região e, geograficamente, sempre nos remete ao outro lado de suas águas e à circularidade de seus espaços: de Icaraí ao Flamengo, de Magé a São Gonçalo, das ilhas para o continente.

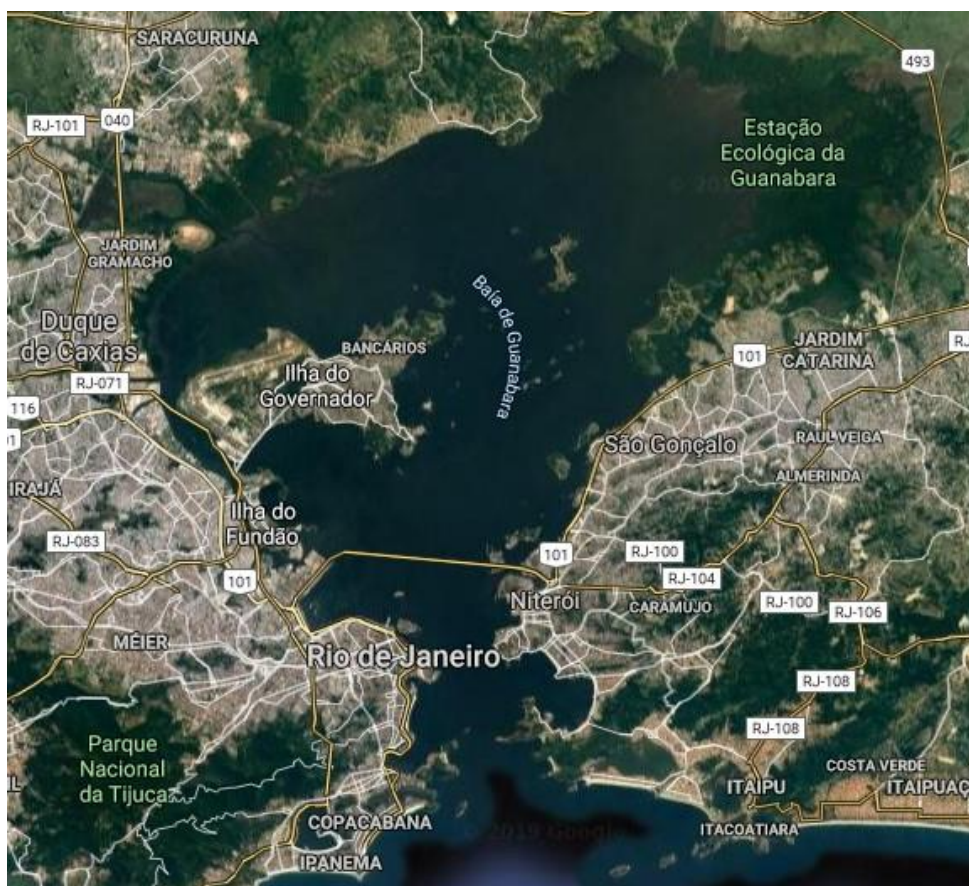


Figura 1: A Baía de Guanabara e seu entorno
Fonte: Captura de tela do aplicativo *Google Maps*

⁷ Texto de João do Rio para a *Gazeta de Notícias* em 26/06/1911. Trecho retirado do livro “Orla Carioca: história e cultura” (GASPAR, 2004)

2. A BAÍA DE GUANABARA NAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS

Hoje abarcando um espelho d'água de aproximadamente 400 km², a Baía de Guanabara era habitada, em seu entorno, por índios do ramo Tupi. Recebeu a primeira expedição europeia no dia 1º de janeiro de 1502, em empreitada com a presença do navegador Américo Vespúcio. O batismo do nome “Rio de Janeiro” é convencionalmente tratado como uma confusão dos portugueses que, após avistarem a baía, pensaram se tratar da foz de um grande rio - alguns historiadores discordam da versão, afirmando que, em Portugal, a barra de um rio ou de uma baía chama-se ria ou rio (FERREZ, 2015).

No ano seguinte à expedição de Vespúcio, o navegador português Gonçalo Coelho teria aportado ao Rio e fundado um entreposto na Baía de Guanabara. Nome de origem tupi, guanabara significa “seio-mar”. Por vezes a denominavam Niteroi, “água escondida”, mas este nome era mais usado pra margem oriental, onde fica a atual cidade homônima. Gonçalo Coelho teria construído uma casa de pedra na embocadura do rio que deságua na atual praia do Flamengo, atual Rio Carioca – isto é, “casa de branco”-, dando origem ao gentílico da cidade. Apesar de algumas discordâncias em relação às reais origens destes nomes, o fato é que a região, ocupada em 1555 pelos franceses comandados por Villegaignon, seria palco de batalhas até a fundação e consolidação da cidade.

A data oficial de fundação foi no dia 1º dia de março de 1565, com a concretização, dois anos depois, das vitórias portuguesas –lideradas por Estácio de Sá e a essencial ajuda dos índios temiminós e de Arariboia, em especial- sobre os franceses, aliados aos tamoios. A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi fundada, portanto, às margens do Morro Cara de Cão, quase ao pé do Pão de Açúcar, na entrada da Baía de Guanabara, apesar das lutas terem durado até 1567, culminando na batalha final que expulsou os franceses e tamoios de suas fortificações em Uruçu-Mirim (atual Outeiro da Glória) e na Ilha de Paranapuan (Ilha do Governador). A real ocupação da cidade, todavia, teve começo no Morro do Castelo, atual centro da cidade e demolido na década de 1920 em meio às obras urbanísticas, sob o argumento de melhorar a circulação dos ventos no local. A areia do morro foi utilizada para aterrar áreas da Lagoa Rodrigo de Freitas e da Baía de Guanabara, como na criação do bairro da Urca.

Desde o início da ocupação europeia e, portanto, séculos antes do desenvolvimento da imprensa brasileira, a baía já era objeto de diferentes narrativas. Se começarmos pelo ponto de vista iconográfico podemos investigar, em pinturas e

cartografias dos primeiros séculos de ocupação, que tipo de lugar era representado pelos viajantes europeus que aportavam na cidade, também em associação às narrativas dos relatos de viagens. Era comum, por exemplo, a fomentação de um imaginário ao mesmo tempo exótico e paradisíaco - e isso não vale apenas para a baía, mas para a costa brasileira como um todo. Em se tratando do Rio de Janeiro, no entanto, era a partir das águas da Guanabara que se costumava representar a cidade, no contorno de seus morros em harmonia ao espelho d'água, que adentrava até as restingas e mangues do recôncavo. Era ainda eventualmente representado em formato de foz de um grande rio, como no desenho do mapa de Nicolas van Geelkerken intitulada *Rio Genero*⁸, de 1624, que mostra a baía subindo como um rio até o que seria a Serra dos Órgãos, em Petrópolis. Outro exemplo cartográfico é do francês François Froger em seu *Entrée de La Rivière de Janeyro a La Côte Du Brésil*⁹, de 1695, em que a baía também parece a continuação de um grande rio que percorre os manguezais da atual APA Guapi-Mirim. O mesmo artista também retratou a vista do Morro do Castelo até o Mosteiro de São Bento, a partir da baía, no que é considerada a primeira representação paisagística na história da cidade do Rio de Janeiro, na obra *St. Sebastien*.



Figura 2: *St. Sebastien*, de François Froger.

Fonte: ERMAKOFF (2011: 19)

Se essas e outras imagens da baía atravessavam o oceano e ajudavam a fomentar o imaginário de europeus acerca da “Terra Brasilis”, são os relatos narrados de viajantes que dão mais conteúdo ao que se passava no novo mundo. É importante destacar, ainda no século XVI, personagens como o marinheiro alemão Hans Staden, prisioneiro dos tupinambás durante nove meses e narrador, em livro de sucesso na Europa, das

⁸ Imagem disponível em “Baía de Guanabara: biografia de uma paisagem” (PINHEIRO, 2005).

⁹ Imagem disponível em “Paisagem do Rio de Janeiro: aquarelas, desenhos e gravuras dos artistas viajantes” (ERMAKOFF, 2011)

aventuras que viveu no Rio de Janeiro. Sua narrativa mítica de um herói-viajante alemão em meio aos índios canibais brasileiros, que por vezes transita entre o verossímil e a ficção, além de ser a primeira do tipo em solo fluminense, merece um lugar central entre as narrativas fundadoras da cidade e do país. Franceses como o missionário Jean de Lery e o frade André Thévet também foram importantíssimos nos relatos narrados e xilogravuras publicadas entre as décadas de 1550 e 1570. Em comum aos três viajantes, a recorrência da descrição dos índios, seus modos de vida, bem como a fauna e flora locais. No mesmo período, o padre jesuíta José de Anchieta, presente na armada de Estácio de Sá que fundou a cidade, também fez o seu relato acerca da Baía de Guanabara: “É a mais airosa e amena baía que há em todo o Brasil”; já o primeiro governador-geral do Brasil Tomé de Sousa, ainda em 1553 e reivindicador, junto a Portugal, do povoamento da baía para segurar o ímpeto francês, afirmou: “Tudo é graça o que dela se pode dizer”¹⁰.

Ao mencionarmos imagens e relatos em um contexto de narrativas empregadas em torno deste símbolo basilar do Brasil, cabe, todavia, perpassamos um pouco do conceito de narrativa. No âmbito da narratologia, Mieke Bal introduz esquematicamente e busca definir alguns dos conceitos presentes na discussão.

[...] um texto é um todo finito e estruturado que se compõe de signos linguísticos. Um texto narrativo será aquele em que um agente relata uma narração. Uma história é uma fábula apresentada de certa maneira. Uma fábula é uma série de acontecimentos lógicos e cronologicamente relacionados que alguns atores causam ou experimental. Um acontecimento é a transição de um estado a outro. (BAL, 1990: 13)

O fato de a narratividade estar associada à forma de um texto narrativo não exclui, todavia, a sua aplicação às imagens. Se considerarmos que as pinturas estão para os relatos como as fotografias estão para a reportagem jornalística, percebemos que em ambas a dimensão do “flagrante” expõe a literalidade de um acontecimento. O instante captado pela fotografia dá margem à construção de outras narrativas e, mesmo que não exista uma noção cronológica em um instante, não é a narrativa em si, mas o seu potencial narrativo que salta aos olhos do espectador (SODRÉ, 2009).

No caso da pintura –menos “objetiva” que a fotografia, mas também dotada de potencial narrativo- destacamos a importância do artista brasileiro Leandro Joaquim

¹⁰ Citações disponíveis na reportagem “Não é quimera, a baía pode voltar a ser pura” (O GLOBO, 22/10/1973)

para a representação do Rio em oito quadros a óleo nos últimos anos do século XVIII. Para além das frequentes cartografias, retratos ou paisagens estáticas, os quadros do pintor se sobressaem pela reprodução de relevantes acontecimentos que tiveram cabo na cidade, como o incêndio e reconstrução da Igreja Nossa Senhora do Parto; a cena de uma esquadra inglesa chegando ao porto; e a atividade das caças às inúmeras baleias que habitavam a baía.



Figura 3: *Pesca da baleia na Baía de Guanabara*, de Leandro Joaquim
Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Artes e Cultura Brasileiras (2020)¹¹

O último exemplo tem especial relevância para a construção histórica da cidade, tendo em vista a vultosa atividade econômica que a caça às baleias representava, assumindo grandes proporções até o século XIX, com o desaparecimento das espécies no local. Dos mamíferos se aproveitava desde o óleo para iluminação às barbatanas para espartilhos, e sua caça representou os primeiros indícios de agressão ambiental à baía, junto à extração do pau-brasil, a devastação das matas e o ciclo da cana-de-açúcar. (COELHO, 2007: 21).

Após a transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763 e a importância do porto da cidade para o escoamento do ouro vindo de Minas Gerais, a cidade cresce e passa a ser progressivamente mais visitada e ilustrada em imagens, impulsionada ainda pela vinda da família real e a posterior independência. O

¹¹ Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra14165/pesca-da-baleia-na-baia-de-guanabara>

século XIX torna-se, assim, emblemático no que diz respeito à iconografia da cidade, tanto em função dos horrores da escravização de negros africanos - que parecem ter “substituído” o papel dos índios das primeiras representações iconográficas do país-, quanto à representação da paisagem e belezas do Rio, em que a Baía de Guanabara é quase sempre protagonista em pinturas, desenhos, aquarelas e gravuras. Nesse sentido, podemos pensar que para além da categoria do “exótico” das primeiras ocupações do século XVI, o Rio também se consolidava na categoria do “pitoresco” ao longo dos oitocentos: sobressaem, além dos conhecidos pintores Jean-Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas, outros como Thomas Ender, Henry Chamberlain, Nicolas-Antoine Taunay, Félix-Émile Taunay e muitos que viveram ou só passaram pela cidade.

Embora representada em sua exuberância pelos pintores, o Rio só entraria no circuito do turismo internacional moderno no século XX. Como acontecimento marcante, podemos citar a chegada do navio *Byron* em 1907, trazendo grupos de turistas na primeira viagem à América do Sul da pioneira agência de Thomas Cook. Apesar do lento desenvolvimento da atividade turística, a década de 1920 abarcou importantes iniciativas na consolidação da atividade turística na cidade, vendo surgir os imponentes Hotel Glória e Copacabana Palace, além da criação da Sociedade Brasileira de Turismo. Curiosamente, demorou a ser consolidada a imagem de um Rio exótico, sensual e praiano como nos é comum na atualidade. Nota-se, por exemplo, que o primeiro mapa especificamente turístico da cidade, produzido pelo governo em 1937, é orientado pelo Centro, com a imagem virada em 90 graus para a esquerda – a Zona Sul aparece isolada à oeste, e a orla da baía no centro/sul da imagem. As praias sequer eram destacadas como atrações, e o roteiro privilegiava as ruas, praças, parques, estátuas e edifícios da metrópole. A proeminência da baía à época é apontada por Castro (2011), no trecho abaixo:

As narrativas e imagens turísticas das primeiras décadas do século XX conduziam o olhar dos turistas a partir da entrada da Baía da Guanabara e do porto, por onde vinham os navios que traziam a maior parte dos visitantes da cidade. [...] O famoso guia inglês *South American Handbook*, em sua edição de 1932, informava que a baía da Guanabara, com seu “soberbo brilho de cores, é a mais admirada do mundo”, e que o “famoso” cone de granito do Pão de Açúcar e o pico do Corcovado emprestam forte individualidade à cena. A chegada ao porto do Rio era “um espetáculo sem igual, quer fosse de dia ou à noite”. (CASTRO, 2011: 18)

Se as imagens ajudam a fomentar um imaginário e a também potencializar as narrativas dos acontecimentos, a literatura e o romance são a própria narrativa, contendo o enredo e os incidentes que acompanham as personagens. No caso da baía, é exemplar a obra *A Moreninha* de Joaquim Manuel Macedo, marco de início do romantismo brasileiro em 1844, que narra a história tendo a Ilha de Paquetá como cenário, apesar de não citar explicitamente nem a ilha e nem a baía. As narrativas que perpassavam a Baía de Guanabara não precisavam, todavia, estarem exatamente transcritas em literatura, visto que também sobreviviam sob a oralidade, seja ficcional, mítica, “real histórica” ou algo misturado entre o verossímil e o ficcional. E é certo que muitas histórias foram vividas ou imaginadas em meio àqueles tempos, com especial destaque para a efervescência característica dos últimos anos do século, proveniente de acontecimentos como a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República e a posterior Revolta da Armada, motivo de intensos bombardeios sobre as águas da Guanabara nos dois primeiros governos do novo regime republicano. No entanto, parece claro que para pensarmos narrativa e Baía de Guanabara temos também que retroceder espacial e temporalmente, desde a experiência que envolve a trajetória dos navios negreiros até o desembarque dos milhões de escravos na região portuária da cidade. A capacidade de contar histórias, mitos, lendas e a importância da música nas experiências narrativas dos negros escravizados constituem a fundamental relação entre memória e oralidade desses povos (BARBOSA, 2016).

O território compreendido pelas imediações e ilhas da baía é, portanto, lugar de inúmeros personagens e histórias perpassadas através das décadas. Um bom exemplo narrativo, que mistura a memória escrita e oral, o real histórico e o romanesco com pitadas de ficção do autor, é o livro de contos da Guanabara *Nas águas desta baía há muito tempo*, do escritor e sambista Nei Lopes. Os contos, que são viagens em um Rio místico e misterioso, reúnem personagens verdadeiros e imaginários na história da região, em uma espécie de narrativa sobre as diversas narrativas que perpassaram a baía. Personagens importantes como a negra Maria Angu, que deu seu nome durante décadas a uma praia entre a Penha e Ramos que, após aterros para construção da Avenida Brasil, viria a ser substituída em parte pela atual Praia de Ramos. Era lá onde se sabe historicamente que a personagem vendia seus doces e quitutes, mas a narrativa ainda vai além:

Usava um longo colar de muitas voltas, em que as contas lembravam todos os olhos, orelhas e narizes que ela havia arrancado dos seus inimigos ou amantes. Tinha uns 10 metros de comprimento. Nele, ela só homenageava os homens brancos que teve em seus braços, nas lutas ou no amor. Porque se fosse contar também os pretos e mulatos... Ih! Não ia ter colar que chegasse! Nesse espírito, ela criou o seu bordel flutuante. Que, nos domingos de outubro, animado pelo Choro do Carrilho, levava o fim de semana inteiro subindo e descendo o lado de cá do Recôncavo, parando nos portos, praias e ilhas onde houvesse homens sem mulher: Gamboa, Saco do Alferes, Praia Formosa, Praia de São Cristóvão, Retiro Saudoso, Ponta do Caju, Sapucaia, Bom Jesus, Ilha do França, Ilha do Ferreira, Ilha do Catalão, Ilha das Cobras, Ilha do Baiacu, do Fundão, Porto de Irajá. [...] Era o Amor navegando nas águas da Guanabara. (LOPES, 2017: 33)

Dentre os muitos personagens que constituem a história da cidade sobre as pedras, praias, restingas e mangues que costeiam a baía, o marinheiro João Cândido é certamente protagonista, eternizado na memória como o “Almirante Negro” da Revolta da Chibata. Os compositores Aldir Blanc e João Bosco, em *Mestre-Sala dos Mares*, trataram de contar essa história às suas maneiras e em forma de samba, mostrando que pela música também se narra: a letra cita a memória de Chico da Matilde, o “Dragão do Mar” cearense, para o reaparecimento da luta negra personificada agora em João Cândido, cuja dignidade equivaleria a de um mestre-sala, como diz a canção.

Outro personagem negro de muitas histórias e figura-chave do surgimento do samba no Rio, Paulo Benjamin de Oliveira, o “Paulo da Portela” chegou a compor em homenagem à baía o samba “Linda Guanabara”, campeão do carnaval de 1935. Intrínseca à cultura da cidade, outra forma essencialmente peculiar de se narrar uma história é justamente o desfile das escolas de samba. Citemos aqui o desfile da G.R.E.S Unidos da Tijuca em 1992, que teve a Baía de Guanabara como enredo, cuja história é contada desde a chegada dos portugueses à recente poluição, passando por cartão-postal, poesia, cassinos e pela figura ímpar da vedete naturalista Luz Del Fuego, moradora da Ilha do Sol e brutalmente assassinada nos anos 1960, à deriva nas águas da baía.

Histórias, personagens, romances, pinturas, contos e sambas nos ajudam a contextualizar um pouco do panorama narrativo em torno da terceira baía do Brasil¹². Mas é um tipo especial de narrativa que vai ser trabalhada ao longo deste capítulo,

¹² A Baía de Guanabara é superada, em tamanho, pela Baía de São Marcos, no Maranhão, e pela Baía de Todos os Santos, na Bahia.

atuante desde o século XIX e reformulada estruturalmente no século seguinte, a ponto de assumir lugar determinante na formulação da narrativa do “presente”, do “atual” na civilização moderna: a narrativa jornalística. E é justamente na característica de “atualidade” que a narrativa jornalística se destaca, levando-se em conta a estreita vinculação de qualquer narrativa com a questão temporal. O jornalismo, portanto, ocupa papel central na modernidade no momento em que entendemos a aceleração temporal como a “mais influente característica da narrativa na atualidade” (PAIVA, 2006: 65).

A compreensão da estrutura narrativa jornalística passa, todavia, pela decomposição em alguns conceitos fundamentais do jornalismo, como a notícia, que é sua matéria-prima básica, e a sua relação com o fato e o acontecimento. Ao contrário da literatura ficcional, a narrativa jornalística contém um tipo de valor “real”, que é justamente a sua capacidade de representar os fatos através dos acontecimentos jornalísticos. A categoria do fato, que compreende os objetos do mundo empírico, uma realidade passível de ser provada - via experiência ou razão, por exemplo-, se caracteriza pela transmissão de conhecimentos contingentes, relativos, não necessários (SODRÉ, 2009). Nesse sentido, o acontecimento surge como a categoria que faz a representação social do fato, isto é, a informação jornalística materializada em notícia.

O acontecimento pressupõe um tipo de ruptura, e por isso é intrinsecamente ligado à narrativa, no momento em que a informação constrói um tipo de enredo, uma fabulação a partir do fato bruto, transformando o que Muniz Sodré chama de “factualidade” da vida, que é ausente de enredo e composta exclusivamente de coincidências, repetições e inesperados.

Parte-se do “fato em bruto” (ou “fato bruto”) isto é, das qualidades ainda indiferenciadas de uma ocorrência, para transformá-lo em “acontecimento” por meio da interpretação em que implica a “notícia”, esse microrrelato que, desdobrado ou ampliado, nos dará possibilidades de acesso argumentativo ao “fato social”. Um modelo mais esquemático dessa gênese: à emergência da ocorrência ou fato em bruto, segue-se a busca social de sentido para ela e, finalmente, a sua neutralização explicativa pela narrativa do acontecimento. (SODRÉ, 2009: 71)

A relação do fato e do acontecimento no jornalismo pode ser mais bem compreendida quando estendemos o horizonte do nosso olhar histórico para o desenvolvimento do jornalismo. Comumente associada ao chamado “publicismo”, a imprensa dos séculos XVIII e XIX, que se consolidou junto e visceralmente ligada à

ascensão burguesa na Europa e Estados Unidos, era majoritariamente opinativa. Não se deixava de noticiar os acontecimentos nesta fase da imprensa, mas é essencialmente moderno o momento de construção de um discurso esquemático sustentado por uma suposta objetividade e neutralidade absoluta, e narrado sob a égide da “pirâmide invertida” -técnica que privilegia as informações mais importantes no início do texto-, acompanhando as mudanças na relação da sociedade urbana com o tempo. Por exemplo, foi a partir da disseminação do telégrafo e de sua linguagem rápida e homogênea, de meados ao final do século XIX, que se popularizou a forma moderna e comercial da notícia, em um jornalismo cada vez mais orientado para os acontecimentos, por oposição às opiniões políticas (TRAQUINA, 2005).

Um tipo de “técnica” basilar para a construção do acontecimento na mídia é o enquadramento, fundamental para a imputação de sentido ao acontecimento, a partir de um sistema de referências e delineado pela cultura de um grupo. O enquadramento, seja de natureza política, estética ou ética, permite ao ator social “descrever, interpretar ou categorizar as situações que se lhe afiguram como problemáticas. Por meio dele, um problema social é suscetível de converter-se em problema público” (SODRÉ, 2009: 38). Perceberemos ao longo deste capítulo que, decorrente de determinados enquadramentos e construções narrativas, a poluída baía pôde ser entendida como um problema público. Mesmo que suas águas fossem o destino final de toneladas de esgoto já há muito tempo, apenas na década de 1950 –ainda de forma incipiente- este fato bruto (o lançamento de esgoto *in natura*) começou a ser tratado como um acontecimento, penetrando as páginas d’*O Globo* pela primeira vez e, conseqüentemente, ganhando o status de um problema público. Assim, reiteramos o necessário alinhamento entre a percepção de um problema e as referências e valores que englobam uma sociedade, como sugere o sociólogo Gusfield: “os problemas humanos não brotam, prontos e anunciados, dentro da consciência do observador. Mesmo para reconhecer uma situação como perigosa requere-se um sistema de categorização e definição de eventos” (GUSFIELD, 1981: 3)¹³.

Ao passo que as matérias denunciando a poluição na Baía de Guanabara aumentavam vertiginosamente no final dos anos 1960, é curioso notar que grande parte da população seguia mergulhando nas praias da baía, à revelia das placas de interdição.

¹³ Tradução nossa. Original em inglês: “Human problems do not spring up, full-blown and announced, into the consciousness of bystanders. Even to recognize a situation as painful requires a system for categorizing and defining events”.

Era ainda novo o “acontecimento” da poluição, em um mundo que apenas começava a descobrir os passivos ambientais decorrentes da sociedade industrializada. Os personagens entrevistados pelas reportagens não atribuíam um problema ou sequer questionavam a periculosidade daqueles mergulhos, dizendo se banhar naquelas águas há tempos, sem manifestação de doenças. Notemos também que o emprego da palavra “poluição” nas reportagens (e todas as cargas de sentidos que a palavra carrega consigo) será feito por intermédio de apoio técnico de especialistas, constituindo aí uma grande virada narrativa em relação às primeiras matérias de denúncia ambiental, como veremos posteriormente.

Trata-se, neste capítulo, de tentar juntar o “fio” da continuidade entre as centenas de matérias que pautam a Baía de Guanabara nesses quase 80 anos que a pesquisa percorre. A recomposição dos acontecimentos parte do pressuposto de que as notícias são, em certa medida, fragmentos dispersos de significações parciais, sendo necessário, para análise das narrativas, “conectar as partes, identificar a serialidade temática e o encadeamento narrativo cronológico para compreender o tema como síntese” (MOTTA, 2005: 4). É preciso salientar, todavia, que nem sempre é apenas o acontecimento o gancho que conduz a construção da notícia. Impelido mais pelo fato que pelo acontecimento, é também comum o movimento de “retroprojeção temporal”, evidenciando as causas e consequências de um determinado evento, seus antecedentes e uma maior contextualização, para além da irrupção de um assunto – aliás, seria esse aprofundamento do fato um requisito central para o que se convencionou chamar de “imprensa de qualidade” (SODRÉ, 2009). Talvez possamos alocar, dentro deste escopo, alguns tipos de “especiais” de notícias sobre a baía, cuja demonstração das causas e consequências do processo de poluição é mais relevante do que alguma nova ocorrência noticiosa.

Todavia, apesar do quase consenso acadêmico em descrever o acontecimento como uma ruptura que leva a categoria do inesperado a ter um valor de notícia infinitamente maior que um fato banal e corriqueiro, não é somente através da simples “anormalidade” que se consegue, segundo Sodré, uma teorização que possa definir suficientemente a notícia. O autor sugere o elemento da “marcação”, que definiria a noticiabilidade de um fato segundo determinados critérios, exigências que dizem respeito tanto ao real-histórico quanto ao imaginário social – fatos marcados não apenas pela sua importância social, mas pela sua relevância à cultura jornalística. Seguindo esta reflexão, o jornalismo marca um fato em detrimento de outros pela possibilidade de

instaurar uma narrativa, em que o movimento jornalístico de singularizar um fato – tirando-o de seu horizonte histórico- é justificado pelo potencial de se contar uma boa história através de um caso isolado. (SODRÉ, 2009).

Parece mesmo se tratar, em última instância, da capacidade de potencial narrativo e dos recursos retóricos de linguagem para captar o leitor. E é por isso que este capítulo se iniciou com uma breve retrospectiva de narrativas não jornalísticas acerca da baía: pois é a partir de relatos antigos; menções às poesias, músicas e pinturas produzidas; e exposição de personagens como o pescador ou o banhista, que foram construídas e narradas algumas das principais reportagens sobre a Baía de Guanabara. Significa dizer que a narratividade jornalística não é apenas o relato e a forma de estruturação do texto, mas também a incorporação de “arquétipos de natureza mitológica ou retórica, provindos de uma tradição oral ou literária” (SODRÉ, 2009: 230).

E é também somente a partir do processo de poluição que surge o protagonista de todo esse enredo, a própria baía, surdida jornalisticamente como um sujeito – também detentor de direitos-, um corpo unívoco, para além de um conjunto de praias espaçadas. É a baía como um todo que sofre o processo de poluição, não somente as praias da Bica, Flamengo ou Icaraí, e a partir disso reside uma das grandes transformações ao longo deste período: a poluição como intrínseca, indissociável, quase como uma condição natural ao “perfil” - no sentido jornalístico do termo- da baía.

Dito isto, abarcaremos, nos subcapítulos a seguir, um conjunto de matérias d’*O Globo* entendidas como relevantes não só para contar a história da baía, mas para a trajetória de um tema que, sob o ponto de vista do jornalismo ambiental, foi pioneiro e primordial dentro do estado do Rio de Janeiro.

2.1. A baía de 1940 a 1957: papel de centralidade e poluição fora de pauta

O primeiro momento deste trabalho analisa as reportagens que faziam referência à Baía de Guanabara em todas as matérias do jornal *O Globo*, ainda antes do surgimento da poluição, que viria se tornar depois o seu principal gancho jornalístico. Mesmo assim, é imperativo ressaltar que o não uso da palavra poluição em associação à baía não significa a total inexistência de denúncias “ambientais” no jornalismo até então. Um bom exemplo é uma matéria de 1927, de primeira página n’*O Globo*, que traz o título “A impiedade humana devastando a natureza! Árvores que choram e rochas que

parecem ter coração – como vão sendo sacrificadas as ilhas da Guanabara” (O GLOBO, 02/11/1927: 1). O texto, ainda desprovido de características do jornalismo moderno, é uma ode à preservação das belezas naturais, mas ainda não contempla o assunto da poluição das águas.

São apenas 438 matérias que contém a expressão “baía de guanabara” na década de 1940. Já nos anos 1950, o número salta para 753, e alcançariam 2469 reportagens citando a baía na década de 1960, sob a influência da poluição. A maior parte destas alusões trata, no entanto, de referenciais históricos ou geográficos. Por exemplo, notas de venda de imóveis, propagandas de restaurantes que oferecem a beleza da vista da baía como atrativo, ou a simples informação de que um time de futebol atravessará a baía para jogar em Niterói. Selecionamos as referências que melhor poderão nos ajudar a compreender as modalidades do imaginário sobre a baía que eram fomentadas pelas matérias e sob quais elementos narrativos, ainda que, na maioria dos casos, ela apareça apenas como “pano de fundo” para outras pautas.

Chama primeiramente à atenção a quantidade de notas jornalísticas divulgando passeios organizados no interior da baía. É o caso, por exemplo, de uma excursão organizada pelo Automóvel Clube em Magé, “a cidade a ser visitada (...) de onde se descortina a linda Baía de Guanabara” (O GLOBO, 25/07/1940: 7). As excursões continuaram durante os anos seguintes, evidenciando um aspecto da baía na época: era considerado um importante ponto de encontros turísticos e de lazer, em um Rio que apenas começava a crescer para as praias oceânicas.

O momento era de Segunda Guerra Mundial e, no auge da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, o Brasil ainda se mantinha neutro no conflito. Com a fundação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939 e o prosseguimento do conflito mundial nos anos subsequentes, o recém-criado aparelho estatal de censura dos meios de comunicação se alinharia às políticas norte-americanas. A relação entre o DIP e o órgão ligado à defesa nacional estadunidense, chamado *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIIA), estava intimamente ligada à chamada “política de boa-vizinhança” norte-americana para com seus vizinhos da América Latina (ZAGNI, 2008: 74)

Para além da conhecida criação do personagem Zé Carioca, da *Disney*, outra tentativa de aproximação do cinema americano com a cultura brasileira não teve o mesmo sucesso: a vinda de Orson Welles ao Brasil para a produção do filme *It's All True*, retratando o carnaval carioca, bem como a saga de quatro jangadeiros cearenses,

que viajaram de jangada até a capital federal, em protesto por benefícios sociais junto ao governo Vargas. O jornal *O Globo* anunciava, na primeira página, em abril de 1942: “Reconstituída por Orson Welles a chegada dos jangadeiros cearenses à Guanabara – A Baía de Guanabara foi transformada em cenário de filmagem sensacional” (O GLOBO, 27/04/1942: 1).

Apesar do cenário que se descortinava da baía, uma tragédia ajudou a inviabilizar a obra. O afogamento e a morte de Jacaré, o famoso e heroico jangadeiro, ganharam as estampas dos jornais e, pouco depois, Welles foi demitido pelo próprio estúdio, antes do término das filmagens. Além da tragédia e dos custos operacionais, a explícita visão crítica que o filme propunha – característica de Welles já conhecida desde *Cidadão Kane* (1941) - foi um empecilho para a finalização do longa que, aos olhos de um dos maiores diretores do cinema, descortinaria a Baía de Guanabara para o mundo.

Ao passo que Welles filmava os jangadeiros, outra situação internacional acontecia na baía. A convite de Lourival Fontes, diretor do DIP, o lorde John Davidson, alto funcionário do Ministério de Informações da Inglaterra fez um passeio pelos pontos pitorescos da baía, a qual “deixou a melhor impressão no ilustre visitante” (O GLOBO, 11/05/1942: 1). A essa altura, havia três meses que os submarinos italianos e alemães tinham torpedeado as embarcações brasileiras no Atlântico. Em agosto, o Brasil finalmente declararia guerra às forças do eixo.

No caso da noticialização da baía, se relembremos o relatório do Dr. Del Vecchio em 1943, alertando para o excessivo número de micróbios e dejetos fecais na praia de Botafogo, é possível levantar uma hipótese de atuação do DIP para restrição de matérias negativas. Senão pelo DIP, talvez um autêntico sentimento patriótico do momento não incentivasse, jornalisticamente, a produção de matérias que denegrissem a imagem de um dos principais símbolos da nação. Ainda assim, um possível exemplo da influência do DIP é uma reportagem de 1941, que estampa o seguinte título: “O Rio possui uma das melhores redes de esgoto do mundo! Da iniciativa arrojada de John Frederick Russell a modelar organização atual, tão perfeita como a de Londres e das mais famosas capitais” (O GLOBO, 20/1/1941: 11). Durante toda a matéria, enaltece-se Russell, o britânico que foi o principal nome do início do sistema de esgoto carioca e da criação da City, cujo contrato de concessão com o Estado terminaria nesta década de 1940. Até que ponto essa matéria pode ter sido fruto de influências do sentimento nacionalista do Estado Novo ou mesmo uma matéria publicitária revestida de

jornalismo, com influência da própria City, são questões que abrem espaço para se duvidar da credibilidade desta reportagem e a real eficácia do sistema de esgotos da época.

No entanto, deve-se levar em conta que, de fato, a rede de esgotos do Rio nos anos 1940 era menos defasada do que nas décadas seguintes, em virtude do grande crescimento populacional que passaria a ocorrer em ritmo ainda maior do que o de obras. É plausível, portanto, que o problema da poluição ainda não se configurasse de forma generalizada, tendo em vista a maior intensificação do processo de industrialização no recôncavo da baía apenas nos anos 1950, a exemplo da criação da Refinaria Duque de Caxias.

Se por um lado a poluição não era pautada, os exemplos de Orson Welles e lorde Davidson expõem, por outro, o papel de centralidade que a Baía de Guanabara ocupava na época. Em um Rio ainda concentrado em sua área central, era na baía que ocorriam a maior parte das excursões de turismo, inclusive enquanto proposta diplomática. Quase como uma “praça marítima”, participando como ponto central na vida da cidade, a relativa calma de suas águas permitia o encontro de altas autoridades nacionais e internacionais nas lanchas e barcos. Poucos anos depois, o general americano e futuro presidente Eisenhower, em visita ao Brasil, também fez um passeio pela baía, com direito a um almoço na Ilha de Brocoió. Localizada no interior da baía, a paradisíaca ilha, antiga residência de verão do Governo do Estado, encontra-se à venda desde 2016, ainda sem comprador; o governo estipulou seu valor em R\$ 45 milhões¹⁴.

Ao final da guerra e com a vitória aliada em 1945, o primeiro escalão da Força Expedicionária Brasileira chegou de forma “triumfal” ao distrito federal. Estampou *O Globo*, em sua primeira página: “A Guanabara oferecia um espetáculo, a bem dizer, inédito. Nunca se viram tantas embarcações, grandes e pequenas, reunidas assim, com os seus troféus, as suas divisas embandeiradas em festas, coalhando a baía” (O GLOBO, 1945: 1). Aglomerando uma multidão de pessoas, a festa se concentrou pela orla, em especial, do interior da baía.

Ao longo de toda a zona atlântica da cidade, havia uma agitada orla humana. [...] Das janelas dos edifícios de apartamento, alongavam-se ansiosos os olhares, no Flamengo, Botafogo e Copacabana. Mas, onde a massa era mais impressionante, de imensas proporções era no Cais

¹⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/05/dois-anos-apos-ser-colocada-a-venda-ilha-de-brocoio-segue-sem-receber-proposta-de-compra.ghtml> Acesso em: 06/05/2019

da Praça XV de Novembro, do Mercado; na praia das Virtudes e Avenida Beira Mar. (O GLOBO, 18/07/1945:10)

A praia das Virtudes, recanto da antiga praia de Santa Luzia, já não existe mais. Toda a orla foi aterrada durante os anos 1940, em obras para a ampliação do aeroporto Santos Dummont. Resta ainda a Igreja de Santa Luzia, que ficava à beira da praia e se encontra hoje na esquina da Rua Santa Luzia e Av. Pres. Antônio Carlos, longe do mar. Não apenas as praias, mas muitas ilhas da baía também sofreram processo de transformação. Em 1945, por exemplo, são desapropriadas duas ilhas para a instalação do Parque de Combustíveis da Aeronáutica. No mesmo ano, é definido o aterramento das ilhas do Fundão, Cabras, Bom Jesus, Sapucaia e adjacentes, para a construção da Cidade Universitária. Até então, a Vila Valqueire seria o espaço utilizado para a construção das instalações universitárias, mas em maio de 1945 a escolha pelo aterramento das Ilhas é confirmada e anunciada nos jornais.

Apresentando mapas e plantas, o titular da pasta da Educação e as demais pessoas presentes expuseram ao Sr. Getúlio Vargas, através de longo e minucioso relatório, as vantagens da construção dessa magnífica obra num conjunto de ilhas da Baía de Guanabara, em vez de Vila Valqueire, como fora assentado. O engenheiro Horta Barbosa salientou que, com um pequeno aterro, essas ilhas constituirão o melhor lugar, na capital da República, para a construção da “Cidade Universitária” (O GLOBO, 15/05/1945:1)

A criação da Cidade Universitária, através do aterramento e unificação das ilhas, constitui um entre muitos exemplos de aterros feitos na baía e que, por consequência, passaram a dificultar o fluxo e renovação de suas águas. Os exemplos vão desde os aterros ocorridos na região central do Rio ao longo de séculos, em decorrência da natureza pantanosa da cidade; a criação da Avenida Beira-Mar, pelo prefeito Pereira Passos, que resultou no fim de praias muito frequentadas pela população ao longo do século XIX, como a praia de Boqueirão do Passeio; até a realização do próprio aterro e Parque do Flamengo, construído décadas depois. A diferença entre a baía em 1500 e o seu atual contorno fica bem ilustrada em mapa do ambientalista Elmo Amador (2013), com destaque para os aterros na região entre o antigo Saco de São Diogo (parte de onde é hoje o Canal do Manguê) e o arquipélago de ilhas que formariam a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. A linha pontilhada representa o atual contorno da cidade.

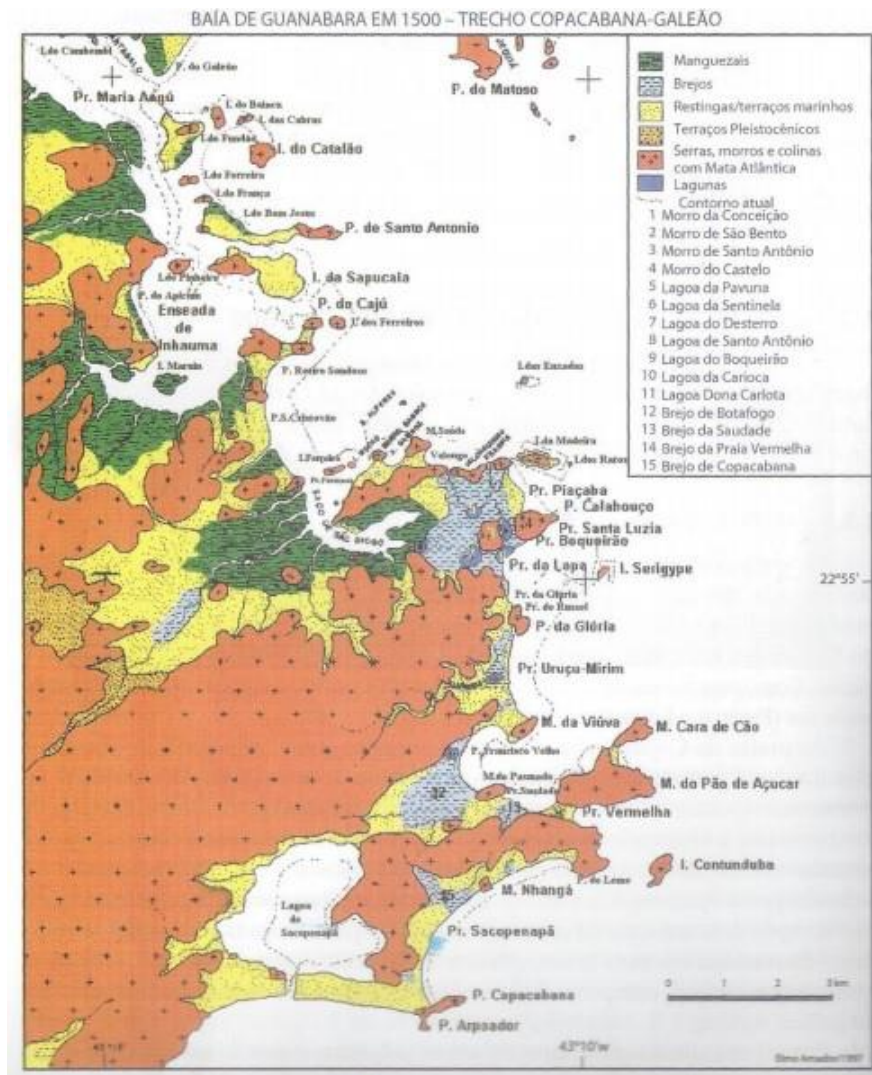


Figura 2: O contorno da baía em 1500, entre Copacabana e Galeão
Fonte: AMADOR (2014: 12)

Foi exatamente na região onde foi criada a Cidade Universitária que teve início o desequilíbrio ecológico na baía de Guanabara (COELHO, 2007). A área em questão compreendia a antiga Enseada de Inhaúma, que já havia sido, antes, comprometida com o aterramento para o antigo aeroporto de Manguinhos e construção da Avenida Brasil, em fins dos anos 1920. Cerca de duas décadas depois, o aterro para a Ilha do Fundão dificultaria ainda mais a renovação de águas da enseada.

O resultado de tudo isso é que uma área superior a 800ha, em 1910, já em 1937 tinha diminuído para 660ha e, em 1957, para 460ha, quase a metade do original. A circulação das águas que, em 1937, era feita através de oito canais, com largura total de 1600m, vinte anos depois, em 1957, passou a ser feita escassamente por apenas dois canais (do

Fundão e ilha dos Pinheiros), com largura total de menos de 500m. De 1957 até o final da década de 1970, houve um agravamento progressivo da qualidade e da quantidade das águas da enseada de Inhaúma. Os constantes aterros praticamente impediram a circulação de águas, acarretando o assoreamento de toda a enseada (cerca de 10cm/ano) e deixando à mostra seu fundo lamacento nas marés baixas. (COELHO, 2007: 138)

O impacto dos aterros na circulação de águas da baía ainda não era visto como um problema. Alheia a isso, a baía continuava a encantar estrangeiros no cenário de pós-guerra. Em março de 1946, um jornalista cubano afirmou ser o Rio “a cidade ideal para o turismo” (O GLOBO, 01/03/1946: 3), em função da guerra que devastara a Europa. Uma semana depois, em matéria sobre alguns europeus do alto escalão governamental de seus países que desembarcariam no Rio de Janeiro, o diplomata belga Georges Marie comentou: “Há 30 anos, a caminho do Chile e Equador, eu passei pela baía de Guanabara, que eu já sabia ser a mais bonita do mundo” (O GLOBO, 07/03/1946: 10). A 30 de julho, um importante técnico perfumista espanhol também se disse encantado com a beleza da Guanabara:

Várias vezes ouvira falar das maravilhas do Rio de Janeiro, no entanto, tudo excedeu a mais ampla das expectativas. Fiquei embevecido com a opulência panorâmica da entrada da baía. Creio que, no mundo, não exista coisa que se lhe compare. Estou maravilhado, francamente maravilhado. (O GLOBO, 30/7/1946: 5)

Em dezembro, uma matéria inteira de elogios à cidade do Rio de Janeiro torna-se emblemática para a análise sobre a importância da baía no Rio da época. A reportagem esmiúça os elogios do escritor André Siegfried às belezas da cidade como um todo, das florestas e montanhas à arquitetura, não focando apenas na baía de Guanabara, como era praxe. O jornalista chama a atenção para este fato e diz como o carioca se sente orgulhoso quando alguém sabe amar todas as belezas reunidas na cidade. A matéria de página inteira ajuda a confirmar a centralidade da baía de Guanabara no imaginário dos estrangeiros sobre o Rio de Janeiro, e segundo o jornalista, até certo incômodo dos cariocas com o esquecimento das outras belezas da cidade.

Todos os turistas que nos visitam – e isso há mais de um século – cantam em prosa e em verso, principalmente em prosa, “a beleza sem par da baía de Guanabara”. Os nossos repórteres de anteontem e de ontem, subindo ao convés dos navios recém-chegados desfechavam, à queima-roupa, aos passageiros mais importantes: “Qual é a impressão

de V.Exa. sobre a baía de Guanabara?”. Naturalmente, as respostas eram as esperadas: “Admirável”, “Incomparável” etc. [...] Certas músicas, certas frases, certos versos geniais, à força de repetidos, de remoídos, chegam às fronteiras dos “lugares comuns”. Todavia, não deixam de ser belos, geniais. A baía de Guanabara, os cariocas bem o sabem, porque a veem todos os dias, não teme confronto de beleza com as baías de Nápoles, Frisco ou do Bósforo. E além do mais, o carioca não gosta — e com toda razão — que se fale exclusivamente da baía, quando ela é apenas uma fração no conjunto das maravilhas do Rio. (O GLOBO, 10/12/1946:6)

SE HÁ SETE MARAVILHAS NO MUNDO...

Uma frase de André Siegfried em face dos mil e um atrativos da terra carioca



do de carro pela Mar. teria de sóbito dado em si mesmo ao condutor do seu carro:

— “Quelqu’une loca para a floresta virgem”.

A cidade toda “er louca, mas a ordem, naquele tempo, como hoje, não era impressionante de ser escondida.

A floresta está ali, na Tijuca, ali nas faladas do Santa Teresa, ali no Corcovado. A estrada de ferro da Corcovado, traçada em plena mata virgem. Os bondes da Companhia Ferro Carril Carioca nos levam à orla das matas do Siverstre e os da Light nos transportam ao Alto da Boa Vista, às florestas da Tijuca.

Os escritores antigos, os que contam a sua cidade, os que contam a sua cidade não em uma só das suas belezas, mas em todas as suas belezas, como André Siegfried, que sabe contar não somente as suas belezas naturais, mas também as conquistas urbanísticas da civilização.

Porque é preciso não esquecer que o homem carioca, na seu colossal trabalho, através dos séculos, de construção de sua cidade, não desprezou as estruturas portuárias que o cercam.

O Rio é hoje uma metrópole, uma admirável metrópole, servida pela civilização com todos os seus requintes. Homenageando-se entre eles as admiráveis organizações dos nossos serviços de abastecimento de energia elétrica, que nos dá um serviço industrial, que nos dá um serviço de iluminação entre os mais belos e mais perfeitos serviços de iluminação de todos os grandes metrópoles do mundo.

E assim, a quem contemplar o nosso Rio da noite com a sua vida intensa, com o seu desenvolvimento contínuo, com todas as suas conquistas naturais e todas as obras civilizadoras realizadas pelo homem, dirá, como Siegfried:

— “Há há sete maravilhas no mundo, o Rio de Janeiro é certamente uma delas”.

Todos os turistas que nos visitam — e isso há mais de um século — cantam em prosa e em verso, principalmente em prosa, “a beleza sem lei da baía de Guanabara”. Os nossos reporteiros de anti-cinema e de cinema, subindo ao cume do morro, sempre chegados desleixavam, à mesma hora, aos parapeitos mais impressionantes: — “Qual é a impressão de V. Exa. sobre a baía de Guanabara?” Naturalmente, as respostas eram as esperadas: — “Admirável” — “Incomparável” — etc.

Certas músicas de gênio, certas frases, certos versos geniais, à força de repetidos, de remoídos, chegam às fronteiras dos “lugares comuns”. Todavia, não deixam de ser belos, geniais.

toril e Canoeiros, mas tendo sobre eles a riqueza da vegetação tropical, de natureza feérica que lembra as ilhas do Pacífico e o Extremo Oriente. “Parece estar a gente tendo um fundo de Leonardo Da Vinci, mas de um Da Vinci chinês”. E diz: “No Ansejo do Rio, para empregar a expressão de Barba, é o Rio de Janeiro que “chante de grande voz”.

E continua:

“Na realidade, o tenor cantando multidão tem a sua grande voz e a tal ponto que, em certos momentos, a gente se poderia quase crer em um teatro”.

Longa parlo dedica Siegfried à descrição do conjunto das maravilhas de Guanabara, notadamente Flamengo e Copacabana, dentro e fora da barra. Admira-se diante dos requetes das palmeiras que se percebem da Torre: “Flamengo não dá a visão de Niterói no Monte Carlo. É todo um palmeiras, uma “Côte d’Azur” tropical e, portanto, mais rica de cores”.

Descreve diversos aspectos urbanos e dos arrabaldes, destacando os característicos da civilização plena e da beleza natural de toda a cidade.

Mostra a perfeita fusão do asfalto, das avenidas, das grandes praças, com a montanha, a mata virgem e o o-marinho.

Conta-nos que Sarah Bernhardt, a divina Sara, passeava

Figura 3: Matéria exaltando belezas do Rio além da Baía de Guanabara.
Fonte: Acervo Digital do Jornal *O Globo*, 10/12/1946.

Ainda no início de um processo de crescimento populacional para as praias oceânicas da Zona Sul, doze anos separam esta matéria de 1946 do “início oficial” do movimento da Bossa Nova, em 1958, surgido em Copacabana e tomado como um período de ouro na história do bairro. Entretanto, já desde o final da década de 1940 que a “princesinha do mar” passava a despontar como um dos cartões-postais do Rio para o mundo, dividindo, de certa forma, as atenções com a Guanabara. É de um ano após essa última reportagem, em 1947, a primeira gravação da famosa música “Copacabana”, de Braguinha e Alberto Ribeiro, na voz de Dick Farney. Música símbolo do bairro, outras iriam lhe fazer companhia nos anos seguintes, como “Sábado em Copacabana” de Dorival Caymmi, com gravação de Lucio Costa em 1951. Depois do chamado *boom* de Copacabana, as praias do Arpoador — com o surgimento do surfe — e de Ipanema

passariam a dividir ainda mais a atenção das belezas do Rio, também impulsionada pela “Garota de Ipanema” de Tom Jobim e Vinicius de Moraes. Coincidentemente ou não, a ascensão destes bairros –e de suas respectivas praias- deu-se no mesmo período em que começam a aparecer as primeiras notícias de poluição na baía de Guanabara e, conseqüentemente, o início de sua “decadência”.

Sem ter, ainda, sua imagem ligada à degradação ambiental generalizada, outros eventos ditos “negativos” ocorreram com frequência nas águas da baía durante esses anos e estamparam as manchetes de jornais, como contrabandos, naufrágios e acidentes de todo tipo. Notícias de cunho policial, as ocorrências da palavra “contrabandista(s)” junto à “baía de Guanabara” na mesma matéria, de acordo com o acervo d’*O Globo*, tiveram seu auge histórico nos anos 1950, com 21 aparições. Apesar de só se ter registro de duas matérias com essas palavras na década de 1940, uma notícia de 1941 demonstra que o problema já vinha acontecendo há tempos, mesmo que pouco noticiado:

Caça luminosa aos contrabandistas da Guanabara! Adiantadas as obras da Ilha de Santa Bárbara: voltará a funcionar o holofote que é o terror dos ladrões do mar. (...) Como se sabe, na Ilha de Santa Bárbara funciona um posto aduaneiro, que tem toda importância, porque controla toda a fiscalização da Guanabara. Seu holofote, que é o mais possante do Brasil, voltará à ação, varrendo as águas da baía a noite toda, numa vigilância permanente e intensiva contra ladrões e contrabandistas (O GLOBO, 19/08/1941: 4).

Quanto aos acidentes, colisões de lancha, naufrágios e vítimas afogadas, estes não são exclusividade dos anos 1940, mas perpassam todas as décadas até hoje, em maior ou menor escala. Um acidente que chamou a atenção e voltou os olhos da população, de forma trágica, para as águas da baía foi a queda de um avião da Força Aérea Brasileira, com 15 mortos, em agosto de 1947. Não foi o único acidente de avião sobre as águas da Guanabara, mas serve de exemplo para demonstrar a complexidade do que foi e continua sendo a baía: lugar de belezas naturais, poluição, referência de arte e cultura, polo econômico e industrial, contrabandos e outras formas de ilegalidades e, claro, acidentes.

Também na década de 1940 começaram a surgir obras e projetos que mudariam substancialmente a baía e a sua “essência”. Sempre referida às suas belezas naturais e bucólicas, o progresso também teria espaço em suas águas e entorno. Do ponto de vista do transporte, a baía que simbolizava a distância e dificuldade de locomoção entre seus lados opostos, seria modificada para possibilitar sua integração. Um primeiro exemplo

são as obras para construção da rodovia circundando Niterói e Rio, em fevereiro de 1944. Entretanto, o progresso não poderia chegar sem que se modificasse o ambiente “natural” do entorno da baía.

Muitas matérias diziam respeito, também, ao aumento e reforma de barcas, bem como da estação da Praça XV, que seriam feitos pela *Frota Carioca S.A.*, nova concessionária do serviço. Todavia, foi o sonho de transporte rodoviário direto entre as duas cidades que deu início, ainda em 1947, a uma discussão que duraria por muitos anos: a construção da ponte Rio-Niterói. Prefeito de Niterói à época, Celso Guimarães aludiu a um projeto de construção de uma ponte ligando o Caju a São Lourenço. A Marinha, entretanto, foi contra o projeto, pois “em caso de guerra, poderia ficar engarrafado o porto do Rio de Janeiro” (O GLOBO, 22/08/1947: 3). Nas décadas seguintes perduraria a discussão sobre qual seria a melhor opção, uma ponte ou um túnel ligando as duas cidades.

A virada para os anos de 1950 trouxe, logo de início, uma reportagem que antecipou as outras que apareceriam no fim da década. Apesar de não usar a palavra “poluição”, uma notícia de janeiro, tratando do plano de obras do Departamento de Água e Esgoto da prefeitura, menciona que são “suspeitas” as águas da baía, ao mesmo tempo em que a elogia. Parece ser um prenúncio da convivência das dimensões idílica e trágica que, dali pra frente, perpassaria cada vez mais o imaginário da Guanabara.

[...] a Baía é soberba, o panorama que se descortina daquelas praias ensolaradas é magnífico, mas as águas que sobre elas se arrojam em ondas suaves, raramente enfurecidas em ressacas, são suspeitas, em consequência da incúria das administrações municipais (O GLOBO, 18/1/1950: 1)

Ainda em 1950, uma reportagem afirma que a quantidade de sardinha miúda na baía estaria sendo afetada pela pesca ilegal nas épocas de desova. Um ano depois, uma matéria critica o turismo carioca, alegando falta de informações para o turista. Um norte-americano, especialista em Relações Públicas, comentou o assunto: “Se vocês não conseguem convencer o mundo a visitar o Rio, que possui o Pão de Açúcar, o Corcovado, a Baía de Guanabara, as favelas e o carnaval, então é melhor desistirem” (O GLOBO, 26/10/1951: 5).

Quase sempre citada entre as principais belezas da cidade, o imaginário da baía se confunde com o do próprio Rio de Janeiro e do Brasil, como um dos maiores

símbolos do país. Em 1953 foi anunciada a produção americana de um novo processo tridimensional conhecido por “Cinerama”, em que trinta países do mundo inteiro seriam filmados, com a baía de Guanabara e o carnaval carioca representando o Brasil: “Após focalizar a Guanabara e o carnaval, o grupo filmará –por exemplo- as pirâmides do Egito, as ruínas de Atenas [...] Pode-se dizer, mesmo, que será uma história sobre as “maravilhas do mundo”. (O GLOBO, 06/02/1953: 5)

Além de “maravilha do mundo”, a baía também era local religioso. As grandes festas de fim de ano e as oferendas à Iemanjá em suas praias faziam, e ainda fazem parte da cultura afro-brasileira no Rio de Janeiro. Já sob o ponto de vista católico, um evento de grandes proporções chegou a alterar a composição do espelho d’água da baía até os dias atuais: a visita do cardeal D. Jaime Câmara para o famoso Congresso Eucarístico de 1954 renderia um aterramento da região do calabouço para comportar o contingente previsto de mais de um milhão de fieis.

Até dezembro próximo, os trabalhos do aterro estarão concluídos. Serão lançados ao mar cerca de 800 mil metros cúbicos de terra, correspondendo a uma faixa de terra irregular, que começa com 15 e termina com 300 metros de comprimento. (O GLOBO, 04/02/1954:7)

Em dezembro do mesmo ano, uma notícia anunciou a circulação da edição de natal da revista “Brasil Moderno”, que mostrava fotografias inéditas de vários pontos e obras ao longo do Brasil, entre elas “as arrojadas obras de melhoramentos do Distrito Federal com o aterro de parte da Baía de Guanabara e desmonte do morro de Santo Antonio” (O GLOBO, 18/12/1954:7). Quase dois anos depois, em 1956, uma matéria finalmente denunciaria os constantes aterros e obras na Guanabara e alerta, em tom catastrófico, para o “perigo de desaparecimento” da baía.

Motivo de preocupação, isso sim, é o que está acontecendo na baía de Guanabara. Tal como aconteceu à lagoa Rodrigo de Freitas e a muitas outras do litoral brasileiro, a linda Guanabara está condenada pelo mais criminoso descasar dos responsáveis pela administração do país, nas últimas décadas. O lançamento ao mar dos morros da cidade e do refugo das obras para o alargamento das avenidas e construção de aeroportos, jardins e esplanadas, cobre de areia as margens e diminui constantemente a profundidade da baía [...]. Dentro de certo tempo, a baía de Guanabara, entupida, estará isolada do Oceano. O seu esplêndido porto será fechado e tornado inútil aos movimentos marítimos [...] esse terrível prognóstico não é fantasia ou pessimismo. Desgraçadamente é uma verdade prevista –matematicamente- e medida como um fenômeno astronômico (O GLOBO, 12/10/1956)

Os aterros ainda não são, nesta reportagem, ligados à questão do fluxo de águas, poluição e acúmulo de detritos, dizendo respeito apenas à navegação, profundidade e à própria grandeza da baía. No entanto, a pauta da poluição entraria no jornal *O Globo* logo no ano seguinte. Sugerimos que ocorre, a partir de então, a primeira grande mudança em um imaginário social que perpassava a Baía de Guanabara a partir das matérias que a mencionam de forma ainda refulgente em beleza, mas já ameaçada. A mudança se reflete, aos poucos, nos “acontecimentos” que passam a virar notícia e, portanto, nas narrativas empregadas sobre a baía.

2.2 A convivência do referencial idílico com a poluição: de 1957 a 1971

O próximo período de reportagens sobre a Baía de Guanabara compreende as suas primeiras matérias de cunho ambiental. A convivência ambígua entre as referências idílicas e trágicas dizem respeito ao tom que a poluição assume neste primeiro momento. Ainda como uma ameaça, muitas vezes com verbos denunciativos empregados no gerúndio, a poluição é vista, nesse momento, como um processo ainda em curso. Quantitativamente, é notória a crescente de matérias com o termo “poluição” junto à “baía de guanabara” ao longo deste período. A maior inflexão se dá, justamente, na virada da década de 1970, como mostra o Gráfico 3.

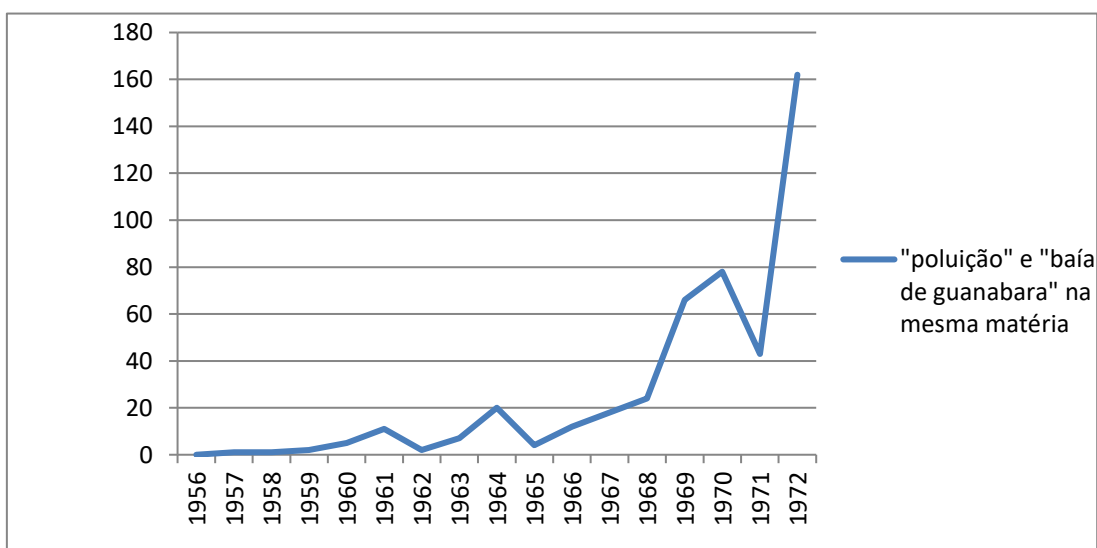


Gráfico 3: “Poluição” e “Baía de Guanabara” na mesma matéria, de 1956 a 1972

Fonte: Acervo Digital do Jornal O Globo

Simultaneamente ao grande crescimento, num geral, de matérias que citam a “baía de Guanabara” ao longo destas décadas, a pauta da poluição ocupa, também proporcionalmente, grande espaço nas pautas da baía. Se só levarmos em conta as matérias em que ela é pauta principal da reportagem, o tema ambiental praticamente monopoliza o noticiário, como nos mostra o Gráfico 4.

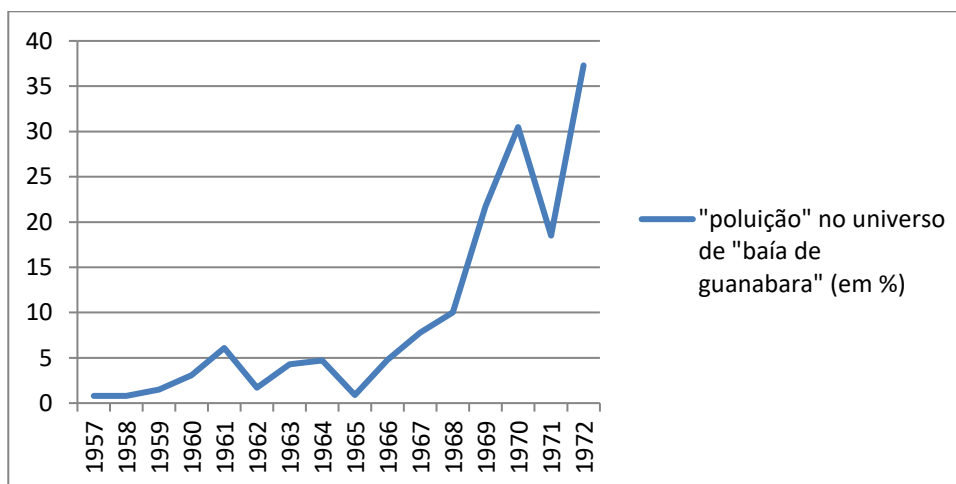


Gráfico 4: Percentual de matérias sobre poluição entre as que citam a baía, de 1957 a 1972.

Fonte: Acervo Digital do Jornal O Globo.

Em agosto de 1957, a primeira matéria que trata de poluição na baía denuncia o desaparecimento de peixes na região, com o título: “O peixe está desaparecendo: aterros, águas poluídas ou envenenadas contribuirão para que se desertem as águas da Guanabara – um técnico aponta providências imediatas para a solução do problema” (O GLOBO, 01/08/1957: 3). O professor de oceanografia, pesca e piscicultura, Antônio da Costa Pimentel, deu longa entrevista para a reportagem:

Sobre água poluída, já temos o exemplo da Lagoa Rodrigo de Freitas, que poderia ser um manancial de peixe fresco, a suprir todo o Distrito Federal. Cientistas do Instituto Oswaldo Cruz, mediante pesquisas, numa vasta zona da baía de Guanabara, determinaram as razões das poluições das águas, causas do desaparecimento da flora e fauna [...]. A leitura recente da impressionante súplica de trabalhos e observações a respeito da poluição das águas da enseada de Inhaúma e junto à ilha dos Pinheiros, no fundo da baía de Guanabara [...] trouxe nítidas e insofismáveis informações sobre esse mal que pode estender-se à maior superfície da baía de Guanabara (O GLOBO, 01/08/1957:3)

emissário submarino (concluído quase duas décadas depois), foi preciso conhecer as correntes marítimas da Zona Sul, de forma que o esgoto lançado ao mar não voltasse à baía. Pensando nisso, a Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN) começou a campanha para lançamento de milhares de “cartões de deriva”, com questionário para a população preencher, informando a data e praia em que foram localizados. O diretor do Departamento de Esgotos Sanitários da SURSAN, engenheiro Enaldo Cravo Peixoto, falou sobre os estudos para conhecer as causas da poluição. Foi, provavelmente, a primeira vez em que se elucidou, na mídia, o problema de poluição da baía, apontando todas as suas principais causas.

Despejos in natura (sem tratamento) proveniente da rede de esgotos sanitários; os despejos industriais através da rede pluvial ou através dos córregos e rios, que deságuam na baía de Guanabara; os despejos das refinarias de petróleo e dos depósitos de óleo das companhias de petróleo; os despejos dos navios no porto; o grande despejo de lixo na Sapucaia (O GLOBO, 21/1/1959:8)

Personagem importante das reportagens, Enaldo Cravo Peixoto viria a se destacar, protagonizando a maior parte das primeiras matérias de denúncia de poluição. Em setembro do mesmo ano, afirmou, em uma conferência noticiada pelo *O Globo*, que a rede de esgotos do Rio era proporcionalmente menor que um século antes. Para tal afirmação, o engenheiro mostra que a relação entre o tamanho da rede de esgotos e a população era, no século XIX, de 1,10m por pessoa, índice que em 1959 estaria em apenas 0,27m.

No que tange à rede de esgotos da cidade, é importante notar que as obras do emissário submarino, concluídas apenas em 1975, tratariam em boa parte a poluição das praias oceânicas da Zona Sul. Além do aumento da poluição na baía, praias como Copacabana e Leblon também sofriam com o fenômeno das “valas negras”, poluindo-as, mesmo com a maior renovação de águas do mar aberto. Nesse sentido, não vemos ainda uma discrepância de “importância de centralidade” das praias oceânicas para as da baía, como acontece nos dias atuais. Se o problema da poluição começava a aparecer na baía, também era comum a interdição das praias oceânicas devido ao lançamento de esgoto *in natura* pelas valas negras.

De forma alheia ao início dos problemas ambientais, duas reportagens, que apesar de aparentemente irrelevantes e não terem na baía sua pauta principal, ajudam a reafirmar o prestígio da Guanabara para o imaginário do país. A famosa coluna social

de Ibrahim Sued comenta o mergulho na baía feito por diversos modelos mundialmente conhecidas, em viagem ao Brasil. No ano seguinte, sete bailarinas californianas, em excursão no Rio, se mostraram deslumbradas com a cidade e a baía: “Meu Deus! Esta Baía de Guanabara é mais bonita que a de São Francisco”, comentou a primeira. A outra bailarina perguntou: “Todo mundo trabalha, aqui no Rio? Não é possível. Numa terra como esta, com este mar, este sol e este clima, quem trabalha não sabe o que está perdendo...”. Uma terceira bailarina elogiou mais uma vez a baía, durante passeio no Pão de Açúcar: “Francamente, nunca pensei que o Rio fosse tão bonito. As águas de sua baía são mais azuis ainda vistas de longe, do alto.” (O GLOBO, 11/08/1958: 6)

A década de 1960 começou, já em janeiro, com reportagem denunciando a degradação da fauna da baía: “Estão acabando com a fauna da Guanabara!” (O GLOBO, 18/01/1960: 3), é o título da matéria. O foco está no problema de lançamento de óleo por navios que atracam no porto na hora da lavagem, levando à asfixia da vida marinha ao passo que a camada de combustível impede a oxigenação da água. O problema do óleo nesta década será tão ou mais persistente e importante do que o dos esgotos, com várias frentes e tentativas de fiscalização dos navios poluidores. A tímida multa aplicada aos navios, no entanto, faz com que seja mais compensatório pagá-la do que ir até o mar aberto para lavar as embarcações.

Durante o primeiro ano da década é inaugurada a Estação de Tratamento de Esgotos da Penha e criada uma Comissão Interestadual para combater a poluição das águas da Guanabara. O engenheiro Enaldo Cravo Peixoto informa que a solução para o problema é uma comissão executiva composta por representantes dos estados do Rio e da Guanabara, além do Governo Federal. No ano seguinte, em matéria intitulada “Terrível ameaça sobre a Baía de Guanabara!”, o engenheiro faz um certo e infeliz prognóstico sobre a situação para o futuro.

A poluição afetará o uso das praias como balneários, a utilização de seus remansos para esquiagem e regatas, a pesca esportiva e profissional, a navegação em geral, inclusive o iatismo, e o efeito paisagístico, fonte de atração turística. No caso específico da baía de Guanabara, as suas águas vêm sendo inutilizadas, gradativa e constantemente, por despejos das redes de esgotos sanitários da cidade [...]; aterros de lixo; despejos da Refinaria de Manguinhos; rios que desembocam na baía e trazem despejos de indústrias (O GLOBO, 28/4/1961)

Ainda na mesma matéria, Enaldo também denuncia o despejo de óleo por navios. O engenheiro atesta para o fato de o Brasil ter se ausentado da Convenção de Londres em 1954, um dos primeiros e principais encontros ambientais, proibindo a descarga persistente de óleo em determinadas zonas, como medida de prevenção à poluição dos mares (BROCKIS, 1967). Dois meses depois, o engenheiro acompanha um fotógrafo para apresentar imagens das mazelas da Baía de Guanabara ao presidente Jânio Quadros. É a primeira vez que são publicadas, no jornal *O Globo*, fotos sobre os problemas ambientais da baía.

Ao mesmo tempo em que, lentamente, um tom de preocupação e ameaça começa a constituir as narrativas sobre a baía e técnicos do Poder Público passam a dar atenção ao assunto, outras dimensões, fora da poluição, continuam atuando concomitantemente no noticiário. A baía é palco importante dos esportes náuticos, e uma matéria d'*O Globo* noticia a realização de um campeonato de iatismo: “Fascínio da Guanabara atrai ases para o mundial de stars” (O GLOBO, 24/10/1960: 8). Um ano depois, teria vez na Guanabara o “maior certame náutico de todos os tempos” (O GLOBO, 04/12/1961).

Do ponto de vista cinematográfico, a baía foi retratada com grande estima em um sucesso que correu o mundo na virada da década. A coprodução franco-brasileira para “Orfeu Negro”, uma das mais importantes obras já filmadas em território brasileiro, conseguiria a vitória no festival de Cannes de 1959 e o Oscar de Melhor Filme Estrangeiro de 1960, até hoje único filme com produção brasileira a vencer a estatueta, apesar de ter representado a França na premiação. A adaptação da peça “Orfeu da Conceição”, de Vinicius de Moraes, foi louvada Brasil afora contendo algumas das primeiras canções da Bossa Nova a tomarem o mundo. Em matéria de maio de 1959, a crítica expõe o “cenário magnífico” do filme: “A cor, pujante e audaciosa nas sequências carnavalescas, assume nuances de suavidade na reprodução da beleza crepuscular da Baía de Guanabara, vista do alto das favelas” (O GLOBO, 22/5/1959:6).

Ao mesmo tempo em que o Pão de Açúcar e a baía encantavam o mundo no romance de Orfeu e Eurídice filmado no topo do Morro do Leme, o estrangeiro que adentrasse, de navio, a barra da Baía de Guanabara veria, em cartazes colocados nas barcas e no costão do Pão de Açúcar, a seguinte mensagem: “Comandante, não suje nossas praias”. A ideia veio de Enaldo Cravo Peixoto, em 1963, com o aval do então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, visando impedir o despejo de óleo

pelos comandantes de navios recém-chegados ao Rio. Ainda no mesmo ano, uma reportagem clama por ajuda: “Pelo amor de Deus, salvem a Baía de Guanabara!” (O GLOBO, 09/11/1963). A matéria trata, novamente, do problema do óleo. É interessante notar a predominância, até então, de textos que focalizavam o problema na fauna e na flora, em detrimento aos possíveis impactos no banho de mar da população.

Quanto às praias, há inúmeras matérias noticiando interdições e liberações, mas com a ressalva de estarem relacionadas às situações de obras específicas que iriam sanar, futuramente, o problema. Para fins de contextualização, essas matérias não foram encontradas através de pesquisa das palavras-chave “poluição” e “baía de Guanabara”, mas a partir de pesquisa exploratória sobre lançamento e despejo de esgotos em praias. A praia de Botafogo é um dos casos emblemáticos. De acordo com as matérias, a substituição do lançamento de esgotos das suas águas para o costão do Pão de Açúcar resolveria definitivamente o problema. Anos depois, descobre-se que, na realidade, o esgoto do costão voltava à sua praia e a população deveria esperar a conclusão das obras do interceptor oceânico e do emissário submarino de Ipanema. No fim das contas, hoje em dia o emissário submarino está pronto há décadas, e tampouco se joga esgoto no costão do Pão de Açúcar. Mesmo assim, a praia de Botafogo é hoje considerada uma das mais sujas da baía de Guanabara, imprópria para banho durante todo o ano¹⁵: parecia não ser somente o despejo localizado de esgoto em suas proximidades que ocasionava a sua poluição, mas um processo generalizado que, pouco a pouco, passava a tomar conta da baía de Guanabara.

Durante o ano de 1964 continuaram as matérias sobre poluição, mas sem tanta relevância. Destacam-se notícias informativas e genéricas sobre o trabalho em conjunto das instâncias estaduais, bem como algumas matérias falando sobre punições aos responsáveis por derramarem esgoto na baía. No âmbito dos transportes, o projeto para a ligação Rio – Niterói gerou controvérsias ao longo da década, expondo a dúvida sobre a construção de um túnel ou de uma ponte.

No ano seguinte, o da celebração do IV Centenário da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a Baía de Guanabara foi representada em uma foto que estampou uma matéria com o título “Rio, sem adjetivos” (O GLOBO, 07/01/1965), enaltecendo as belezas da cidade. Ainda em janeiro, foi inaugurada uma mostra sobre a fauna e flora da

¹⁵ Informação verificável nas séries históricas do Boletim de Balneabilidade do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), entre 2007 e 2019. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/ar-agua-e-solo/balneabilidade-das-praias/>

baía, sem haver qualquer menção à poluição de suas águas na matéria sobre a exposição. No embalo das comemorações pelo aniversário da cidade, três mil figurantes fizeram a “festa do rio-mar” sobre as águas da Guanabara. Em maio teve inaugurado o “bateau-mouche”, barco destinado ao turismo marítimo pela Baía de Guanabara, que carecia até então de uma excursão do tipo. Três meses depois, autoridades do governo, entre elas o engenheiro Enaldo Cravo Peixoto, afirmam querer desenvolver o turismo na Baía de Guanabara.

Em junho, passou pelo Rio o príncipe italiano D’Aragona Orsini, motivado pela beleza da baía, durante uma viagem que fazia ao redor do mundo. A celebridade afirmou ao jornal que não era o “Don Juan” que os colunistas sociais o referiam, mas que uma inusitada “jovem” havia lhe atraído: “Não posso esconder, porém, que uma jovem, muito bela, atraiu-me ao Rio de Janeiro: esta Baía de Guanabara, sobre a qual tanto ouvi falar por onde quer que tenha passado, mundo a fora” (O GLOBO, 09/06/1965).

A baía parecia conviver, simultaneamente, com a imagem de um país paradisíaco, repleto de belezas naturais, e com o incipiente combate à poluição de suas águas. O colunista temático da área do “mundo submarino”, Vitor Wellisch, ao falar rotineiramente de pescaria, poucas vezes perdia a oportunidade de criticar a situação da baía, inclusive chamando-a de “ex-maravilhosa”. Ao mesmo tempo, os passeios turísticos no “bateau-mouche” eram divulgados com frequência pelo jornal: ““Garotas’ no ‘bateau-mouche’ mostram novo formato e as belezas da Baía de Guanabara” (O GLOBO, 30/10/1965), é o título de uma matéria que fala sobre o lançamento de um novo formato da revista “Garotas”. Crianças também faziam passeios pelo barco, e até os “filhos” do “Capitão Von Trapp”, atores do premiado musical “A Noviça Rebelde”, aproveitaram do passeio sobre o mar.

Já o verão de 1966 começou com um dos piores e mais lembrados temporais da história do Rio de Janeiro, no dia 10 de janeiro: duzentas pessoas morreram e mais de 30 mil ficaram desabrigados. As praias foram interditadas e liberadas dias depois, com exceção das localizadas na Baía de Guanabara. Nos meses seguintes, acirram-se as tentativas de aumentar a punição para os lançadores de óleo, com um juiz sugerindo a prisão para os poluidores da baía. Outra matéria, em maio, volta a tratar da poluição e propõe soluções extremamente duvidosas. Falando em “evitar a poluição das águas da baía de Guanabara, que traria sérios prejuízos para a cidade, cujas praias poderiam transformar-se em perigo para os banhistas”, a matéria volta à impressão de que a baía

ainda não está poluída e de que é preciso evitá-la. Ademais, a reportagem feita com os técnicos da SURSAN demonstra, no mínimo, bastante desprezo pelas regiões do Rio de Janeiro que não fazem parte da Zona Sul, com sugestões muito problemáticas para solução do problema de lançamento de esgoto.

Os atuais pontos de despejo sanitário se encontram nas imediações do Pão de Açúcar e na Ponta do Vidigal. Entretanto, os estudos realizados apontam como locais ideais os seguintes: ao largo de Brás de Pina, junto à Ilha do Governador; nas proximidades da Ponta do Caju; ao largo do Forte de São João; ao largo da Ponta do Arpoador, a cerca de vinte quilômetros da costa. (O GLOBO, 25/5/1966)

Uma situação crucial entraria em pauta n’*O Globo* na virada para o verão de 1967. O perigo da hepatite, que havia sido divulgado na imprensa pouquíssimas vezes durante a década e em pequenas notas, recebe uma matéria maior, mencionando as praias de Botafogo e Flamengo. “Só em maio desaparecerá o perigo nas praias poluídas” é o título da matéria, referindo-se à conclusão final das obras do interceptor oceânico naquela região. Entretanto, Antonio Lousada, assessor da Administração Regional de Botafogo, esclareceu que “não há uma proibição formal para os banhos de mar nas duas praias, em vista de os exames bacteriológicos da água não terem acusado grande perigo de contaminação” (O GLOBO, 30/12/1966: 17). Quatro dias depois, uma matéria alerta que todas as praias artificiais do Rio (decorrentes de aterros), localizadas no interior da baía, estão poluídas. Interditada, a praia de Botafogo se encheu de banhistas que foram retirados, com muito custo, pelos policiais da ronda.

As águas da praia de Botafogo são poluídas desde que ela foi construída, em 1963, assim como são poluídas as águas das outras praias artificiais: Flamengo, Ramos e Cocotá. Quando foram inauguradas, ninguém avisou que suas águas eram poluídas, mas algum tempo depois a imprensa levantou o assunto, e foi feita a primeira interdição, que não surtiu efeito algum como a de agora. (O GLOBO, 03/1/1967: 7)

Ocorre, em junho do mesmo ano, a Operação Baía de Guanabara, destinada a coletar amostras da água em dezenas de diferentes pontos da baía. Na mesma matéria, o engenheiro entrevistado afirma que a poluição da baía já vem de muito antes.

A Baía, há 40 anos, tinha suas águas limpas, com flora e fauna riquíssimas. No entanto, a partir de 1936, foram iniciados os estudos sobre as mudanças verificadas nas suas águas, defronte ao Canal de

Sapucaia, onde a poluição apresentava sinais de aumento. Com relação aos fenômenos físicos, esclareceu que foi destacado o surgimento de contracorrentes devido aos aterros no Aeroporto de Mangueiras [...] (O GLOBO, 06/6/1967)

Dois dias depois, uma grande matéria ilustrada no caderno de turismo contrasta, novamente, com os recentes problemas noticiados, apresentando o título “Os belos recantos da Baía de Guanabara” e propagandeando o “bateau-mouche”: “Nunca a Baía de Guanabara esteve tão perto dos turistas que visitam o Rio de Janeiro e procuram conhecer as belezas naturais que a mão divina proporcionou à Cidade Maravilhosa” (O GLOBO, 08/06/1967: 4). Outras três matérias do tipo seriam publicadas ao longo do ano, sugerindo ser o caso de uma possível propaganda paga ao jornal pelo passeio.

Em agosto, uma tragédia acometeu um dos principais personagens das histórias da baía: Dora Vivacqua, conhecida pelo nome artístico Luz Del Fuego, importante ativista do movimento naturista e feminista, foi assassinada na Ilha do Sol, onde morava, e o corpo jogado no fundo da Baía de Guanabara. A artista era, talvez, a mais ilustre moradora da baía e sua morte chocou a cidade, em julho de 1967.

O crime contra a vida de Luz Del Fuego não foi fato isolado, e a “idílica” Baía de Guanabara também descortinava uma dimensão cruel de sua imagem. Palco de guerra na fundação da cidade e no extermínio dos índios que a habitavam, a baía passou a ser local de intenso contrabando durante o século XX. Pior que o contrabando, foi revelado, em 1971, um “sindicato do crime”, responsável pela chacina e tráfico de mulheres: “Chacina de mulheres revela sindicato do crime no mar” (O GLOBO, 04/03/1971) e “Mistério de 200 mortos no roteiro dos piratas” (O GLOBO, 05/03/1971) são os títulos de duas grandes reportagens denunciando o submundo da região portuária e da baía.

A mesma baía que abrigava crimes, acidentes, passeios, pesca e praias, era também fundamental no transporte metropolitano. “Quase 20 milhões de pessoas cruzaram a baía em 6 meses” (O GLOBO, 23/08/1965), dizia o título de uma reportagem sobre o tema. Além das barcas, o transporte na baía tomava outras proporções com a construção da ponte que cruzaria suas águas. A expectativa era imensa, e *O Globo* anunciava que “A ponte Rio-Niterói solucionará problemas graves do grande rio” (O GLOBO, 10/04/1967). Havia até quem se dispusesse a fazer o trajeto a nado: ainda em dezembro de 1967 aconteceu a famosa competição de natação

“Travessia da Guanabara”, de Icarai à praia do Flamengo, sem que a poluição sequer fosse considerada uma questão para a prova àquela altura.

Pouco mais de duas semanas depois, antes do Réveillon de 1968, teria início uma das principais controvérsias em relação à poluição da baía que, pouco depois, elevaria a discussão para outro patamar, para além do desaparecimento da fauna e flora, mas envolvendo a saúde humana. *O Globo* reproduz a posição do governo acerca da praia de Botafogo: “Saúde Pública: praia de Botafogo não oferece perigo aos banhistas”. (O GLOBO, 27/12/1967). No dia seguinte, uma reportagem anuncia o Rio de Janeiro “sob ameaça de hepatite no verão”, focando especialmente na Ilha do Governador e Praia de Ramos. Um dia depois, a Superintendência de Saúde Pública do Estado (SUSAPE) nega haver perigo de surto de hepatite. A relação direta entre hepatite e poluição de águas ainda não era “confirmada” cientificamente.

Após lembrar que ainda não foi estabelecido se a água marinha pode, em condições normais ser transmissora do vírus da hepatite, o Superintendente da SUSAPE salientou que os dados mais recentes sobre a incidência daquela doença na Ilha [...] deixam supor tudo menos a possibilidade de um surto: os índices demonstram haver, no local, um número de casos abaixo do próprio nível endêmico da doença. (O GLOBO, 28/12/1967: 11)

A controvérsia começa por meio de matérias da imprensa que ora denunciam a poluição e suas mazelas, ora trazem posições oficiais de órgãos do Estado ou de estudos desmentindo, relativizando, ou prometendo em curto prazo a solução dos problemas mencionados na denúncia. Logo em janeiro de 1968, a notícia “Água de praia não transmite doenças” trouxe exames do Instituto de Engenharia Sanitária da SURSAN, em que não foi acusada a existência de salmonelas –bactérias responsáveis pela febre tifoide- nas águas da baía de Guanabara. Quanto à hepatite, o diretor do Instituto afirmou que “ainda é discutível no mundo inteiro se a hepatite pode ser contraída nas praias”. Segundo o diretor, José de Santa Rita, o principal problema das praias cariocas era de ordem estética, “o que só poderá ser corrigido com grandes obras de engenharia e a aplicação severa da legislação já existente sobre a poluição” (O GLOBO, 18/1/1968: 18).

Onze dias depois, mais uma entre muitas matérias denuncia a destruição de peixes e plantas do fundo da baía em decorrência da poluição. Ao analisar as reportagens, abrem-se dois tipos de efeitos negativos da poluição: um relativo à fauna e

flora - declarado como certo e sem aparentes contestações-, e o outro relativo à saúde humana, objeto de disputa na arena da opinião pública. Se o primeiro *boom* de ocorrências de “baía de Guanabara” na pesquisa se deu junto ao surgimento da “poluição”, ainda sob a exclusividade de consequências à fauna e à flora, o segundo *boom*, maior que o primeiro, foi justamente no momento em que a poluição passou a dizer respeito ao ser humano.

Apesar do aumento de reportagens, a poluição ainda não configurava, todavia, um entrave para o carioca frequentador das praias. Em fevereiro de 1968 uma matéria expunha a situação da praia de Ramos que, mesmo poluída, permanecia lotada nos dias de sol: “Um quilômetro de desconforto para o banhista”.

A praia de Ramos, com aproximadamente um quilômetro de extensão, é mais importante do que muitas outras mais extensas. Ali se concentra o maior número de pessoas por metro quadrado e, aos domingos, a areia fica totalmente tomada, obrigando muitos banhistas a permanecerem dentro da água. [...] Segundo o Instituto de Engenharia Sanitária da SURSAN, a poluição das águas da baía de Guanabara, nas proximidades de Ramos, é a mais grave de todas as praias cariocas. Por isso, “não é aconselhável” tomar banho ali, mas nada tem sido feito para contornar tal situação. (O GLOBO, 2/2/1968: 5)

Seguem as matérias controversas nos anos seguintes, pendendo mais para o lado da poluição, risco de doenças e de “não ser aconselhável” o banho de mar em certos lugares, mas ainda sem dar a “certeza científica” sobre o banho de mar. As seguidas interdições e liberações das praias davam o tom de uma baía em constante processo de poluição, mas o “normal” ainda era se banhar no mar, inclusive em dias de interdição.

Em março de 1968, outro alerta: “Praias poluídas são grave ameaça para os banhistas” já citando, inclusive, o suposto perigo de hepatite, ainda não confirmado na matéria. Três meses depois, outra liberação do banho na praia de Botafogo, após ficar interditada durante um mês. Em dezembro, anuncia-se a inauguração da rede de esgotos da Ilha: “O sistema, que tem como finalidade eliminar a poluição das praias provocada pelos esgotos, estará concluído dentro de ano e meio, quando será entregue a Estação de Tratamento de Esgoto, já em construção.” (O GLOBO, 27/12/1968: 5).

Já em 1969, o número de matérias que tratam da poluição da Guanabara aumenta de forma exorbitante. A coluna de Mauricio Joppert denuncia o “crime contra a Guanabara”, passando pelas suas antigas belezas naturais, até o estado em que se encontrava naquele momento. Em fevereiro, outra matéria trata da hepatite: “Perdura o

perigo nas praias fluminenses”, falando do aumento dos casos da doença em Niterói, “quase todos provocados pela poluição das praias urbanas; as autoridades mostram-se impotentes para evitar os banhos de mar nos dias de calor”.

Anuncia-se que até a NASA viria “medir com infravermelhos as temperaturas da baía de Guanabara” (O GLOBO, 05/06/1969: 12) e que um “colar flutuante norueguês pode limpar praias do Rio” (O GLOBO, 22/08/1969: 5). Em setembro, “A poluição da baía continua sem solução à vista” (O GLOBO, 08/09/1969:5) é o título de alerta de uma reportagem. No dia seguinte, informam que “três órgãos diferentes – um estadual, um federal e um autônomo – estão realizando pesquisas sobre a poluição das águas da baía de Guanabara, cada qual utilizando método diferente”. (O GLOBO, 09/09/1969: 12). Seguem dezenas de matérias nos meses subsequentes sobre a criação de comissões especiais para analisar poluição, operações para multar barcos e navios que despejassem óleo, e o anúncio de que o levantamento da poluição da baía aconteceria no fim daquele ano. Em dezembro, uma única matéria do mês que trata do assunto: “Poluição sob controle”.

O verão de 1970, no entanto, mudaria substancialmente a forma como a Baía de Guanabara era pautada pelos jornais. A discussão entre poluição e contração de doenças se acirraria ainda mais, com uma extensa matéria d’*O Globo*, publicada em 07 de janeiro, mostrando os dados de substâncias encontradas nas águas cariocas, coletadas pelo jornal e analisadas por um laboratório privado. É a primeira matéria do tipo, com uma tabela detalhada informando o conteúdo encontrado e o grau de poluição de todas as praias do Rio, com o título: “Metade das praias poluídas”. Entre as poluídas, apenas a Praia de Copacabana, na altura do posto seis, que recebeu o grau de “levemente poluída”, não se localiza na Baía de Guanabara. Curiosamente, a Praia do Flamengo se encontrava em boas condições, mas todas as praias da Ilha do Governador, Ramos e Caju estavam “fortemente poluídas”, assim como Botafogo, com o status de “moderadamente poluída”. A praia de Botafogo era a única que estava interdita, e o jornal informa que “para as autoridades todas as outras praias do Rio estão em perfeitas condições de ser frequentadas por crianças e adultos, uma vez que não estão interditas” (O GLOBO, 07/01/1970: 7)

Análise química comprova perigo

METADE DAS PRAIAS POLUÍDAS

ANÁLISA COMENTA TESTE DAS ÁGUAS

PAULA SOARES: COPA NÃO ESTÁ POLUÍDA

SURSAN: SÓ DEUS SALVA BOTAFOGO

Onde está a poluição

RESULTADO DAS ANÁLISES QUÍMICAS DE 20 AMOSTRAS DE ÁGUA, RECOLHIDAS PELO "O GLOBO" NAS PRAIAS DO RIO

Figura 5: O verão de 1970 e a primeira grande reportagem sobre poluição nas praias cariocas, com resultados dos testes de laboratório
Fonte: Acervo Digital do Jornal O Globo, 07/01/1970.

No dia seguinte, outra matéria de grande importância para esse início de “transição” na cobertura midiática da baía e, conseqüentemente, para as novas construções narrativas a serem empregadas ao se referir à baía como, pela primeira vez, um local de perigo. Neste caso, foram publicadas diversas fotos, em que a principal expunha uma mãe ao lado dos filhos na praia: “A maioria das mães cariocas não faz ideia do perigo a que estão expostos seus filhos” é a legenda da imagem. Médicos foram entrevistados, e atribuíram à poluição das águas o aumento do número de casos de hepatite na Ilha do Governador. Banhistas se mostraram surpresos com a novidade que era colocada na vida do carioca, ainda tão acostumado a frequentar as praias da baía:

A maioria dos banhistas cariocas revelava à reportagem que não julgava fosse tão grande o perigo a que estavam expostos,

demonstrando disposição de procurar agora locais menos insalubres. [...] Muita gente ficava surpresa: “Ué, não era só Botafogo?”. [...] Principalmente na Ilha do Governador, as pessoas indagavam: “Se todas as examinadas aqui da Ilha estão poluídas, será que todas não podem ser frequentadas?” [...] “Eu estou aqui no Rio a passeio, sou de São Paulo. Bem, eu achei que esta praia era muito suja e não pretendia frequentá-la, mas vi que as senhoras que moram aqui trazem os filhos a ela e pensei que não era nociva à saúde. Agora vou procurar outra” (O GLOBO, 08/01/1970: 13).



Figura 6: Reportagem construída com novas narrativas, e a noção de perigo associada à poluição das praias

Fonte: Acervo Digital do Jornal O Globo, 08/01/1970.

A importância desta matéria se dá pela mudança de construção da própria reportagem. Foi, provavelmente, a primeira mais “humanizada”, com entrevistas que não fossem de técnicos do governo, contando com fotos de banhistas e assumindo um tom de denúncia inédito na relação entre poluição e saúde. Sugerimos que o imaginário da Baía começa um total processo de transformação quando o lazer e a saúde humana entram em pauta. É possível supor que só a pauta ambiental – como o desaparecimento

de espécies de peixes- não fosse capaz de sustentar o grande aumento de matérias por ano que se tem na virada para a década, o que sugere uma pergunta a ser refletida nos próximos capítulos: o meio ambiente –seja enquanto idílico, seja enquanto tragédia- só é notícia quando guarda maior relação com a vida humana? De qualquer forma, propomos aqui que, frente à opinião pública e sociedade, a imagem de uma mãe com os filhos mergulhando no mar eleva a situação da baía a outro patamar. E a partir daí, nas matérias seguintes, reside a principal constituição narrativa deste acontecimento, com a criação de uma intriga, em um enredo essencialmente narrativo, com o incremento de personagens e um conflito que irrompe na história.

A disputa de narrativas entre a visão *d'O Globo* e a do Poder Público manteve-se acirrada no resto daquele mês, com o governo custando a admitir uma poluição generalizada na baía, com riscos à saúde humana, e continuando a interditar somente a praia de Botafogo. O jornal noticiou, um dia depois, que nem mesmo a interdição dava jeito. A matéria segue a linha de entrevistas dos banhistas e o foco no perigo às crianças.

Durante toda a manhã e primeiras horas da tarde de ontem, mesmo com o forte mau cheiro e o elevado teor de detritos que forma uma capa sobre a água, Botafogo recebeu banhistas, inclusive crianças acompanhadas das mães. Uma senhora que se identificou apenas como Luiza, acompanhada de três meninos de idades variáveis entre 4 e 8 anos, respondeu com um lacônico “não ligo para isso”, à pergunta de O GLOBO, se não temia pela saúde das crianças, banhando-se em águas poluídas. [...] Abordada pela reportagem, Dona Neide Azevedo, com seus três filhos de 11, 9 e 7 anos [...] leva as crianças à praia “sem que nunca tenham adoecido”. Sobre o mau cheiro da praia, disse apenas que “ontem estava muito pior”. (O GLOBO, 09/01/1970: 5)

Passado mais um dia, outra matéria. A SURSAN admite a poluição, mas “não cre em perigo para a saúde”. Asseguram a ocorrência de análises de amostras em 26 praias do estado –embora sem mostrar os resultados- e também garantem que o número de casos de febre tifoide diminuiu no estado da Guanabara. Mesmo reconhecendo o aumento de hepatite, afirmam que “é uma doença comum aos países limpos”. Questionados pelo jornal se, aceitando-se que não haja perigo à saúde, qual seria então a finalidade de se colocar todo um dispositivo para controle de águas, os técnicos responderam que “a finalidade do controle sistemático das águas é ‘puramente estética’” (O GLOBO, 10/01/1970). O texto da matéria é construído, do início ao fim, de forma a deslegitimar e ironizar os argumentos dos técnicos da SURSAN.

No dia 13 de janeiro *O Globo* publicou, em título, que a “SURSAN sabia há dois anos que muitas praias vivem poluídas”, citando um relatório de 1968, inclusive com mapas, e que diagnosticava a poluição da baía. Dois dias depois, “Poluição: em Niteroi, hepatite é mal endêmico” foi a manchete no jornal. Na matéria no miolo do diário, o técnico do órgão de saneamento fluminense confirma que se banhar na Guanabara é um risco à saúde, mas que nem todo banhista ficará doente. O título da reportagem é “Estado do Rio confirma poluição em toda a baía”. Logo na primeira frase, a comparação com os técnicos da carioca SURSAN.

Mais realista que seus colegas cariocas, o técnico fluminense disse que “não se pode negar que uma praia que receba esgotos estará sempre poluída”, embora lembre que os índices constatados por análises do Laboratório Central da SUCESA não indicam que todo frequentador das praias ficará necessariamente doente. (O GLOBO, 15/01/1970: 3)

A partir de fevereiro arrefeceram as matérias desta polêmica com a SURSAN, e o Poder Público pareceu admitir a gravidade do problema. Como resposta, o Governo Federal afirma, em fevereiro, preparar um “Projeto Baía de Guanabara”. O general e ditador Emilio Médici determinou que fossem feitos estudos na região. O projeto, a princípio, mais do que simples despoluição, era o de urbanizar toda a Baía de Guanabara, assoreando e aterrando o fundo da baía, construindo um dique de areia que passaria a nova estrada de contorno Rio-Niterói, além de centros residenciais em todo recôncavo da baía. Toda a área de mangues seria eliminada pelo projeto em estudo, o que incluiria a atual Área de Proteção Ambiental de Guapimirim (criada apenas em 1984), para “dar lugar a lindas praias, espaços aquáticos para esportes e áreas verdes”. Dois dias depois, foi anunciado que o projeto só teria prioridade após a construção da ponte Rio-Niterói, finalizada em 1974. No entanto, o plano do Governo Federal volta e meia reaparecia nos noticiários ao longo dos anos, defendido também pelo ministro dos Transportes, Mario Andreazza, que afirmou ser essencial o aterro de boa parte do fundo da baía para a integração das duas cidades.

O resto do ano seguiu com diversas notícias periódicas sobre a poluição da baía, da necessidade de um órgão central de combate à poluição às novas denúncias de óleo nas praias da Ilha, entre muitas outras. Já em abril de 1971, apesar das ainda recorrentes matérias sobre poluição, uma reportagem anunciou a venda de uma ilha na Baía de Guanabara, “para quem quiser ar puro e tranquilidade” - a poluição é sequer citada.

Uma semana depois, em uma matéria sobre a tentativa de tombamento da Ilha de Paquetá, a poluição também não entra em pauta. Em setembro, o deputado Walmir Palis afirma que “a poluição da baía já não tem remédio”, mas acha que o combate tem que ser unificado. Em outubro, uma pesquisa atesta que todas as praias da Baía de Guanabara estão poluídas, e o Instituto de Engenharia Sanitária da SURSAN, desta vez, admite o risco à saúde.

A convivência entre o que chamamos de um imaginário idílico e a tragédia ambiental parece estar, nesse momento, pendendo cada vez mais para o lado da poluição. Um dos últimos “guardiões” do que se imaginava em termos de preservação da baía e de um modo de vida anterior à industrialização da metrópole, a Ilha de Paquetá chegou a ser cenário de uma grande reportagem ilustrada: “A tranquilidade está no fim da baía: é em Paquetá” (O GLOBO, 02/12/1971) e, mais uma vez, o tema poluição não foi sequer citado.

Ironicamente, menos de dois meses depois, em janeiro de 1972, a imagem idílica deste “último guardião” também parece se desfazer: “Poluição chega à Paquetá” (O GLOBO, 24/01/1972), estampa o jornal no título da matéria. Dois dias depois, o Diretor Do Serviço de Recuperação de Afogados, Vitor Wellisch (que assinava colunas n’*O Globo* sobre pesca e há anos denunciava a situação da baía) fez um alarmante prognóstico: previu que a Guanabara seria uma baía só de lama em 2001, se a poluição continuasse. Na mesma matéria, afirmou que, trinta anos antes, a baía chegou a ser o paraíso dos que praticavam a pesca submarina (O GLOBO, 26/01/1972: 3).

Notamos que a construção das narrativas jornalísticas em torno da Baía de Guanabara e, portanto, o que comumente chamamos de “imaginário da baía” na mídia carioca já era outro a partir do ano de 1972. O imaginário ancorado na dimensão idílica parecia ser cada vez menor, e o problema da poluição enraizava-se quase como uma condição natural da região, atuando de forma intrínseca a este ambiente. Passava a ser, assim, seu principal gancho jornalístico e tema central de suas futuras narrativas.

2.3. A poluição intrínseca às narrativas: 1972-1999

A seleção e disposição de reportagens inseridas nesse capítulo parte, primeiramente, de uma noção construída ao longo deste trabalho: a de que a temática da poluição permeia a maior parte das matérias que tratam da baía como seu assunto principal. Entende-se, tanto a partir das análises qualitativas das matérias, quanto a

partir da apreciação quantitativa de seu conjunto, que a constituição da Baía de Guanabara enquanto um “sujeito” jornalístico se dá, majoritariamente, em torno do “gancho” da poluição. Tendo em vista esta tendência ocorrida nos anos 1960 e acentuada nas décadas seguintes, a pesquisa do presente capítulo deu-se tão somente em torno de matérias cujas palavras-chave “baía de guanabara” e “poluição” aparecem em conjunto. Já tendo abarcado, no capítulo anterior, o momento chave de inflexão qualitativa e quantitativa das reportagens sobre a baía como um todo, o objetivo agora será o de tracejar e descrever algumas das matérias publicadas pelo jornal *O Globo*, já partindo do viés da poluição.

Por outro lado, atentamos para o fato de que matérias ainda tratando a baía de forma “positiva”, sem citar a poluição, tenham sido escritas ao longo destas décadas e estejam ausentes deste trabalho. Podemos avaliá-las como exceções que confirmam a regra, especialmente se levarmos em conta que a dimensão “idílica” da baía, tratada nas décadas anteriores, se dava, em geral, a partir dos elogios de visitantes ilustres ou outros ganchos jornalísticos. Foi mesmo a partir de seu processo de degradação ambiental - encarnado jornalisticamente na palavra “poluição”- que foram escritas as grandes matérias tendo-a como pauta principal, nem que fossem matérias fazendo referência, por exemplo, à beleza e diversidade que ainda existe na baía, apesar dos maus-tratos a que ela é relegada, sob uma ótica de resistência ambiental.

É sob esta argumentação que se dá a redução de amostra do nosso material empírico no período deste subcapítulo, totalizando 2411 matérias que contém a Baía de Guanabara com referência à poluição entre 1972 e 1999. A exposição de apenas algumas destas matérias se deu, além da evidente inviabilidade prática de tratar tanto material, em função de critérios como relevância (tamanho das reportagens e presença de fotos) e novidade temática (quando alguma outra dimensão é integrada às narrativas jornalísticas sobre a poluição da baía), a exemplo do que foi realizado nos outros capítulos deste trabalho.

O ano de 1972 é o que contém o maior número de reportagens na amostra até 1989. O número de matérias arrefece dentro deste período, sendo possível detectar uma tendência de queda que tem seu ponto mais baixo no ano de 1980, mas mesmo assim permanecendo, nesses anos, com média bastante superior às da década de 1960. Algumas hipóteses aventadas para os picos de reportagens são, em especial, o fato de se localizarem temporalmente próximos aos principais eventos globais de cunho ambiental, organizados pela ONU - a conferência de Estocolmo, em 1972, e os

preparativos para a Eco-92, no Rio de Janeiro. Posteriormente à conferência, as obras do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara nos anos 1990 tratam de manter a média de matérias um pouco superior às décadas anteriores.

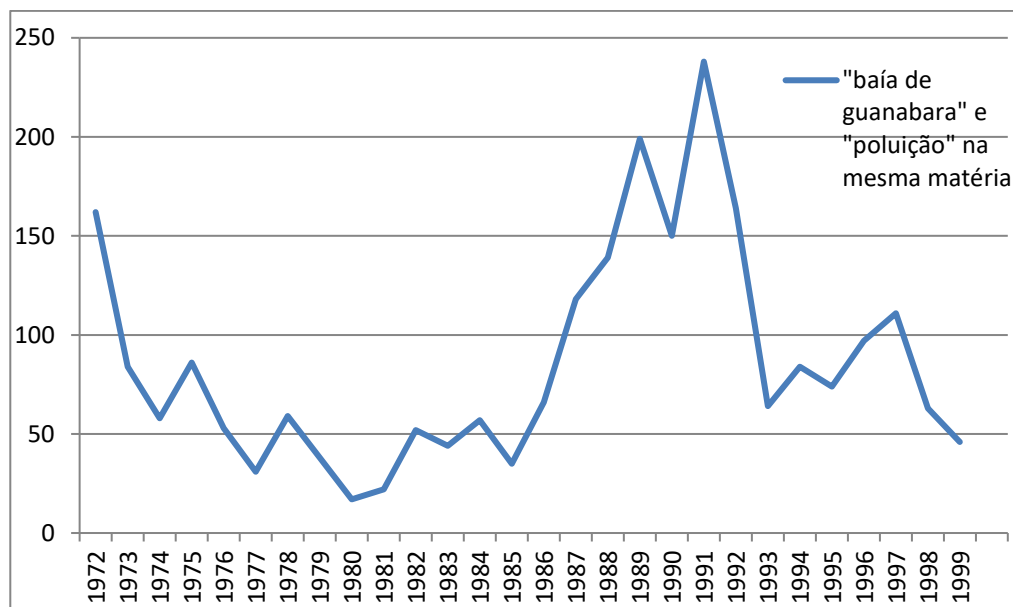


Gráfico 5: “Baía de Guanabara” e “poluição” na mesma matéria, 1972 a 1992

Fonte: Acervo Digital do Jornal O Globo.

É também importante compreender o número de notícias sobre determinado tema em um jornal como algo relativo, não absoluto: determinados assuntos em voga podem, naturalmente, tirar espaço de outras discussões. Nesse sentido, 1972 é um dos últimos anos do “milagre econômico” promovido pela Ditadura Militar, e o final dos anos 1980 marca a volta da normalidade democrática do país. É possível que, ao longo da virada para os anos 1980, outros assuntos dominassem as páginas de jornal (anistia, retomada dos partidos políticos etc.), ao mesmo tempo em que, com a crise econômica que assolou o país após a crise do petróleo de 1974, houve grande diminuição nos investimentos em saneamento básico e, portanto, de qualquer tentativa de sanear a região que engloba a bacia hidrográfica da baía. Apesar do desenvolvimento, a partir de 1975, de modelos matemáticos para monitoramento da qualidade da água da Baía de Guanabara, nenhuma grande obra de saneamento foi realizada durante a década de 1980 (COELHO, 2007), o que também pode ter afetado o número de matérias que tratam do tema no período.

O ano de 1972, por sua vez, foi extremamente movimentado. Já em fevereiro, logo após anunciarem que a poluição havia chegado à Ilha de Paquetá, o jornal

denunciou que até camas boiavam pela baía, colocando em perigo as embarcações. No dia 19 do mesmo mês, uma grande matéria estampava que “esgotos, lixo e óleo produzem 40 focos de poluição em toda a baía” (O GLOBO, 19/02/1972: 3). Quatro dias depois, anunciava-se a criação de um Grupo Executivo do convênio “Poluição da Baía de Guanabara”, formado por representantes da Marinha e dos governos carioca e fluminense, e cuja prioridade ainda era o combate ao lançamento de óleo nas águas, citado pelo grupo como o maior problema de poluição na baía, por impedir a penetração de raios solares e prejudicar a fauna e flora. Ao final do mês, outra grande matéria afirma que a poluição da baía “afeta até Norte e Sul do país” (O GLOBO, 28/02/1972: 5), em referência à destruição dos manguezais e, conseqüentemente, dos criadouros de espécies de crustáceos e peixes de alto-mar, segundo entrevista do professor de Hidrobiologia do Instituto Osvaldo Cruz, Lejeune de Oliveira.

Diante das dificuldades colocadas naquele momento, o Governo fez, em março, um apelo às empresas privadas para salvarem a Baía de Guanabara, convocando os grandes consórcios de infraestrutura, construção, dragagem, urbanismo, saneamento, entre outros, a proporem soluções viáveis para o aproveitamento racional do contorno da baía. A ideia estava baseada, ainda, na proposta de dois anos antes, feita pelo ministro Mário Andreazza, de urbanização e aterros da futura área metropolitana do Grande Rio - a medida seria deixada de lado por um tempo. Com ajuda das empresas ou não, surgiram diversas ideias de combate à poluição em pouco tempo, desde um detergente que seria a solução contra o óleo, até um “trenó” para verificar e medir as manchas do óleo. Este mês de março, de certa forma, chega a marcar uma pequena esperança para o futuro da baía, com a promessa de que o Banco Nacional de Habitação (BNH) financiaria as obras do “interceptor norte”: um cinturão sanitário ao redor da baía que lançaria os esgotos em alto mar, nos moldes do interceptor oceânico da Zona Sul. As obras nunca foram realizadas, mas ainda na esteira de esperança da futura obra o editorial d’*O Globo* terminou com algumas palavras que permanecem atuais:

O progresso, daqui por diante, dependerá da prioridade que irá merecer a salvação da baía e que se justifica, não só pela sua excepcional beleza, como pela circunstância de, ao seu redor, aglomerar-se uma população densa e carente. Sem prioridade, a baía de Guanabara se transformará em um lago imundo, serventia de uma massa humana degradada, por falta de esgotos sanitários e de serviços de controle da poluição (O GLOBO, 09/05/1972: 3).

Seguem publicadas dezenas de matérias de denúncia ambiental ao longo do ano. Algumas afirmam que a baía recebia 350 mil metros cúbicos de esgoto por dia e, ao mesmo tempo, sete mil litros de óleo. O Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (GEIPOT) defende que a solução mais viável para sanar os diversos problemas urbanos do Rio seria o tal projeto de urbanização do contorno da baía, que resolveria desde o tráfego urbano até a própria poluição das águas. Em outubro, o jornal denuncia o assoreamento do fundo da baía, cada vez mais raso. Dois meses depois, perto do natal, é retomado o otimismo de final de ano nas reportagens d' *O Globo*, e o capitão dos portos anuncia que a poluição da baía havia caído em 50% e que chegaria a 90% no ano seguinte (mencionando apenas no corpo do texto que se trata, exclusivamente, do lançamento de óleo, e não de resíduos domésticos e industriais). No dia seguinte, o editorial do jornal reforça a expectativa, saudando a Marinha pelos serviços prestados. Título do editorial, as “águas redimidas” de um cartão-postal brasileiro certamente reforçariam o ufanismo de um país imerso na ditadura, cuja imprensa, quando não por convicção ideológica, ao menos se sentia coagida a aclamar os feitos do regime militar. Período marcado por obras faraônicas, a Ponte Rio-Niterói mudou inexoravelmente a paisagem da Baía de Guanabara e, apesar dos problemas de construção, saiu do papel. O interceptor de esgotos da Zona Norte, todavia, jamais sairia do papel, tampouco o projeto de urbanização e aterro do contorno do Rio a Niterói - neste último caso, para a sorte da baía.

No que tange aos esgotos domésticos, uma matéria de janeiro de 1973 afirma que apenas 33% da cidade do Rio era atendida pelo serviço. O presidente da empresa de Saneamento da Guanabara (ESAG) afirmou que dentro de 15 anos os problemas de saneamento estariam resolvidos. Talvez não contasse, além da crise econômica que batia a porta, com o contínuo crescimento populacional da região.

Independentemente dos problemas sanitários da cidade, o forte calor do verão levou multidões às praias fluminenses em janeiro, como habitual. Uma reportagem sobre a ida dos cariocas à praia para aliviarem o calor, no entanto, teve um pequeno apêndice intitulado “Sem poluição”, mostrando que o Instituto de Engenharia Sanitária (IES) afirmava ser normal a situação de todas as praias, não havendo interdição. Curiosamente, nos parágrafos seguintes a matéria reitera que ainda há lançamento de esgotos, nas praias fora e dentro da baía. Diz a reportagem que os próprios técnicos do IES admitem a poluição das praias, em especial as da baía, mas se negam a divulgar os resultados das pesquisas de medição de poluição, alegando que isso poderia “trazer

sérios prejuízos ao interesse turístico do Estado” (O GLOBO, 21/01/1973: 3). Não era novidade a tônica de controvérsia entre governo e imprensa, no que diz respeito à poluição e interdição de praias, e as discussões continuariam ocorrendo esporadicamente nos próximos anos.

Em meio às muitas notícias de denúncia de poluição na baía, eventualmente ocorria de tratá-la, jornalisticamente, sob outra ótica. Uma reportagem de maio, intitulada “Baía tem 130 ilhas que cariocas mal conhecem” parece, a princípio, reaver o tom idílico da “baía mais famosa do mundo”, como ela é mencionada. Fala-se da experiência de ser proprietário de uma ilha; das experiências de que algumas fossem transformadas em pontos turísticos “obrigatórios”; da relação com a Marinha; mas, já no fim da matéria, apontam que muitas das ilhas podem ser joias turísticas por conta de seus prédios e monumentos históricos, “em meio à poluição dos 412 quilômetros quadrados da Baía de Guanabara” (O GLOBO, 07/05/1973). Evidencia-se a imagem já disseminada pela imprensa sobre a baía, de uma poluição intrínseca, que percorre toda a sua área e alheia, inclusive, às correntes oceânicas que ajudam a limpar a baía diariamente.

Se a poluição já lhe parece intrínseca, o que podemos chamar de um tipo de “referencial idílico” ainda norteava os sonhadores da Guanabara. Uma grande matéria de outubro trafega, por todos seus parágrafos, sob uma dimensão lúdica e lírica para dizer, desde o seu título, que: “Não é quimera, a baía pode voltar a ser pura” (22/10/1973). O motivo principal para a esperança é o fato de que, segundo o Grupo Executivo do Convênio “Poluição na Baía de Guanabara”, o índice de poluição por esgotos, óleo e lixo se mantinha no mesmo patamar de cinco anos antes, quando se supunha que a piora era inevitável. A narrativa da matéria, que relembra e espera que a baía “volte a se aproximar das descrições de pureza, suavidade, abundância e lirismo dos séculos passados”, se constrói através da lembrança do passado paradisíaco e cheio de baleias encontrado por Américo Vespúcio, com citações graciosas de Tomé de Souza e José de Anchieta sobre a baía no século XVI, em contraposição aos dados de que ela recebia, quatro séculos depois, 18 milhões de litros de esgoto por hora (só no lado do Estado da Guanabara), além dos óleos e despejos industriais.

O fato de ainda existir vida marinha na baía também é ressaltado, e nesse sentido a reportagem é emblemática por indicar um caminho pioneiro de narrativa que percorre muitas outras matérias até os dias atuais, em que se contrapõe o passado e o presente, o idílico e o poluído e, futuramente, a resistência ambiental frente aos problemas gerados

pelo homem. A matéria segue traçando um diagnóstico dos problemas e soluções, citando, inclusive, uma aplicação de US\$ 675 mil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em equipamentos, consultoria e bolsas de estudos a brasileiros para o saneamento do estado.

A imaginação idílica, no entanto, teria de lidar com a realidade industrial apenas dois anos depois, em um dos mais graves acidentes ambientais do país até então. O petroleiro iraquiano *Tarik Ibn Ziyad* aportou na Baía de Guanabara em 26 de março de 1975, e manobrou para atracar no Terminal da Guanabara, após a ponte Rio-Niterói, já de noite e no momento de maré baixa. O navio bateu no fundo, despejando cerca de 6 mil toneladas de petróleo cru ao longo de dez horas, tendo o problema sido agravado por circunstâncias desfavoráveis, como o horário do acidente (20h45), inexperiência da tripulação e início de feriado de Semana Santa (COELHO, 2007). O vento e a maré espalharam o óleo pela baía, afetando principalmente as praias da Ilha do Governador e o manguezal do rio Jequiá, na Ilha do Governador, completamente destruído após os incêndios decorrentes do vazamento. Por conta de ventos específicos e correntezas, as regiões do fundo da baía e da ilha de Paquetá, curiosamente, ficaram protegidas da poluição, que se espalharia também por todas as praias de Niterói. O jornal *O Globo* noticiou o acidente pelos dias seguintes, acompanhando as tentativas de limpeza, que envolveram desde a utilização do dispersante P-69 à utilização de palha de pinho para absorção do material. Mais de uma semana depois do vazamento, o jornal ainda especulava a possibilidade de o óleo não chegar à Zona Sul, caso o vento soprasse para o leste. O vento mudou, e o óleo saiu barra afora, atingindo as praias oceânicas de Copacabana até a Barra da Tijuca, no lado carioca, e chegando até Itacoatiara e Itaipuaçu, nas orlas de Niterói e Maricá.

No dia 13 de abril o jornal organizou uma mesa redonda com a participação de técnicos do IES, Petrobrás, Capitania dos Portos e da construção naval, preconizando a adoção de seis medidas básicas como meio de deter a poluição da baía. Entre elas, medidas de aperfeiçoamento na legislação; saneamento da bacia, em especial da Baixada Fluminense; criação de órgãos para atuar em situações de calamidade e substituição da Capitania dos Portos para fiscalização; e limpeza constante da baía.

Duas semanas depois, o jornal anuncia que “É fácil combater a poluição nas praias do Rio e de Santos”, título de matéria sobre as observações de técnicos da Organização Mundial da Saúde que, ao visitarem as águas cariocas e promoverem palestras para técnicos brasileiros, afirmaram que as praias não seriam

irremediavelmente comprometidas pela poluição, em função da “riqueza de sua fauna e flora e dos organismos vivos, aliados naturais do trabalho de depuração de águas” (O GLOBO, 27/04/1975). O problema é que, algumas semanas depois, uma matéria abordou a questão de outra maneira: “A morte ronda a fauna e a flora da baía” é o título, abrindo o *lead* da notícia com um terrível prognóstico: “Quase todas as formas de vida da Baía de Guanabara terão praticamente desaparecido nos próximos cinco anos” (O GLOBO, 08/06/1975: 10). Na história de noticição da baía, as inúmeras matérias com promessas e otimismo ufanistas são confrontadas, quase que concomitantemente, com prognósticos apocalípticos, como o outro lado de uma mesma moeda que, desancorada da realidade, lembra um navio adernado - ora pra cada lado-, inclinado a princípios ditos sensacionalistas que impregnam o jornalismo e, conseqüentemente, a cobertura ambiental.

É de novembro de 1977 uma reportagem que, menos preocupada com o acontecimento pontual singularizado temporalmente, e mais atenta à construção narrativa da história, personagens, causas e conseqüências de uma ocorrência, viabilizou a primeira “sequência” de matérias sobre a baía. São duas grandes reportagens que compunham o especial “O S.O.S da baía agonizante”, escritas pelas jornalistas Margarida Autran e Berta Sichel. A primeira matéria, “Para um problema urgente, uma solução a longo prazo”, vai a campo cobrir as condições da baía, entrevistando Otávio, Figueiredo e Roque, três pescadores que constituem o grosso do texto, focado na atividade pesqueira. O primeiro afirma que o peixe tem gosto de óleo, critica o problema da lama e pensa que, se um dia a baía era a primeira do mundo em beleza, hoje deve estar em último lugar. Já Figueiredo, presidente da Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro, reclama da dificuldade de conversa com as autoridades públicas. Roque, presidente da Colônia de Pesca de Ramos, por sua vez, afirma que os pescadores são “verdadeiros heróis”, e compara a fartura de peixes e camarão dos tempos de outrora com a escassez atual, em que “a lama tomou conta da baía” (O GLOBO, 07/11/1977).

A segunda reportagem da série, chamada “Um mar de óleo, graxa, esgoto, lixo” aponta para o ano de 2010 em uma projeção para salvar a baía. A matéria parte de uma Comissão Especial, presidida pelo deputado Fidélis do Amaral (MDB), que fez reuniões no Palácio Tiradentes com Haroldo Matos de Lemos, presidente da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema), e Victor Coelho, seu diretor de controle de poluição. Foi apresentado o panorama geral de fontes poluidoras da baía, e constatou-se

que obras em andamento nas estações de tratamento de esgoto Acari e Penha não seriam suficientes para resolver o passivo ambiental. O diretor, autor do estudo “Utilização dos modelos matemáticos da Baía de Guanabara”, afirma que é a primeira vez que se considera a baía de forma integrada. Os modelos foram concebidos a partir de seis usos das águas da região, de recreação à navegação. O objetivo era procurar soluções de menor custo, variando o índice de poluição de acordo com o uso das águas em cada localidade específica da baía, atendendo, assim, às restrições orçamentárias. Obras vultosas como o prometido interceptor da Zona Norte deveriam, em função da falta de recursos, serem transferidas para o futuro.



Figura 7: Primeiro “especial” jornalístico sobre a Baía de Guanabara

Fonte: Acervo Digital do Jornal O Globo, 07/11/1977.



Figura 8: Segunda matéria do primeiro “especial” jornalístico sobre a baía.
Fonte: Acervo Digital do Jornal O Globo, 08/11/1977.

A poluição já alastrada pela baía, no entanto, não interferia apenas em seu espelho d’água. Com a imagem manchada do cartão-postal carioca, bairros que a rodeiam entravam em um processo de decadência, longe da glória e prestígio a que estavam acostumados. O bairro de Botafogo, por exemplo, foi o objeto de uma matéria que tratava desde a poluição, ao trânsito intenso e transformação em um “bairro de passagem” entre a Zona Sul e o Centro: “Dos bons tempos, só casarões e sobrados – a praia que encantou os franceses já não atrai os banhistas” (O GLOBO, 15/01/1978). Ainda mais longe das praias oceânicas, a Ilha do Governador parece ser um dos melhores exemplos do processo de decadência de bairros da Zona Norte carioca. Região histórica e reconhecidamente de elite, teve e continua tendo, na poluição da baía, um de seus maiores prejuízos. Uma grande reportagem denunciou, em setembro de 1978, os males do bairro, destacando a falta de estrutura na região que mais se construía no Rio de então. O texto é aberto comparando com os antigos atrativos para se morar na Ilha, e a foto centralizada é de uma mancha de óleo nas águas e areias da praia da Ribeira.

Morar na Ilha do Governador, hoje, é viver uma realidade bem diferente do sonho que acalentaram muitas famílias que para lá foram na década de 50. Sem serviço de transportes eficiente, com suas praias poluídas e

sujas, tráfego difícil, mal iluminada, a Ilha está longe de ser o “paraíso tropical” que muitos imaginam. (O GLOBO, 10/09/1978: 16)

Outra matéria foi escrita sobre a Ilha apenas um mês depois, desta vez abordando o aumento da violência na região, que desfaria o “mito segundo o qual a Ilha é um dos locais mais seguros da cidade” (O GLOBO, 15/10/1978: 14). A poluição das praias banhadas pela suja baía novamente ganha destaque na matéria, mas não é feita uma correlação entre criminalidade e a degradação socioambiental. Neste sentido, não se veem até os tempos presentes, nas matérias analisadas, qualquer menção em relação à despoluição da baía, de um legado para além do ambiental e turístico, e que pudesse também abarcar o problema de segurança pública no Grande Rio. É importante notar que a virada dos anos 1970 para a década seguinte, em concomitância com a degradação da baía e desvalorização do subúrbio, é considerada um momento-chave nos estudos de violência urbana da cidade, momento decisivo de formação de facções criminosas como o Comando Vermelho e de implementação da política de combate ao tráfico de drogas (MISSE, 2008).

Os problemas de bairros como São Cristóvão, Caju e Benfica também foram abordados em outra longa matéria, já em dezembro. Área histórica desde os tempos imperiais e importantíssima sob o ponto de vista industrial, comercial e cultural, ela passa a sofrer, ao longo das décadas, com o abandono, falta de infraestrutura e crescimento da violência. A matéria relembra a casa de banhos de D. João VI, esquecida na praia do Caju, onde o mar batia à porta e hoje, devido aos aterros, fica a meio quilômetro da baía. Os pescadores da região, outrora rica em mariscos, sofrem, segundo a reportagem, não só com a poluição generalizada, mas também com o abandono do cais do Caju, espremido entre estaleiros navais.

A ponta do Caju e a região da antiga enseada de Inhaúma - onde se localizavam diversas praias até o início do século XX- foram as primeiras a sofrerem com a poluição da baía, agravadas pelos inúmeros aterros em Manguinhos, Caju e criação da Ilha do Fundão, dificultando a circulação das águas, junto a grandes saídas de esgoto, como o Canal do Cunha. Em 1937, antes do aterramento e junção das ilhas que formariam a Cidade Universitária, o local era rico em mariscos, ostras, guaiamus e camarões (COELHO, 2007). O agravamento da poluição, contudo, pode ter contaminado os mariscos coletados no interior da baía. É o que diz uma matéria de 1978 denunciando o perigo: “Mexilhões coletados na Baía de Guanabara podem causar hepatite” (O

GLOBO, 17/09/1978: 30). No dia seguinte, a Marinha confirmou a contaminação dos mexilhões, constatando elevado grau de mercúrio, chumbo e outros minerais, já que estes mariscos, como o sururu e as ostras, alimentam-se de matéria orgânica filtrada da água do mar. À época, segundo a matéria, mais de mil pessoas viviam exclusivamente da coleta de mariscos no Rio de Janeiro.

Ainda em 1978 volta à tona o velho debate de urbanização do entorno da baía e alteração de seus manguezais, que havia sido proposto por Mario Andreazza no início da década. A construção do texto da reportagem é curiosa: o título “Mangues em torno da baía podem ser aproveitados” não dá a exata noção de que o projeto, elaborado pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), na realidade, propunha a criação de núcleos populacionais, industriais, áreas de lazer e saneamento no recôncavo da baía, aproveitando apenas uma parte dos manguezais. Apesar da oposição da Feema ao projeto, um diretor do DNOS justifica, na matéria, a inevitabilidade de expansão urbana para as áreas livres e, portanto, defende que se planeje logo de uma vez a ocupação destes espaços. A longa entrevista ainda guarda espaço para o diretor dizer que não vê “qualquer sentido ambiental no mangue do ‘fundo da baía’” e criticar a Feema por, segundo ele, querer “evitar a intervenção na natureza” por pressão de multinacionais, que “querem evitar que o Brasil seja um forte concorrente mundial na produção de alimentos” (O GLOBO, 30/07/1978: 23).

Uma semana depois, em longa entrevista dada ao jornal, o presidente da Feema Haroldo de Mattos Lemos expôs as pesquisas feitas sobre a baía e rebateu as críticas à fundação, exaltando a importância de manutenção dos manguezais para todo o ecossistema, e se posicionando de forma veementemente contrária ao projeto:

O manguezal é um parque natural. [...] Aterrar a área para fazer sobre ela um parque artificial é gastar dinheiro inutilmente, não compensa. Uma parcela significativa deve ser preservada, enquanto algumas áreas, as mais degradadas, poderiam ser aproveitadas, recuperar para outro tipo de atividade. [...] Se forem aterrados, proporcionarão a destruição da pesca e de um grande número de exemplares de fauna e flora que ali têm seu habitat. [...] O problema não é apenas ambientalista: há uma importância cultural, científica e econômica na manutenção. (O GLOBO, 06/08/1978: 14).

O assunto foi retomado em janeiro do ano seguinte, em grande matéria sobre o combate à poluição na baía empregado pela Feema. Descartou-se a ideia de um grande

interceptor de esgotos na Zona Norte, nos moldes do emissário submarino de Ipanema, sendo inviável a sua construção com vazão para 55 m³ de esgoto por segundo, maior do que a do Rio Paraíba do Sul. Os estudos da Feema, por outro lado, indicavam a possibilidade de se lançar o esgoto no interior da baía, desde que tratados previamente - e é esse o modelo que viria a ser adotado pelo Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, quase quinze anos depois-. A entrevista também cita a proposição, pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), de uma reserva biológica na área dos manguezais.

As movimentações pela preservação do espelho d'água da baía e contra os sucessivos aterros, contudo, ainda teriam que enfrentar mais um projeto de urbanização. Desta vez, em junho de 1979, é lançado o Projeto Rio, elaborado novamente por Mario Andreazza, desta vez como ministro do Interior. O projeto de aterramento previa acabar com as seis favelas da maré, abrangendo a orla marítima desde a ponta do Caju à Baixada Fluminense, construindo a Linha Vermelha, extinguindo a Praia de Ramos e integrando a Ilha do Fundão ao continente. O projeto contava inicialmente com apoio da Feema (já com outra direção à frente da Fundação), e ainda previa a criação de novas praias em São João de Meriti e Duque de Caxias.

O plano foi duramente criticado pelo geólogo e ambientalista Elmo Amador, entrevistado para uma reportagem sobre o projeto, que ainda trazia as opiniões de arquitetos e sociólogos sugerindo diálogo com os moradores, além da visão do líder da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) na Câmara Municipal, vereador Carlos de Brito, apoiador do projeto. Elmo apresentou uma série de propostas para a Baía de Guanabara, como a não admissão, sob nenhuma hipótese, da redução de sua área; a não interferência nos manguezais do contorno da Rio-Petrópolis; e a criação imediata de uma reserva biológica dos manguezais do fundo da baía.

Após resistência de parte da sociedade, o Projeto Rio não se concretizou da forma com que fora concebido, e algumas das ideias propostas por Elmo Amador passariam a nortear o debate em torno da baía. Já em 1981, ganhava força a ideia de proteger os manguezais. Uma grande matéria expôs novamente as ideias de Elmo, personagem fundamental e histórico na luta ambiental pela Baía de Guanabara. A matéria também explica que, do ponto de vista legal, era difícil adequar a área de mangues às categorias de preservação existentes (reserva biológica e parque florestal), proposta que já havia sido acolhida pelo governador Faria Lima desde sua sugestão pela SBPC, três anos antes. A esperança se renovava em 1981, com a criação em lei de duas

novas categorias: a Estação Ecológica, mais rigorosa, e a Área de Proteção Ambiental, que poderia assim ser designada independente de quem fosse seu proprietário. Três anos depois, o governador eleito do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, expôs a intenção de criar um decreto transformando a região de manguezais em Reserva Biológica. O Governo Federal se antecipou, e em setembro de 1984 criou a Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim, com 14,3 mil hectares, abrangendo os municípios de Magé, Guapimirim, Itaboraí e São Gonçalo, sendo a primeira Unidade de Conservação de Manguezais do Brasil.¹⁶ A criação da APA, no entanto, pouco foi repercutida no jornal *O Globo*, que se limitou a apenas noticiar brevemente a assinatura do decreto do presidente João Figueiredo (inclusive sem citar e correlacionar com a palavra “poluição” na notícia).

Apesar da importância da criação da APA, não foi este o assunto que dominou as discussões que se apresentaram em nosso filtro de pesquisa desde a virada dos anos 1980. Verificamos a manifestação de novas promessas de despoluição em janeiro de 1982, com o ainda ministro Andreazza anunciando investimentos na ordem de Cr\$ 65 bilhões, em um período de dez anos, incluindo a implantação de novas estações de tratamento de esgoto, como a de Alegria, no Caju; Vigário Geral; Sarapuí, em São João de Meriti; São Gonçalo; e Niterói. Essas obras, no entanto, só iriam ocorrer (em parte) a partir do PDBG, mais de uma década depois. Em abril de 1982 uma matéria afirmava que “Praias da baía deverão estar limpas para banho em dez anos” (*O GLOBO*, 26/04/1982), como um dos objetivos do programa elaborado por Andreazza.

Exacerbando o descrédito das inúmeras promessas que seriam ainda mais recorrentes com o passar dos anos, outra notícia de julho expôs que, na realidade, segundo Andreazza, a baía estaria limpa em apenas três anos, com as obras custando metade do previsto, deixando de poluir as águas em 80% do total de esgotos. Dez dias depois, o vice-presidente da Comissão de Despoluição colocou um prazo nem de três, nem de dez, mas de cinco anos para dar “condições de autodepuração à baía”, o que não significaria que, após as obras, “as águas estejam azuis e os peixes proliferando em todos os lugares” (*O GLOBO*, 14/07/1982: 9). A redução de custo da obra se daria pela simplificação da Estação Alegria, que trataria apenas o esgoto de forma primária em função de uma corrente marítima que ajudaria na eliminação para fora da barra; e pela desistência das outras estações de tratamento, substituindo-as por fossas sépticas. A imaginação e a ainda ingênua esperança se descortinam em outra reportagem, intitulada

¹⁶ Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/apaguapimirim/quem-somos/historia.html>

“Praia de Ramos com areia limpa e água clara. Ah, que beleza...” (O GLOBO – Jornais de Bairro, 16/07/1982: 8), que contava com entrevistas de frequentadores da quase mítica praia da Zona Norte, depois eternizada nos versos do sambista Dicró em “Praia de Ramos”.

Quando o assunto são as promessas de despoluição nunca cumpridas, é também importante colocá-las dentro de um contexto específico, em novembro de 1982, da primeira eleição direta para governador desde a década de 1960. No Rio, venceu Brizola (PDT) com 34%, candidato de oposição ao Governo Federal, cujo candidato era Moreira Franco (PDS, antiga Arena), segundo colocado com 30%. Cinco dias antes da eleição, uma publicidade em favor do presidente militar João Figueiredo foi publicada pelo jornal *O Globo*, enaltecendo os feitos do Governo Federal no Estado, como o próprio Projeto Rio (com as obras para a Vila do João e erradicação das palafitas na Maré) e as promessas para despoluição da Baía de Guanabara, através do projeto de Andreazza.

Com a não realização de nenhuma grande obra de saneamento que privilegiasse a baía ao longo de toda a década, as matérias de denúncia ambiental seguiram ocorrendo e aumentando, quase que invariavelmente, ao final do primeiro governo Brizola e início do mandato de Moreira Franco, eleito em 1986, desta vez pelo PMDB. Mas talvez um fato mais importante relacionando a baía e a política nestes meados dos anos 1980 seja o surgimento de movimentos ambientalistas, que culminariam inclusive na criação do Partido Verde, no Rio de Janeiro, em 1986, com figuras como Carlos Minc, Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis e Herbert Daniel. O jornal *O Globo* noticiou, em junho de 1985, o lançamento no Parque Laje do movimento suprapartidário “Coletivo Verde”, descrito pela notícia como “nem socialismo, nem capitalismo [...] critica o progresso das sociedades industriais, que resultou na devastação do meio ambiente e na escravização do homem pelo trabalho”. Fernando Gabeira expõe, ao tratar dos problemas ecológicos no Rio, entre eles o da baía, a ideia da plataforma ecológica que seria exposta nas eleições:

É mostrar ao povo que decadência não é natural, nem inevitável; e que o Rio pode voltar a ser agradável. O Rio não é uma cidadezinha. É uma metrópole de estatura nacional e internacional. Temos que despertar essa consciência. A questão das praias poluídas, por exemplo. Poder-se-ia captar recursos até no exterior para limpar nossas praias” (O GLOBO, 30/06/1985: 24).

No início de 1986 foi criado o Partido Verde (PV), e uma matéria de fevereiro entrevistava o professor Carlos Minc, um dos líderes na articulação do partido. Segundo Minc, havia sido grande a resistência de se criar um partido político em face da diversidade de propostas, mas que o PV estaria próximo da designação de “partido-movimento”, conceito do filósofo Felix Guatarri. Em abril, os militantes convocados por Minc lançaram a campanha SOS Baía, com manifestação na Praia de Botafogo, e a ajuda de professores de oceanografia, biologia e geografia para diagnosticar os problemas ambientais enfrentados. Em novembro daquele ano, Fernando Gabeira concorreu na eleição para governador pelo PT, em coligação com o PV, ficando na terceira posição (8%), atrás de Darcy Ribeiro (PDT, 36%) e Moreira Franco (PMDB, 49%).

Se as promessas de despoluição da baía haviam cessado desde o mandato de Figueiredo (às vésperas da eleição perdida por Moreira Franco), o Governo Estadual eleito, através da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, novamente prometeu a despoluição da baía em 10 anos, ao custo de U\$ 2 bilhões. Em dezembro de 1987, uma grande matéria, contendo uma entrevista com Elmo Amador, anunciou em seu título: “Guanabara: a lenta morte de uma baía” (O GLOBO, 06/12/1987: 38) e expôs, mais uma vez, o diagnóstico da situação. Já em março de 1988, “Baía de Guanabara tem salvação” é o título de nova matéria, em que os técnicos da Comissão para a Recuperação do Ecossistema da Baía projetam a despoluição em oito anos, sendo que as praias da Urca, Vermelha, Flamengo e Botafogo estariam liberadas para banho em apenas um ano.

A Praia da Bica, na Ilha do Governador, apesar da bela paisagem da baía e montanhas do Rio, é chamada de “praia sem futuro” em matéria de *Jornal de Bairro d’O Globo*. Apenas duas semanas depois, evidenciando aparente contrassenso, é tratada como “uma fonte de prazeres no meio do caos”, em que nem mesmo a sujeira e poluição afastavam os banhistas da Ilha do Governador. O mesmo acontecia na Praia de Ramos, com a notícia, no verão de 1989, que “Apesar dos riscos de doenças, frequência em Ramos não diminui” (O GLOBO – Jornais de Bairro, 10/02/1989: 9).

Um curioso ponto em comum nas matérias sobre banhistas em praias poluídas, já desde os primeiros anos de poluição, é o fato de se entrevistarem pessoas que afirmavam nunca terem pegado doenças mergulhando naquelas águas, ou mesmo crianças que nelas mergulhavam sem a preocupação dos pais. Com o aumento da

degradação no local, a Praia de Ramos viria a ser interditada em julho de 1989, sob protestos da comunidade: “S.O.S urgente. Não acabem com a alegria da gente. O único prazer de um povo carente. Queremos a praia como era antigamente” (O GLOBO, 27/07/1989: 12), exibia em cartaz um dos moradores entrevistados, protestando contra a interdição. Segundo a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, os níveis de poluição de Ramos superavam em 300 vezes o limite para coliformes fecais, além da contaminação da areia por vermes, ratos e baratas.

Já na Zona Sul, a eterna luta da Praia do Flamengo – uma das mais beneficiadas pelas correntes marítimas que limpam diariamente a baía- contra a poluição ganhava mais um capítulo. Como se fosse uma “guerra” definitiva e estática, abstraindo os efeitos sazonais das correntes, o título de uma matéria celebra: “Praia do Flamengo vence a poluição” (O GLOBO – Jornais de Bairro, 12/09/1989: 18). No corpo da notícia, explica-se a localização favorável da praia e o fato de que ela estava liberada para banho desde agosto. O ceticismo de alguns frequentadores do local mais nobre, no entanto, contrastava com a carência de lazer dos banhistas da Praia de Ramos: mesmo com a liberação do banho, alguns entrevistados se recusavam a mergulhar nas águas, e o número de frequentadores não aumentou no período em que a praia esteve aprovada.

A realidade ambiental das águas da baía se transformava em um caldo de sentimentos diversos, somados ao passado e lembranças dos bairros à sua margem e as expectativas futuras. O duplo ceticismo aos órgãos de controle ambiental (com o povo permanecendo a frequentar praias contaminadas ou, ao contrário, sem frequentar praias classificadas como próprias), evidenciado em Ramos e no Flamengo, não apenas mostra o histórico descrédito da sociedade com o Poder Público nesse assunto. O sentimento de descrença também se mistura, por exemplo, ao saudosismo de uma “Niterói calma e sem poluição”, matéria que passeia pela pacata cidade, de águas calmas e limpas, vivida por Rubem Braga nos anos 1920, eternizada, mais de meio século depois, em sua crônica “Um rapaz de Niterói”, publicada no livro “As boas coisas da vida”, de 1988. No mesmo dia, do lado oeste da baía, o Jornal de Bairro da Ilha publicava “As belas (e poluídas) praias da Ilha” (O GLOBO – Jornais de Bairro, 08/10/1989: 34), matéria que faz um passeio por algumas das 27 praias da Ilha, todas impróprias para banho, deixando à mostra o caráter intrínseco da poluição, mesmo quando o objetivo era expor o lado idílico daquele bairro.

Nesses casos, a poluição frequentemente assume uma função nas narrativas das matérias de “porém” ou “apesar”, como quem constitui um cenário que não se restringe

apenas à degradação, mas que resiste permanentemente a ela. Um exemplo é uma das primeiras grandes matérias da década de 1990, com o título “Mesmo poluída, baía sobrevive”. A matéria, além de expor a melhora na balneabilidade da praia do Flamengo, trata do problema do assoreamento; fala do antigo plano para despoluição, lançado em 1982; e, como de praxe, relembra antigas descrições da beleza da baía, logo no início do texto, para introduzir o assunto:

Pode ser que ela jamais recupere as cores que a eternizaram nas telas de Debret. Ou que nunca mais receba elogios como o do Padre Anchieta, que a chamou de “a mais airosa e amena baía do Brasil”. É provável também que o pescado não volte a ser tão abundante quanto descreveu o Padre Simão de Vasconcelos em 1663 [...]. Mas, de acordo com a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema), a Baía de Guanabara, um dos cartões-postais do Rio de Janeiro, está, aos poucos, se livrando da poluição e retomando seus matizes originais. (O GLOBO, 04/02/1990: 22)



Figura 9: Matéria de página inteira e a narrativa da resistência ambiental mesmo em meio à poluição. O passado de relatos elogiosos também é mencionado.

Fonte: Acervo Digital do Jornal O Globo, 04/02/1990.

Ainda no verão de 1990, frequentadores de outras praias além das já citadas também pouco se importavam com os efeitos da poluição. No lado leste da baía, uma matéria do *Jornal de Bairro* tem o título “Praias garantem alegria em São Gonçalo”, expondo não só o lazer alheio à poluição, como as antigas crenças que a areia da Praia da Luz seria, na realidade, excelente para tratar de varizes, reumatismo e outras doenças. Os banhistas dividem o pequeno espaço de areia junto aos puxadores de rede, que ajudam os pescadores na tarefa de retirar não só o peixe do mar, mas também um tipo de lodo que cobre o fundo da orla, produto “natural” para alguns, sujeira para outros, segundo conta a reportagem. Para uma das entrevistadas, a Praia da Luz é um orgulho: “Na praia de Ipanema tem poluição, aqui tem remédios. O melhor é ficar aqui que é mais tranquilo. É a praia da gente e temos que gostar dela” (O GLOBO – *Jornais de Bairro*, 11/03/1990: 24). Fica evidente, nesta reportagem, a importância da relação de pertencimento do morador com as praias próximas à sua casa, assim como nas praias da Ilha do Governador, Ramos, Mauá e outras no interior da baía.

A passageira maré de esperança e indícios de boas notícias desse início da década de 1990 para o futuro chegava, também, à enseada de Jurujuba, em Niterói: “Jurujuba: fim da poluição está próximo” (O GLOBO – *Jornais de Bairro*, 24/06/1990: 30) noticiava o jornal, tendo em vista que a região seria o próximo passo do projeto da Feema de limpar as águas da baía, com a implantação de uma estação de tratamento de esgoto no local - Niterói ainda era operada pela CEDAE, antes de optar pela concessão privada do serviço. A escolha pelo local se deu pelo alto índice de poluição da enseada, intensificado pela grande concentração de indústrias de pescado em conserva na região.

Em setembro de 1990, uma matéria publicada nos diversos *Jornais de Bairro* d’*O Globo* exaltava a recuperação da baía. Com títulos diferentes em cada jornal, mas tratando do mesmo assunto, variavam entre “Feema recupera Baía de Guanabara” e “As águas da baía estão mais limpas”. Pela publicação entende-se que o principal avanço foi no combate à poluição industrial, relacionando 35 indústrias prioritárias para o êxito do projeto, além de, segundo a Feema, as obras de saneamento na Baixada Fluminense terem diminuído a quantidade de esgoto sanitário despejado na orla marítima. Segundo Carlos Alberto Muniz, responsável pelo projeto, ex-presidente do órgão e candidato a deputado estadual pelo PMDB, “a qualidade das águas das praias melhorou muito” (O GLOBO – *Jornais de Bairro*, 25/09/1990: 9), advertindo, porém, que os índices ainda eram alarmantes.

A realidade não era assim tão simples, e a Baía de Guanabara ainda estava longe de ser recuperada, ao contrário do que sugeriam os títulos das notícias publicadas pouco antes das eleições gerais de 1990 para governador, senador e deputados estaduais e federais. Leonel Brizola (PDT), com ampla maioria de 61% dos votos, seria reconduzido ao cargo de governador do Rio de Janeiro, à frente de Jorge Bittar (PT), com 17,8% e Nelson Carneiro (PMDB), com 13,5%. Em dezembro de 1990, o então Presidente da República, Fernando Collor, apresentou o Ambiente Rio, projeto que significaria investimentos de U\$ 1 bilhão até o ano 2000, para a recuperação do ecossistema da Baía de Guanabara. O projeto de limpeza da baía fazia parte dos preparativos para a II Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), a ser sediada na cidade do Rio de Janeiro, e de importância ímpar para a história do tema ambiental no mundo. A primeira meta do governo era descomedidamente ousada: limpar a baía em apenas 18 meses, a tempo do início da conferência. Na mesma edição do jornal, outra matéria fala sobre o assunto, consultando o departamento de Engenharia Oceânica da UFRJ, que contrariaria o governo: “Coppe: Baía só vai se recuperar em 15 anos” é o título, enfatizando que este seria o tempo de recuperação mesmo que cessassem, naquele momento, todas as agressões ambientais da baía, segundo o professor Paulo César Rosman. A Feema, por sua vez, reivindicou a autoria do plano Ambiente Rio, baseado em um documento enviado pela Fundação ao Ministério da Ação Social, tendo como base o Projeto de Recuperação Gradual do Ecossistema da Baía de Guanabara, iniciado pela fundação ainda em 1987.

Já em março de 1991, uma grande matéria afirma que a “Baía de Guanabara ainda pode ser salva”, reiterando a vida marinha que ainda resistia à poluição e de que a baía só precisava “de uma chance”; nesse sentido, o projeto Ambiente Rio é lembrando com expectativa. No editorial d’*O Globo* de três dias depois, o tom de esperança e cobrança sustentava a importância da recuperação da baía para o Rio:

A Baía de Guanabara faz parte da imagem do Rio – toda uma grande cumplicidade entre a terra e o mar. Salvá-la, lembram os técnicos, é quase o mesmo que salvar o Rio, trabalhando pela erradicação da pobreza, construção de redes de saneamento básico, recuperação dos manguezais, etc. Dá muito trabalho. Mas, afirmam os técnicos, não chega a ser uma utopia. Basta querer. Será uma pena se o Rio não quiser. (O GLOBO, 20/03/1991: 8)

Com toda a expectativa em cima da baía, uma notícia de maio de 1991 diz que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estaria interessado em criar uma linha de crédito especial para ajudar a despoluir a Baía de Guanabara, diante de projeto apresentado pelo Governo do Estado e pela Prefeitura do Rio. Um mês depois, Brizola viajou para os Estados Unidos para se encontrar com o presidente do BID, na tentativa de obter U\$ 700 milhões para o projeto, com contrapartida dos governos estadual e municipal. O então Secretário Estadual de Meio Ambiente, Roberto D'Ávila, projetava a redução em 30% dos esgotos lançados na baía e 50% da poluição decorrente do lixo. Em outubro, o jornal noticiou que o Estado perdeu parte da verba do BID por não ter apresentado projetos para a despoluição, com mais de U\$ 100 milhões indo para projetos nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Os projetos seriam, enfim, apresentados em janeiro de 1992, com o Governo do Estado pleiteando um empréstimo de U\$ 450 milhões, com contrapartida brasileira de U\$ 217 milhões. Em maio, os governos federal e estadual conseguem mais U\$ 200 milhões em um empréstimo do Japão, a ser assinado durante a conferência Eco-92. A experiência dos japoneses na despoluição da baía de Tóquio fez com que eles também integrassem o projeto.

A saga do financiamento para a despoluição da baía, no entanto, continua no ano seguinte à conferência. Em abril de 1993, o governador deixa de fazer licitação para uma firma de consultoria às obras do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, ignorando exigência do BID. A declaração de Brizola à época ficou famosa: “Quando se precisa de um médico, não se faz licitação. Muitas vezes é melhor seguirmos nossa inspiração.” (O GLOBO, 14/04/1993: 11). A ideia do governador era a de fazer um consórcio de empresas coordenado pela cooperativa Promon Engenharia S/A, para gerenciar o projeto. Além disso, ele demitiu o subsecretário de Meio Ambiente, Manuel Sanches, a quem chamou de incompetente. O argumento usado por Brizola para recorrer ao diretor da Promon, José Carlos Sussekind, teria sido o atraso na entrega dos projetos do PDBG, que Sanches afirmou ser causado pela demora do governador em autorizar os trabalhos. Segundo Brizola, o próprio Sanches teria convidado Sussekind para prestar assessoria ao projeto, fato negado pelo então subsecretário. O imbróglio continuou com, três dias depois, uma matéria d’*O Globo* que reproduziu, no seu título, a acusação do presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Consultoria de Engenharia e Projetos do Rio de Janeiro (Sintcon), Wilton Aquino, que afirmou ser a Promon uma “empresa de fachada”, e não uma cooperativa.

A Promon, que afirmou ter prestado consultoria não remunerada ao Governo do Estado, que pagou por dois estudos feitos para o PDBG. A empresa alegava que não seria reembolsada pelo governo, e a deputada estadual Heloneida Studart (PT) moveu ação popular, pedindo a exclusão da Promon de futuras licitações do programa, dizendo não acreditar na empresa: “O objetivo de uma empresa privada é o lucro. Não acredito que a Promon tire do seu bolso cerca de U\$ 20 mil dólares sem pensar no reembolso” (O GLOBO, 05/05/1993: 10). Ecologistas do Movimento Baía Viva exigiram, junto à procuradoria, a abertura de licitação para todas as fases do PDBG.

Depois de toda a confusão, as obras de início do PDBG foram, enfim, assinadas pelo governador em exercício Nilo Batista (Brizola havia se licenciado para concorrer à presidência) e anunciadas para setembro de 1994. Em grande matéria de maio explicando as obras, a imagem de um mapa anunciava os objetivos: de 1,2 milhão de habitantes com esgoto tratado no entorno da baía, passaria a 4,5 milhões após as obras, saindo de 13% a 47% de toda a população da bacia hidrográfica à época (ao que parece, sem contar com o aumento populacional que viria nos anos seguintes).

A primeira fase de obras de saneamento englobava a Ilha do Governador, a Ilha de Paquetá e parte de Niterói. Uma matéria de duas páginas do Jornal de Bairro da Ilha do Governador anuncia: “Baía começa a dar adeus à poluição” (O GLOBO – Jornais de Bairro, 15/05/1994: 8), gerando a esperança de moradores do bairro, primeiro beneficiado do programa. No mesmo dia, o Jornal de Bairro de Niterói também anunciou as obras na cidade, mas de forma menos otimista: “A difícil batalha contra a poluição” (O GLOBO, Jornais de Bairro, 15/05/1994: 10), reiterando que, apesar do início das obras em setembro, o quadro de recuperação só seria realidade por volta do ano de 2005. A importância do projeto era grande: mais de 180 mil empregos seriam criados, segundo outra reportagem do jornal, que o anunciava como um dos maiores projetos já levados a cabo no Estado do Rio de Janeiro.

Ao final do ano foi realizada nova eleição para governador. Durante a campanha eleitoral, apenas os candidatos Marcello Alencar (PSDB) e Jorge Bittar (PT) apareceram em nosso filtro de pesquisa, em pequenas entrevistas para os Jornais de Bairro d’*O Globo*. Marcello, que viria a ser eleito com vitória no segundo turno contra Anthony Garotinho (PDT), afirmou que seu governo realizaria o “grande momento da Cedae, fazendo a estação de tratamento da Alegria” (O GLOBO – Jornais de Bairro, 07/07/1994: 6). Já o candidato do PT, que amargaria um quarto lugar no primeiro turno, propunha dar ênfase à implantação de um sistema de esgoto condominial, que seria

adequado às pequenas comunidades, por passar com maior facilidade entre as casas, com miniestações de tratamento que evitariam o despejo nos rios.

As obras do PDBG foram iniciadas apenas em 1995, já sob a gestão do novo governador, com o objetivo claro de ampliar até quase 50% o percentual de tratamento do esgoto despejado na baía até 1999, ano de encerramento da primeira fase do programa. A partir de então, boa parte do noticiário que diz respeito à poluição na baía é referente às ações do programa. Somente um ano após o início das obras, uma matéria de março de 1996 já assumia um tom crítico à condução do programa de despoluição: “A cara e demorada faxina na Baía – Falha no programa e obras não concluídas fazem Governo Estadual pagar por atrasado” (O GLOBO, 10/03/1996: 18). A reportagem critica as primeiras “trapalhadas” no andamento da operação, como a escolha de terrenos ocupados para a construção de reservatórios d’água e obras que não haviam sido iniciadas, o que gerou multas do BID, pelo governo não ter utilizado toda verba disponível até então. O vice-governador, em artigo para o jornal na semana seguinte, defendeu a gestão afirmando correr contra o tempo e a burocracia em um programa complexo que seria, segundo ele, uma prioridade do então governador.

Em junho foi introduzido um tema que, mais de uma década depois, poderia ter sido crucial para a história da Baía de Guanabara. Com o lançamento da candidatura do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2004, o professor Fernando Almeida, coordenador de meio-ambiente da candidatura, defendeu os Jogos como instrumento aglutinador e de mobilização para a recuperação ambiental da baía e da cidade como um todo. O Comitê da candidatura afirmaria, três dias depois, que a poluição da baía poderia enterrar as chances da cidade, caso não fosse revertida a tempo. Diferentemente da Olimpíada de 2016 (concentrada na Barra da Tijuca) boa parte do projeto olímpico à época centrava-se na Ilha do Fundão, que abrigaria a Vila Olímpica – era inaceitável, portanto, um canal poluído passando ao lado da vila.

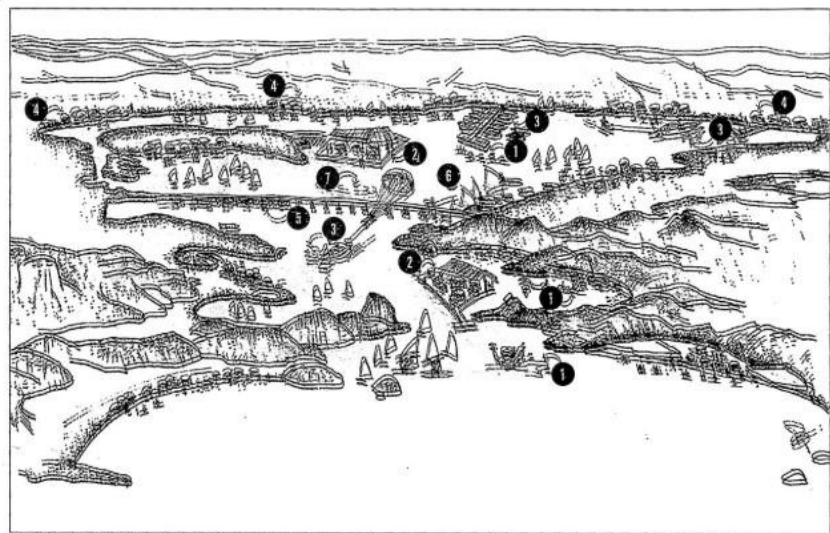
Já em janeiro de 1997, um interessante artigo do jornalista Ricardo Cravo Albin analisa a festa de réveillon em Copacabana e a aglomeração de milhões em sua orla, propondo, para os anos seguintes, uma festa de ano novo em conjunto das prefeituras do Rio e Niterói, tendo a baía como palco central. Espaço aberto não mais faltaria na mais bela e subutilizada baía do mundo, segundo o jornalista. Oito meses depois, uma pequena matéria de Jornal de Bairro apresentou um mapa que mostrava o “Pólo de lazer na Baía de Guanabara” (O GLOBO – Jornais de Bairro, 31/08/1997: 44). A imagem expõe a baía do século XXI, imaginada pelo arquiteto Sérgio Magalhães, então

secretário de Habitação do município do Rio. Com a despoluição, as atenções estariam voltadas para suas águas, com “pessoas nadando e mergulhando na baía; ilhas flutuantes com restaurantes e diversão; marinas e esportes aquáticos; praias de águas calmas no fundo da baía; metrô sob a Ponte; pescarias na baía; aquário submerso para estudos marinhos”, conforme as ideias do arquiteto. Esta pequena matéria é uma das poucas ao longo das décadas a tratar concretamente do que seriam alguns dos possíveis legados da despoluição. Cabe questionar, neste sentido, de que forma as narrativas que circundavam o assunto estiveram mais próximas da ideia de um passivo ambiental e problema a ser resolvido, do que propriamente da noção de “potencial” positivo e “solução” para uma região metropolitana.

Pólo de lazer na Baía de Guanabara

Para o secretário de Habitação do município do Rio de Janeiro, o arquiteto Sérgio Magalhães — convidado a participar desta edição especial do GLOBO-Niterói — o futuro está próximo. Com a despoluição da Baía de Guanabara, as atenções dos cariocas e dos niteroienses estarão voltadas para as suas águas. Em seu desenho, ele mostra que um metrô integrado aproveitando a estrutura da Ponte Rio-Niterói desafiaria o trânsito. Confira ao lado as novidades imaginadas por Magalhães:

- 1) Pessoas nadando e mergulhando na Baía.
- 2) Ilhas flutuantes com restaurantes e diversão.
- 3) Marinas e esportes aquáticos.
- 4) Praias de águas calmas no fundo da Baía.
- 5) Metrô sob a Ponte.
- 6) Pescarias na Baía.
- 7) Aquário submerso para estudos marinhos. ■



NA BAIÁ DE GUANABARA do século XXI, Sérgio Magalhães imagina um metrô sob a Ponte e muitas atrações espalhadas por toda a orla

Figura 10: Primeira e única matéria em que, ilustrativamente, se imagina uma baía limpa. Jornal de Bairro

Fonte: Acervo Digital do Jornal O Globo, 31/08/1997.

O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, no entanto, sofria atrasos e já não se esperava que terminasse em 1999, no prazo previsto. Em matéria de fevereiro de 1997, o ambientalista Elmo Amador criticava não só a parte gerencial do programa, mas afirmava haver falhas nele, em especial por não contemplar a questão do lixo e preservação de ecossistemas, sendo apresentado com uma grandeza que não teria. O então deputado Carlos Minc, eleito pelo PT, também fez críticas ao andamento das obras e endossou a fala de Amador ao criticar a falta de recuperação ambiental dos manguezais. Pouco mais de um ano depois e uma candidatura olímpica perdida muito por conta da poluição da baía (que assustou a comitiva do Comitê Olímpico

Internacional) outra matéria pôs a depoluição da baía em xeque: o Governo do Estado havia dado a partida para a segunda fase do PDBG, em meio às críticas de ambientalistas quanto aos resultados da primeira fase, não terminada. No dia seguinte, o subsecretário estadual de meio ambiente, Carlos Henrique Abreu Mendes, afirmou ao jornal que os resultados do PDBG demorariam ao menos dez anos e que, antes de 2005, nenhuma das praias do interior da baía estaria própria para o banho de mar.

Enquanto os “Niteroienses sonham com praias limpas” (O GLOBO - Jornais de Bairro, 05/07/1998: 10), título de uma matéria entrevistando moradores que relembram as antigas águas cristalinas da praia de Icaraí, os “Mergulhos que ficaram só na memória” (O GLOBO – Jornais de Bairro, 26/11/1998: 10) resgataram um triste aniversário para os frequentadores de Ramos: o samba de Dicró completaria duas décadas no ano seguinte, em uma situação muito pior. Os famosos versos “Domingo de sol / Adivinha pra onde nós vamos / Aluguei um caminhão / Vou levar a família na praia de Ramos” pareciam ter ficado anacrônicos, e nem mesmo o cantor arriscava um banho de mar na praia.

O final de 1998, no entanto, ainda parecia guardar uma boa notícia: uma grande matéria d’*O Globo* noticiava o anúncio da Feema de que os despejos industriais da baía haviam diminuído em 90% nos últimos três anos, com o título “Uma baía de águas quase limpas” (O GLOBO, 21/12/1998: 10). Ambientalistas, contudo, desconfiaram do relatório e atribuíram os resultados às condições climáticas do momento. Três dias depois, no natal de 1998, um péssimo presente para a baía: “Manguezal no fundo da baía está sendo destruído” (O GLOBO, 25/12/1998: 14) foi a manchete de uma notícia que alertava para construções ilegais na área de proteção ambiental às margens da Niterói-Manilha.

O último ano do milênio foi, em todo o país e não apenas no Rio, recheado de expectativas para a virada e, como consequência, a comemoração dos 500 anos do descobrimento do Brasil pelos portugueses. Uma grande festa no réveillon marcaria o início das comemorações, na baía, aos pés do seu ícone maior - o Pão de Açúcar-, que vinha sendo anunciada como “a maior do mundo”. A menos de um mês da festa, todavia, os governos estadual e municipal não conseguiram patrocínios e decidiu-se que o réveillon seria, como de costume, centralizado na praia de Copacabana.

A inviabilidade de uma grande festa de réveillon nas águas da baía, no entanto, apenas prenunciava o pior que estava por vir naquela virada de milênio: o rompimento de um duto da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), no fundo da Baía de Guanabara,

provocou o derramamento de 1,3 milhão de litros de óleo nas águas da baía, que se espalhou por mais de 40km², afetando duramente os manguezais da APA Guapimirim, bem como as praias de Paquetá, Ilha do Governador e outras. Ao mesmo tempo em que o sonho da despoluição se abalava com o encerramento do prazo estabelecido das obras do PDBG em 1999, a desilusão foi agravada com um dos principais desastres ambientais da história do país quicentenário, justamente em um de seus principais cartões-postais.

2.4. Desastre, oportunidade olímpica e desilusão: a baía no século XXI

O desastre ou crime ambiental (como sugerem novas terminologias da cobertura do meio ambiente) da Petrobrás ocorreu justamente quando se encerrava o primeiro prazo estabelecido para o término da primeira fase das obras de despoluição. Foram diversas matérias sobre o derramamento de janeiro de 2000, e o jornal *O Globo*, após publicar “Um mar de óleo na baía” (O GLOBO, 19/01/2000: 16) no dia seguinte à tragédia, também noticiou na capa do jornal que a Petrobrás responderia por crime ambiental, exibindo a premiada fotografia de Domingos Peixoto, que mostra um pássaro mergulhão, coberto de óleo, agonizando na praia de Mauá. Ainda estampou “Morte no berço da vida” (O GLOBO, 21/01/2000: 12) em matéria três dias após o ocorrido, no momento em que a imensa mancha de óleo chegava à Área de Proteção Ambiental Guapi-Mirim. O tema do vazamento da Reduc perduraria ao longo dos anos seguintes, com o jornal esporadicamente lembrando o ocorrido, seja noticiando o julgamento dos responsáveis – todos absolvidos anos depois –, seja expondo a tragédia na vida dos pescadores da baía, que até hoje aguardam por indenizações da estatal. A tragédia de 2000, desta forma, é o assunto da maior parte das matérias do século que tratam sobre vazamento de óleo na baía.

Petrobras responderá por crime ambiental

Ecosistema vai levar de 5 a 10 anos para se recuperar



COBERTO DE ÓLEO, um maragatão agoniza na Praia de Mauá, em Magé, uma das mais atingidas pelo vazamento na Baía de Guanabara

• Os ministérios públicos estadual e federal e as polícias Civil e Federal abstram inquéritos para apurar responsabilidades no vazamento de um duto da Petrobras que provocou um dos maiores derramamentos de óleo na Baía de Guanabara. O ecossistema da região afetada vai levar de cinco a dez anos para se recuperar, segundo a Femma e a Secretaria estadual de Meio Ambiente. Focada na área, a região deve ficar pelo menos três meses sem trabalho. A mancha de óleo já se estendeu por 40 quilômetros quadrados, atingindo as Ilhas de Paqueta e Jurubatuba. Avon e praias aguçaram suas grades. O Itaipava também vai punar a Petrobras e a multa prevê o pagamento de até R\$ 5 mil por animal morto. **Páginas 16 e 17**

Figura 11: Fotografia de Domingos Peixoto que rodou o mundo. Mergulhão agoniza com óleo na Praia de Mauá, em Magé

Fonte: Acervo Digital do Jornal O Globo, 20/01/2000.

Morte no berço da vida
Maré negra de óleo avança sobre manguezais em área de proteção ambiental

Conheça a dimensão do acidente

Quantidade de óleo	Volume	Impacto ambiental
42.500	100	Impacto ambiental

Missão: matar os peixes e destruir o ecossistema

Pescadores alertam para desastre social

Ministério manda instalar indicadores

Figura 12: Matéria anuncia a chegada do óleo aos manguezais do fundo da baía

Fonte: Acervo Digital do Jornal O Globo, 21/01/2000.

Para além do problema do óleo, levantamos dados sobre os assuntos das principais matérias sobre poluição na baía no período de 2000 a 2018. O levantamento está centrado em matérias com a Baía de Guanabara como sua pauta principal, e exclui pequenas notícias sem fotografia ou qualquer imagem, além de eliminar as matérias de jornais de bairro d’*O Globo*. O total de 98 matérias no período, apesar de deixar muitas notícias fora dos dados, mostra, naturalmente, a predominância das obras e medidas de combate à poluição enquanto pauta. Estão classificadas desta forma não apenas as matérias que noticiam a realização de uma obra, mas também as que expõem o desperdício de verba; as promessas não cumpridas; as discussões de diferentes formas de combate à poluição, ou sempre que o tema estiver em voga como ponto principal ou “gancho” da reportagem. Neste caso, a maior parte dessas notícias trata das obras para tratamento de esgoto ou medidas de limpeza do lixo. As notícias classificadas como “lixo” ou “esgotos” são aquelas em que a denúncia da situação ambiental é a pauta principal, importando menos as medidas para solucionar esses problemas. A classificação das matérias, no entanto, teve de levar em conta a mistura dos assuntos em uma mesma matéria, sendo assim não um retrato fiel das matérias sobre poluição na baía, mas apenas uma indicação dos temas mais presentes em sua cobertura.

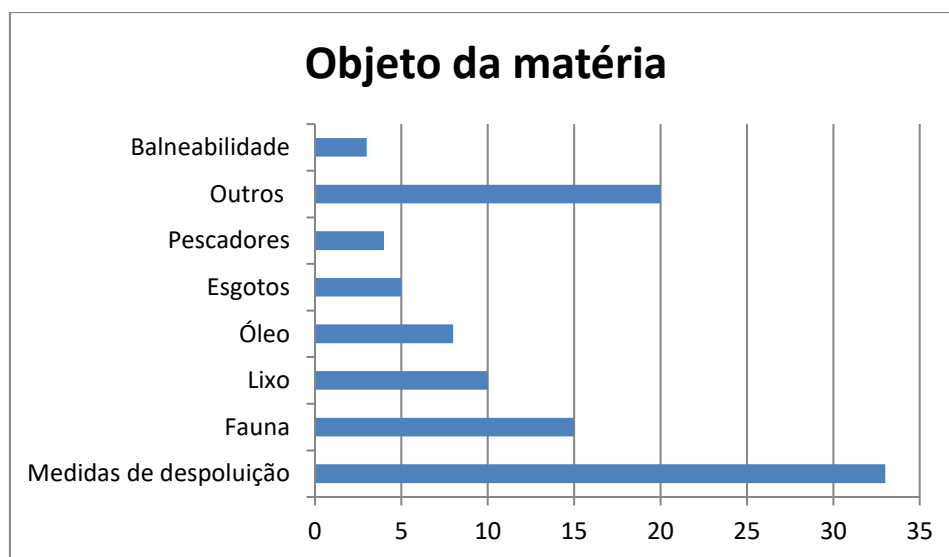


Gráfico 6: Temas nas grandes matérias em que a baía é pauta principal

Fonte: Acervo Digital o Jornal O Globo.

No campo “outros” estão incluídas as matérias sobre barcos abandonados (2); assoreamento (1); belezas para além da poluição (1), paisagem menos conhecida da baía

(1) e Paquetá como “porto seguro” (1); manifestações da sociedade contra a poluição (2); o tema da poluição industrial (2), em que uma matéria é positiva sobre a diminuição dos resíduos nas águas; esportes, especificamente a vela (3); geral, ou seja, da baía como um todo em seus problemas (2); violência das máfia de combustíveis e traficantes (2); lembranças das praias da Zona Norte e desilusão da baía prometida (2); e lançamento de livro sobre a degradação (1).

Quanto às matérias que tratam da fauna da baía (uma minoria também com a flora), chama à atenção a fundamental noção de “resistência” que está presente no tom da maioria dos textos, ao exibir a luta diária de golfinhos, peixes, cavalos-marinhos, arraias, tartarugas, caranguejos, aves e até baleias contra a degradação ambiental. Já no que tange às matérias classificadas como “medidas de despoluição”, é também importante ressaltar seu alto grau de “noticiabilidade”, visto que são muitas vezes assuntos “quentes” jornalisticamente falando – acontecimentos temporalmente localizados-, como declarações do governador ou o abandono de grandes obras públicas.

Se levarmos em conta o total de matérias com “poluição” e “baía de Guanabara” no período, desta vez incluindo o universo geral de todas as matérias que constam no acervo d’*O Globo*, incluindo jornais de bairro e pequenas notas, veremos um alto número nos primeiros anos do século, talvez impulsionados pelas obras e pelo desastre da Petrobrás, e depois uma queda ao longo dos anos que só aumentaria em 2014, impulsionada pelos Jogos Olímpicos no Rio em 2016. Após as competições esportivas, com novamente o não cumprimento das promessas de despoluição, aliados com a crise econômica do estado do Rio e do país, as narrativas sobre a baía parecem entrar em uma nova fase de desilusão, com as notícias sobre o assunto caindo ao patamar de 1980 e 1982, os mais baixos desde 1967, quando do início da escalada do problema ambiental da baía.

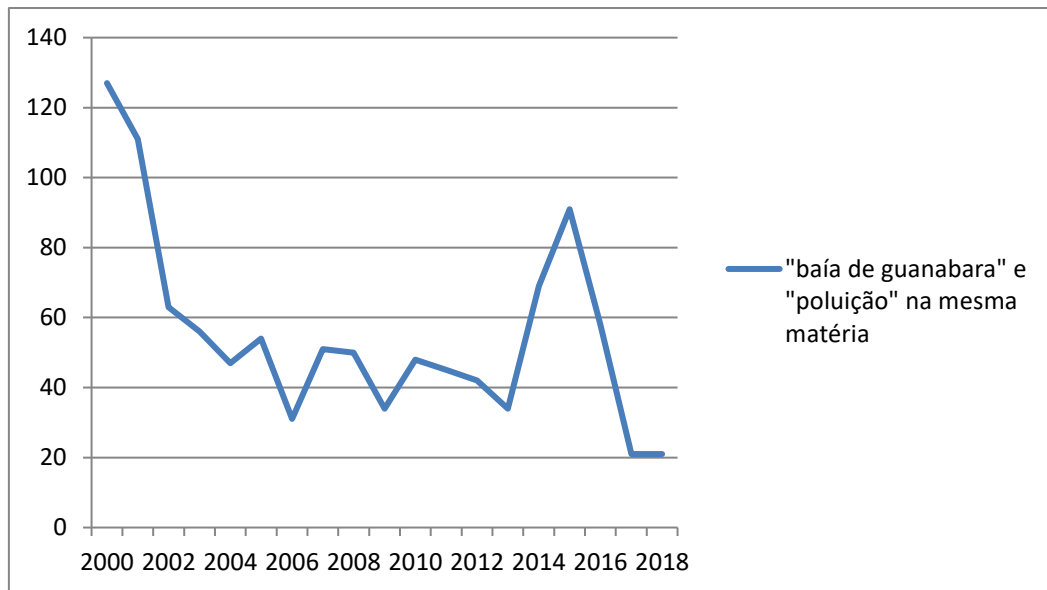


Gráfico 7: “Baía de Guanabara” e “poluição” na mesma matéria, de 2000 a 2018

Fonte: Acervo Digital do Jornal O Globo.

Ao contrário do período 1972-1999, a abordagem, neste subcapítulo, das principais matérias que compõem esse período histórico se deu em torno de todas as matérias que tratam da Baía de Guanabara, sem filtrar o termo “poluição” na pesquisa, ou seja, seguindo o padrão que havia sido feito nas primeiras notícias, entre 1940 e 1971. O objetivo foi, desta forma, não deixar passar matérias que poderiam atentar para outras faces da baía para além de sua degradação ambiental, possibilitando dimensionar o impacto da degradação em comparação aos seus “anos gloriosos” antes da década de 1970. Constatamos que, apesar da existência de algumas matérias para além dos problemas ambientais, a poluição e degradação da baía ainda se constituem, definitivamente, como seu principal gancho jornalístico, permanecendo entranhadas na própria concepção da baía. Nesse sentido, é possível afirmar que a poluição segue constituindo a baía enquanto sujeito jornalístico.

Na esteira do desastre do vazamento de óleo da Reduc, foi também anunciado o atraso nas obras de despoluição que, previstas para 1999, foram adiadas para 2001. Com isso, o BID postergou a liberação de verbas para a segunda fase do programa, exigindo, antes, o término da primeira fase. Nesta mesma semana o jornal publicou “Um lixão na Baía de Guanabara” (O GLOBO, 05/02/2000: 14), exibindo grande fotografia do acúmulo de lixo em São Gonçalo, que totalizavam, segundo a reportagem, 200 toneladas de detritos por dia em toda a baía.

Além das denúncias ambientais do presente, a poluição aparece, em algumas poucas matérias, como gatilho às lembranças afetivas de décadas passadas, das praias cheias de banhistas na baía. É o caso de uma pequena matéria que expõe três fotos da Praia de Ramos lotada nos anos 1950, 1960 e 1970, ao passo que o oceanógrafo da UERJ David Zee, entrevistado pela reportagem, afirma ser praticamente zero a presença de sal na água da praia atualmente. Um mês depois, outra matéria abordou o tema das saudosas praias da Zona Norte, desta vez uma publicação maior, com fotos das orlas do Galeão e Bica, antes e depois da poluição, anunciando a exposição de um museu sobre o assunto: “Balneários cariocas que ficaram na saudade. Museu expõe fotos das praias da Zona Norte quando não eram poluídas e onde, em 1811, d. João VI curou ferida”. A matéria passa por Ramos, Ilha do Governador e Caju, atenta para o perigo a que estariam expostas as praias da Zona Sul se a poluição se agravasse, e relembra, por entrevistas como a da advogada Florence Siqueira, as boas memórias da antiga Zona Norte carioca:

De 1957 a 1962, sempre que podia eu ia à praia na Ilha. Todas eram frequentadas pela classe média da Zona Norte do Rio [...]. A praia ficava tão cheia que até debaixo da ponte perto do Fundão, na Praia do Galeão, as famílias faziam piqueniques. O lugar era muito animado, com bares e paqueras. (O GLOBO, 07/05/2000: 28)

Em dezembro daquele ano a matéria “Rio de sonhos”, com exuberante foto do pôr do sol visto de Niterói e uma pintura da baía feita por Augustus Earle em 1822, divulgava o lançamento do livro de fotografias “Baía de Guanabara”, de Bia Hetzel, em que as 151 fotos mostram, propositalmente, apenas o lado exuberante da baía, enquanto a desgraça ambiental é apenas citada, mas não apresentada. A reportagem faz referência à ideia de “cidade partida”, cunhada pelo jornalista Zuenir Ventura, para introduzir a nossa virada, no século XXI, em uma “cidade de memórias e visões partidas, entre o que fomos e o que nos tornamos; entre a beleza que só gostaríamos de ver e a realidade” (O GLOBO, 09/12/2000: 1). A matéria faz menção a outros livros, no que ela chama de “registros de uma geração de nostálgicos” autores como Luís Edmundo, Vivaldo Coaracy e Gastão Cruis, empenhados em contar a história da cidade anterior à derrubada do Morro do Castelo, os quais inspiraram o mercado editorial no início do atual século a lançar livros sobre os “Rios que não existem mais”.

O imaginário de um Rio de Janeiro perdido no tempo se confunde, inevitavelmente, com a tradição de uma baía limpa irrigando a memória do interior da Região Metropolitana. A natureza, por meio das correntes marítimas, eventualmente ajuda a atizar as lembranças, e isso pôde ser percebido em 2001, em matéria que trata “Paquetá com jeito de Grumari” (O GLOBO, 04/10/2001), noticiando a “ótima” balneabilidade da ilha naqueles dias, única boa na baía, e superior às das praias de Ipanema e Leblon, dado que a ilha é ajudada pela posição geográfica em meio à corrente central de renovação de águas da Guanabara.

A boa notícia, contudo, era novamente apenas pontual. Em abril de 2001 a ONU alertou para o alto índice de poluição nas praias cariocas, classificando os resultados do PDBG como insatisfatórios. O jornal *O Globo* publicou uma grande matéria, com muitas fotos, denominada “Despoluição que morreu na praia” (O GLOBO, 14/04/2001: 4). Logo no *lead* da reportagem, a história de duas crianças moradoras da Favela da Praia da Rosa, na Ilha do Governador, cuja imaginação sobre a baía é completamente perpassada pela degradação: ao serem solicitadas, pelo jornal, para desenharem o lugar em que vivem, a baía das meninas era coberta de lama, lixo, peixes mortos e urubus. A reportagem também passa pelos baixos resultados das obras inacabadas do PDBG; pelos lançamentos de óleo e esgoto; e pela poluição das areias. Apresenta, ainda, um curioso dado: a cidade do Rio aparecia em primeiro lugar no ranking do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de metrópoles com rede de esgoto adequada, com quase 95% da população. O levantamento, no entanto, não considerava a destinação do imenso volume de dejetos, e os dados da CEDAE demonstravam que apenas 13,6% do esgoto do Rio recebia tratamento adequado, incluindo o esgoto despejado em alto mar pelo emissário submarino de Ipanema - é importante ressaltar que esses dados contabilizavam apenas a cidade do Rio, inclusive bairros que não despejam seus esgotos na baía, ao mesmo tempo em que não incluíam as outras cidades da Região Metropolitana.

Enquanto a conclusão das obras do PDBG era adiada ano a ano, outra obra pôde, ao menos, minimizar a carência de lazer nas praias da Zona Norte: o Piscinão de Ramos, inaugurado em dezembro de 2001, garantiria uma piscina de águas limpas aos frequentadores da região, comparada pelo jornal *O Globo*, com toda a pompa, às sujas águas da Praia do Leblon, em reportagem que evidenciava a animação dos entrevistados, inclusive, com a possível valorização dos seus imóveis nas imediações da região.

A obra paliativa, no entanto, não substituíra o fato de que, a poucos metros do piscinão, continuava a mesma praia de Ramos ainda considerada a mais poluída da cidade. Em maio de 2002 o jornal noticiava “A baía longe da despoluição”, com apenas 15% do esgoto tratado após sete anos de obras do PDBG. Àquela altura, já havia sido inaugurada a ETE Alegria, prevista para tratar 5 mil litros de esgoto, mas que, naquele momento, tratava apenas 800 litros; a ETE São Gonçalo não tratava sequer um litro; nas ETEs Pavuna e Sarapuí as obras de troncos coletores de esgoto também não chegava a 20% do previsto. O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara havia construído as estações, sem que fossem feitas as conexões dos imóveis a elas: a verba do BID era majoritariamente para a construção das estações, enquanto a contrapartida estadual serviria às redes de coleta, não concluídas até os dias atuais. O ambientalista Elmo Amador assegurou à reportagem: “A ênfase foi dada às grandes obras, que aparecem e as autoridades podem inaugurar” (O GLOBO, 12/05/2002: 15).

Ao mesmo tempo, o estado negociava mudanças para a segunda fase do projeto, em que planejava reduzir sua contrapartida, mesmo longe de concluir a primeira fase. O ambientalista e ativista da causa da baía, Sérgio Ricardo Lima, alertava para que não fossem cometidos os mesmos erros novamente, ressaltando também a importância de projetos para a conservação dos manguezais e prevenção do assoreamento, tendo em vista que o PDBG até então era praticamente apenas um programa de saneamento. O problema do assoreamento ficaria visível apenas dois meses depois, expondo mais uma das mazelas associadas à degradação da baía: “Baía assoreada fica à mercê dos traficantes” (O GLOBO, 07/07/2002: 20). Com o assoreamento, os barcos da Capitania dos Portos e Polícia Federal não podiam se aproximar das principais favelas do Rio pelo mar para não encalhar, impossibilitando o patrulhamento. Segundo os agentes, traficantes utilizavam a baía para receber carregamentos de armas e drogas, por vezes misturadas ao pescado em embarcações. Velhos pescadores foram ouvidos pela reportagem, e relataram a proibição da navegação noturna em diversas áreas da baía, como nas proximidades do Complexo da Maré, Dendê (Ilha do Governador), favelas Beira-Mar (Duque de Caxias) e Itaoca (São Gonçalo). Apesar de ser uma matéria pontual, o tema da segurança pública se juntou, neste momento, às outras dimensões que abarcavam a narrativa dos problemas ambientais da baía, como a ameaça à fauna e ao lazer de banhistas.

Meses depois, pouco antes da virada para o ano de 2003, o ex-prefeito do Rio e novo secretário estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano do governo de

Rosinha Garotinho, Luiz Paulo Conde, prometia deixar as praias do Rio longe da poluição até o verão de 2004, do Recreio ao Flamengo. Depois das jornadas de adiamentos e obras de saneamento dos anos anteriores, o jornal publicava o título: “Mais uma vez a promessa de deixar as praias do Rio livres da poluição” (O GLOBO, 29/12/2002: 21). Em agosto de 2003, o subsecretário adjunto de políticas ambientais da secretaria Alexandre Furlanetto previu, em depoimento na CPI do PDBG na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que a Baía de Guanabara só estaria completamente despoluída em 2035. O subsecretário ainda anunciou que o projeto da segunda fase do PDBG estava pronto, orçado em U\$ 400 milhões, mas que só começaria a ser executado em quatro anos, após a conclusão da primeira fase. Ainda no mesmo mês, em matéria sobre a dificuldade de saneamento da cidade em dias chuvosos devido à abertura das comportas e o esgoto despejado nas galerias pluviais (uma foto mostra grande mancha de esgoto na praia do Leblon, fora da baía), o secretário Luiz Paulo Conde anuncia investimentos de R\$ 772 milhões para a conclusão da primeira fase do PDBG até 2006, sete anos após o fim do primeiro prazo do programa.

Os péssimos resultados e as inúmeras controvérsias geraram, na CPI do programa, o pedido de indiciamento de dez pessoas: “Castigo para quem não despoluiu” (O GLOBO, 19/10/2003: 22) é o título da notícia, anunciando o resultado do relatório final da comissão que durou quatro meses. Na lista para serem indiciados, um ex-secretário de governo, quatro ex-presidentes da Cedae e cinco ex-diretores da Assessoria de Desenvolvimento e Gestão (Adeg) dos projetos. A CPI concluiu que o programa foi adiado cinco vezes desde sua assinatura, recebeu R\$ 300 milhões em aditamentos para conclusão de obras, dispensou licitação diversas vezes, além de ter pagado mais de R\$ 20 milhões em multas para o BID, financiador do programa. Tendo gasto U\$ 800 milhões, segundo o relatório da CPI, à época foram concluídos apenas 33,9% dos troncos coletores, 29% das redes de coleta e 6,4% das ligações domiciliares previstas no programa. Dois dias após a comissão, o Ministério Público garantiu a fiscalização das obras, propondo a assinatura de um termo de conduta para o cumprimento do cronograma. Em novembro, outro sopro de esperança para a baía, diante da declaração do diretor de Inclusão Social do BNDES, Marcio Henrique de Castro, de que tinha o desejo, no estado do Rio de Janeiro, de recuperação da Baía de Guanabara e do Rio Paraíba do Sul. A ajuda federal, no entanto, ficou apenas no desejo.

O Jornal de Bairro da Zona Sul d’*O Globo* decidiu colocar a despoluição da Baía de Guanabara como o destaque da reportagem de capa “Retratos de 1º de abril” (O

GLOBO – Jornais de Bairro, 01/04/2004: 1), listando as promessas nunca cumpridas pelas autoridades. Já o Jornal de Bairro da Ilha do Governador optou, em julho, por escrever uma reportagem que retratava a ideia de resistência e disputa entre a bela natureza da baía frente à poluição. A matéria “Do mar, o lado surpreendente da baía” (O GLOBO – Jornais de Bairro, 04/07/2004) expõe a beleza de doze ilhas em um passeio de barco, ressaltando a capacidade de renovação da baía frente às centenas de toneladas de esgoto despejadas diariamente em suas águas. No mesmo dia, a edição geral d’*O Globo* publicava “O Rio pelo olhar de 2 franceses”, sobre um livro publicado na Europa em 1951, mostrando as belezas da cidade na época.

O livro é ilustrado por 130 fotografias em preto e branco que, às vezes, parecem mostrar outra cidade, da época, por exemplo, na qual a Baía de Guanabara era dona de uma beleza, segundo Maurois [autor do livro]¹⁷ capaz de superar qualquer expectativa por parte do visitante. Uma baía que não agonizava com a poluição. (O GLOBO, 04/07/2004: 24)

A tão falada agonia da baía seria retratada, no verão de 2005, na série “Natureza à deriva”, até então a maior sequência de reportagens d’*O Globo* sobre o tema na história. Os jornalistas Paulo Marqueiro e Tulio Brandão publicaram nove reportagens em apenas uma semana, sendo as três primeiras só no dia 30 de janeiro. A capa d’*O Globo* anunciava que a “Degradação secou 15% da Baía de Guanabara” (O GLOBO, 30/01/2005: 1) com uma impressionante foto de Custódio Coimbra mostrando todo o lodo da baía na maré seca, em Magé. A capa chamava para as matérias “A Baía soterrada”, baseada em estudo de Elmo Amador, ao mostrar que 15,7% da área total já estavam assoreados; “Estado só trata 25% do esgoto jogado na Baía”, realçando o não cumprimento de metade da meta do PDBG; e “O drama da Baía de Guanabara”, esmiuçando em um mapa todos os problemas que afligiam a baía, área por área, do lixo à poluição industrial, em todo recôncavo. As reportagens ocupam três páginas daquela edição do jornal de domingo, dando um primeiro grande panorama atualizado da situação da baía.

¹⁷ Grifo nosso.

drama de pescadores cuja produção havia diminuído em 40% na última década, com a pesca de camarão caindo 20% ao ano. O descaso das obras de usinas para tratamento de lixo do PDBG foi o tema da matéria do dia seguinte, “Dinheiro do lixo foi parar no lixo” (O GLOBO, 03/02/2005: 13), que alertava para os 70% dos recursos da área já gastos, mas que “os resultados parecem ter sumido na poeira”. Na penúltima matéria da série, “Esgoto a peso de ouro” (O GLOBO, 04/02/2005: 13) exibiu uma foto de enorme língua negra próxima à foz do Rio Sarapuí, e uma imagem do ritmo lento das obras da ETE Alegria, maior estação do programa, que teria um reajuste de R\$ 30 milhões para as obras de implantação do tratamento secundário.

A série “Natureza à deriva” foi encerrada no sábado, com uma volta ao passado idílico na capa do jornal: “Vestígios do paraíso: apenas 5% da orla da baía mantêm a paisagem intocada” (O GLOBO, 05/02/2005: 1) mostra uma bonita imagem da área verde na APA Guapi-Mirim, chamando para a reportagem “Uma amostra do que era a Baía há 500 anos”, com fotos e mapa em referência à baía tal qual Américo Vespúcio a conheceu, em 1502. A região intocada da APA, transformada pouco depois em Estação Ecológica –com modelo de proteção integral- serve, segundo a reportagem, como abrigo para 150 espécies de aves, além de capivaras, jacarés e uma rica flora que conta com três espécies de mangue.

Apesar do fim da sequência de reportagens, os dois jornalistas continuariam cobrindo a situação da baía pelos meses subsequentes. Ainda em fevereiro, denunciaram o não funcionamento da Estação de Tratamento na foz do Rio Carioca, que havia custado R\$ 3,7 milhões de verbas providas de multa da Petrobrás pelo vazamento de óleo em 2000. Ao final do mês, a matéria “De quem é a culpa?” (O GLOBO, 27/02/2005: 29) entrevistou os secretários responsáveis pelo PDBG nos governos Marcello Alencar, Garotinho, Benedita e Rosinha. As críticas giraram em torno da concepção do projeto, desde a previsão de grandes estações à própria ideia de despoluição, que geraria uma expectativa alta, de limpeza total. O fato é que, independente da expectativa, o programa não havia conseguido sequer cumprir metade da meta de tratamento de esgoto, que já não era de limpeza total da baía, mas de 58% da carga despejada. Secretário em curso no momento da reportagem, Conde preferiu não falar em fracasso do programa, mas em atraso. Uma semana depois, em entrevista para *O Globo*, o secretário afirmou que “a Baía só era limpa nos tempos dos índios” (O GLOBO, 06/03/2005: 33), reconheceu erros antigos do programa, assegurou a melhora de balneabilidade da Praia do Flamengo nos anos seguintes e classificou a situação da praia

de Botafogo como “insolúvel”, tendo sugerido a construção de um cais, uma continuação do aterro no lugar da areia da praia, ideia que não foi pra frente.

Em março, uma nova proposta do estado pretendia acelerar a despoluição da baía. Apresentado ao Banco Japonês, previa-se a construção de sete estações de esgoto na foz dos rios mais poluídos da Bacia Hidrográfica da baía. O projeto, avaliado em R\$ 416 milhões, seguia a linha da estação de tratamento do Rio Carioca, que estava sem funcionar havia meses. O Banco Japonês, contudo, afirmou esperar a conclusão das obras ainda da primeira fase do programa para analisar a nova proposta que, segundo Conde, seria complementar já à segunda fase. As novas unidades tratariam esgotos de vazão maior que 13.700 litros por segundo, quase três vezes a capacidade total da Estação Alegria, a maior do programa, que ainda operava muito abaixo de seu potencial.

Enquanto os inúmeros adiamentos e aditamentos de obras tomavam conta das manchetes sobre a baía nestes anos, outras narrativas concomitantemente perpassaram a pauta da baía. O problema da violência e do tráfico na baía voltou à tona, três anos após a primeira matéria sobre o assunto. Desta vez a Polícia Federal investigava a denúncia de utilização de ilhas da baía como base de operações de traficantes. Três dias depois, um grupo de pescadores foi abordado por traficantes armados, que fizeram um deles de refém após descobrirem ser morador de uma favela dominada por uma facção rival.

A narrativa da resistência da biodiversidade frente à poluição também continuaria perpassando o noticiário. “Mesmo poluída, baía atrai golfinhos” (O GLOBO, 28/08/2005) expõe um estudo em que eram identificados pelo menos 78 botos que viviam na região, número que vem decrescendo a cada matéria publicada sobre o tema, de acordo com os estudos do Laboratório de Mamíferos Aquáticos (Maqua) do Departamento de Oceanografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Já em 2006, a matéria “O milagre do renascimento no meio do lixo” (O GLOBO, 26/03/2006: 22) trata da recuperação dos manguezais nas proximidades do aterro sanitário de Gramacho, em Duque de Caxias. O projeto de revitalização, levado a frente sob a responsabilidade do biólogo Mario Moscatelli, ocupava 1,3 milhão de metros quadrados à época, com grande número de visitas de estudantes do ensino básico e superior. A construção de uma vala para recolher e tratar o chorume que vinha do aterro, antes jogado no mangue, possibilitou, segundo o biólogo, a reação do manguezal a partir de seis meses após a interrupção do despejo.

Da riqueza de biodiversidade à violência, passando pelas intermináveis obras de saneamento, a multifacetada discussão em torno da baía, local de interseção da Região

Metropolitana, não esteve presente em um momento especialmente simbólico: a campanha eleitoral para governador em 2006. Ainda que a campanha eleitoral tenha passado alheia ao tema (ao menos nas matérias d’*O Globo*), o governador eleito Sérgio Cabral herdaria uma série de obras inacabadas, necessitando investir cerca de R\$ 400 milhões de verbas próprias do estado para o término do PDBG, adiado mais uma vez para 2008 – o repasse de verbas internacionais cessaria em 2007.

Após o especial de grandes reportagens publicadas 2005 e uma possível “desilusão geral” com o caminho do projeto de despoluição, diminuíram as notícias sobre o assunto. Não que a poluição deixasse de ser citada, pelo contrário, mas as menções às obras do programa começam a cessar. Já no fim de 2006, às vésperas dos Jogos Pan-Americanos de 2007, uma matéria alerta para a “derrota ambiental” da cidade. A notícia “Rio pode perder o jogo para a poluição no Pan” alarma para a degradação ambiental de áreas próximas à Vila do Pan, na Barra, além da Baía de Guanabara, onde aconteceriam as provas de Vela. O prefeito César Maia comentou, à época: “O meio ambiente será um critério decisivo para os Jogos Olímpicos de 2016, mas não para o Pan.” (O GLOBO, 03/12/2006: 28).

Em 2007, contudo, puderam aparecer alguns outros assuntos que também compõem parte das narrativas que perpassam a baía. Por exemplo, a matéria “A batalha do Imbuhy” (O GLOBO – Jornais de Bairro, 25/03/2007) mostrava o imbróglio envolvendo os moradores de uma aldeia centenária em um dos recantos mais paradisíacos da baía. Enfrentando uma ação de despejo do exército, os moradores da aldeia na Praia do Forte do Imbuhy, em Niterói, iriam para Brasília tentar frear a ação. A praia, cujo privilegiado acesso é limitado a militares e amigos dos oficiais, ostenta águas cristalinas e uma visão edênica e frontal do Pão de Açúcar. Na tentativa de exibir a tradição da aldeia, o pescador Jorge de Carvalho, com 79 anos à época, guardava um exemplar do “Noticiário do Exército” de 1958, contando a história de sua avó, Flora Simas de Carvalho, a mulher que bordou a primeira bandeira da República, a pedido do Marechal Deodoro da Fonseca, nas comemorações de 1889. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiria, em 2015, pela expulsão das 35 famílias que habitavam o local há mais de um século. O grupo reivindicava, inclusive, que seus ascendentes viviam ali antes da chegada do próprio exército.

No trajeto do Rio a Niterói, as barcas também ocuparam parte do noticiário em abril de 2007, com sete incidentes em menos de três semanas, deixando dezenas de passageiros à deriva, resgatados por barcos da Capitania dos Portos. Os eventos

coincideram com um pedido de ajuda financeira de R\$ 123 milhões da concessionária Barcas S/A ao Governo do Estado, alegando prejuízo anual de R\$ 8 milhões, devido a um déficit de dez milhões de passageiros em relação ao previsto, segundo a empresa. O imbróglio das barcas continuaria no ano seguinte, com novos acidentes e a abertura de uma CPI.

Para além da crise do transporte aquaviário, outros tipos de barcos chamaram a atenção do jornal, em outubro de 2007: desde um ambientalista que atravessou as duas cidades em cima de uma jangada de garrafas PET como protesto ao aquecimento global, ao espetáculo do grupo Teatro na Vertigem, cujas apresentações se dariam em barcos noturnos sobre as águas da baía. Os dois exemplos realçam ainda mais a já reiterada dimensão compósita e heterogênea da baía, tendo espaço também para a manifestação política e artística, mesmo que literalmente sobre suas águas. Há outra quantidade de barcos, contudo, que não prestam serviço político, artístico ou sequer de transporte: dezenas de embarcações abandonadas na baía, que representam riscos ao meio ambiente e dificuldades para a navegação, foram identificadas e retirados das águas da baía, já em setembro de 2008.

A matéria dos barcos abandonados, publicada no Jornal de Bairro de Niterói, é sucedida poucos dias depois por uma importante matéria do mesmo jornalista, Rafael Galdo, que expõe uma rara visão econômica sobre a degradação ambiental da baía nas coberturas jornalísticas do assunto: a matéria “O custo da degradação ambiental - Baía de Guanabara poluída gera entraves para o desenvolvimento econômico” (O GLOBO – Jornais de Bairro, 14/09/2008: 14) não se restringe apenas às dificuldades da atividade pesqueira na baía, mas apresenta os prejuízos dos portos e indústria naval para dragagem de lodo que, ao assorear os canais, atrapalha a passagem das embarcações. A matéria ainda cita, sem se alongar no assunto, que atividades ligadas ao turismo, esportes e lazer poderiam ser fomentadas se não houvesse poluição, além de haver o custo de manutenção estimado em R\$ 1 milhão anual, segundo a superintendência das Barcas S/A, só para manutenção de peças danificadas por conta do lixo flutuante. Um mês antes, *O Globo* havia publicado uma matéria contabilizando em 80 toneladas de lixo flutuante o total, por dia, que a baía recebia. Número muito maior do que as 7 toneladas que, com esforço, as cinco ecobarreiras e três barcos pagos pelo governo do estado recolhiam diariamente.

Quanto às obras de despoluição, o assunto havia voltado ao jornal em abril de 2008, com a inauguração de um tronco-coletor de 11km, que levaria o esgoto do Centro,

São Cristóvão e Tijuca até a ETE Alegria, tratando mais mil litros de esgoto por segundo, segundo notícias da época. A implantação dos tubos estava em andamento há cinco anos, com o custo de R\$ 170 milhões oriundos do Fundo Estadual de Conservação Ambiental (Fecam). Já em outubro daquele ano, outra medida de despoluição voltou a ser comentada, desta vez com um tom crítico, logo no título da matéria: “Valões oficiais” (O GLOBO, 23/10/2008: 14) anunciou novamente o projeto do governo de fazer o tratamento de esgoto na foz dos rios, desta vez também usando as galerias pluviais como redes de esgoto, no modelo alternativo chamado de captação a tempo seco, por só funcionarem em dias sem chuva. Ao priorizar este modelo, deixando de lado o saneamento tradicional, a consequência seria, como menciona o título da matéria, oficializar a condição de valão que os rios já possuíam. A medida, segundo o projeto, se dava em função da dificuldade de fazer redes de coletas em regiões de grandes aglomerações, como as favelas. O projeto de estações de tratamento dos rios, apresentado pelo biólogo Mário Moscatelli, tornaria a aparecer no noticiário em outros momentos, e resultou em controvérsias dividindo especialistas.

Ainda que a própria secretária estadual do Ambiente, Marilene Ramos, reconhecesse as dificuldades de financiamento pelo fato da legislação só poder cobrar do consumidor o esgoto convencional, além de especialistas criticarem a medida como um atestado de incompetência do Poder Público - que trataria o resultado e não as causas do problema-, a ideia de Moscatelli visava impedir que um passivo ambiental já existente fossem transportados dos rios para a baía e lagoas. As experiências de tratamento de rios e operação a tempo seco já existentes na cidade, contudo, guardavam problemas como o alto custo de funcionamento e manutenção, apresentados pela notícia nos exemplos do canal da Rua Visconde de Albuquerque e da estação do Rio Carioca. A ideia da secretária, no entanto, não era considerar a medida como solução final, mas complementar ao saneamento, à espera de futuras instalações convencionais de esgoto. O presidente da Cedae à época, Wagner Victor, endossou a ideia argumentando que, no varejo, muitas vezes o consumidor não faz a conexão da casa à rede de esgoto. O projeto não foi para frente, mas a ideia segue até hoje pautada como uma das soluções possíveis, e permanece como objeto de discórdia de especialistas.

Reapostando apenas no saneamento convencional, o ano de 2009 representaria uma nova dose de esperança, mesmo que comedida, para o futuro da Baía de Guanabara. Já em janeiro a Estação de Alegria foi reinaugurada prometendo 2500 litros por segundo (metade de sua capacidade total), mas desta vez com tratamento

secundário, retirando 98% da carga orgânica, enquanto o tratamento primário retirava apenas de 30 a 40%. A expectativa ainda não cumprida de se chegar nos 5000 litros tratados se dava em torno da conclusão de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo do Alemão, cujo saneamento conduziria o esgoto para a estação.

Mesmo após matérias negativas citando, por exemplo, uma “ilha” de lama e lixo que se formava no fundo da baía, e o pessimismo de que a poluição manchasse a candidatura olímpica do Rio (a um mês da última visita do Comitê Olímpico Internacional – COI -, a Marina da Glória continuava recebendo esgotos), a posterior confirmação da escolha da cidade parecia despontar como uma nova grande chance de despoluição da baía, tratada como um dos principais legados da Olimpíada de 2016. Um dos trunfos para melhorar a imagem perante o COI e contribuir para a vitória do Rio foi, justamente, o anúncio de R\$ 1 bilhão que seria investido em meio ambiente, destinado às Bacias de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, além da Baía de Guanabara. Já no mesmo dia da escolha da sede, a matéria “Limpeza no cartão postal” (O GLOBO, 03/10/2009: 17) noticiou o início de obras de dragagem dos canais do Cunha e do Fundão, juntos à linha vermelha, principal corredor utilizado por quem chega do Aeroporto Internacional Tom Jobim.

O ano de 2010 e os seguintes, anteriores à crise econômica, anunciam alguns projetos para a baía. No entanto, apesar do suposto otimismo, as narrativas empregadas no noticiário não chegam a demonstrar algum tipo de euforia pelas obras de despoluição. Pelo contrário, talvez a desconfiança com o desenrolar do PDBG tenha evitado que fossem produzidas matérias esperançosas sobre a despoluição da baía para 2016, mesmo durante o auge do crescimento econômico brasileiro e os bilionários investimentos no Rio, especialmente entre 2010 e 2013. Além do baixo ritmo das obras de saneamento em comparação ao que era necessário, uma possível justificativa para a pouca exposição da “futura baía olímpica”, naqueles anos eufóricos, são as várias obras realizadas ao mesmo tempo e em ritmo mais acelerado, como a derrubada do elevado da perimetral, a revitalização da região portuária, a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), os corredores de ônibus BRT (Transoeste, Transcarioca, Transolímpica), a ampliação do metrô para a Barra da Tijuca e, evidentemente, as diversas arenas esportivas e acomodações para os atletas, entre outras muitas obras e medidas olímpicas e não olímpicas que também concorriam com a baía no noticiário.

Já no primeiro mês de janeiro da década, apesar do anúncio de um projeto em parceria com Eike Batista, que visava conter o lançamento de esgoto na Marina da Glória, a principal matéria sobre a baía naquele momento tratava de um assunto antigo e desalentador: “Não adianta mais chorar sobre o óleo derramado” (O GLOBO, 31/01/2010: 12) noticiava a absolvição, na justiça, de todos os réus do crime ambiental de 2000, pelo vazamento de óleo da Reduc. O juízo alegou falhas na denúncia dos procuradores do MPF, que contestou as acusações e não entrou com recurso por prever que, no momento do julgamento na segunda instância, os crimes já estariam prescritos. Carlos Minc, então ministro do Meio Ambiente do governo Lula, criticou a decisão e afirmou que a legislação ambiental era frouxa, mas atentou para algumas medidas positivas que teriam ocorrido desde o desastre, como a mudança de leis ambientais, licenças mais rigorosas e um maior cuidado da própria Petrobrás, desde o vazamento.

Se naquele momento a legislação já lhe parecia mais favorável à causa ambiental, logo no mês seguinte o ministro teve que lutar contra um projeto em andamento na Câmara dos Deputados conhecido por “Emenda Ibsen”, que previa reduzir drasticamente a arrecadação proveniente de royalties de petróleo para os estados produtores, como o Rio, cujas receitas estavam vinculadas diretamente à conservação ambiental no estado. O imbróglio da redistribuição dos royalties de petróleo duraria anos, com aprovações no congresso, vetos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, derrubada do veto e posterior liminar concedida pelo STF, em 2013, suspendendo a lei de redistribuição e garantindo, ainda não de forma definitiva, a maior receita para estados e municípios produtores.

Em junho de 2010, um triste obituário: a morte do ambientalista e pesquisador da UFRJ Elmo Amador deixava a Baía de Guanabara órfã de um de seus principais ativistas e estudiosos. Figura histórica da luta ambiental, com especial importância para a preservação dos manguezais e do espelho d’água da baía contra os sucessivos aterros, Elmo Amador seria lembrado em coluna do jornalista Marcos Sá Correa, ao final de outubro. O artigo “Falta um museu da baía no porto do Rio” (O GLOBO, 29/10/2010: 7) discorre, às vésperas das reformas de revitalização do zona portuária, sobre as inúmeras obras do chamado “progresso”, que suplantaram a antiga beleza cenográfica da região portuária, e a falta que faria o ativista e pesquisador, autor do livro “Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos: homem e natureza”. Diante das obras da nova zona portuária, o jornalista questiona: “Mas não estaria faltando na revitalização um

museu para mostrar ao carioca quanto Rio de Janeiro ele perdeu bem ali? Ou o que falta é Elmo Amador?”.

Ainda no primeiro ano da década de 2010 seria celebrado o centenário da Revolta da Chibata, articulada pelo “almirante negro” João Cândido sobre as águas da Guanabara, e cujas comemorações foram ignoradas pela Marinha do Brasil. Poucos meses antes, havia sido lançado o projeto arquitetônico para o Museu do Amanhã, que se juntaria ao Museu de Arte do Rio (MAR) na revitalizada Praça Mauá. Pensava-se em futuro, mas a história da cidade, escrita em boa parte sobre as águas da baía, só não foi totalmente ignorada naquele momento - como temia a coluna do jornalista-, por conta do projeto de inauguração de um museu na Ilha das Flores, em São Gonçalo, ponto de desembarque de estrangeiros e marco fundamental da história da imigração no Brasil. No que se refere à região central do Rio, o arquiteto Sérgio Magalhães escreveu sobre a relação entre o espaço urbano e a memória e identidade coletiva da cidade, citando o complexo Aterro do Flamengo, Centro e Porto na sua coluna “O núcleo e a essência do Rio”:

O espaço urbano é o material e o espiritual somados na história, construindo a memória e a identidade coletivas. [...] A Praia do Flamengo sofre desde então com a decadência ambiental da Baía de Guanabara. Com a despoluição da baía é possível a requalificação que permita ao parque e à praia potencializarem o papel estratégico do conjunto para o desenvolvimento urbano do Centro e da Zona Sul. [...] Esse conjunto, Aterro-Centro-Porto, pontuado pelos ícones geográficos, configura-se como o mais importante espaço urbano metropolitano brasileiro. A garantia de sua vitalidade parece ser essencial para a própria vitalidade do Rio. (O GLOBO, 12/03/2011: 7)

Para além das interferências na terra firme do porto do Rio, o Governo do Estado tentava garantir mais um financiamento bilionário com o BID para a despoluição da baía, solicitando um empréstimo de R\$ 1,3 bilhão. Segundo o governo, não se tratava exatamente da segunda fase do PDBG, mas de outro programa, priorizando obras de saneamento nos municípios da Baixada Fluminense e São Gonçalo. O “novo” programa de despoluição da baía seria nomeado de PSAM: Programa de Saneamento dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara, e teve o contrato de financiamento assinado apenas em 2012. Enquanto isso, regiões como a Marina da Glória, Botafogo e o Rio Carioca, no Flamengo, continuavam como alvos de denúncias dos jornais, mantendo os lançamentos de esgoto *in natura* na orla da baía na Zona Sul. Um exemplo

é a matéria “Baía de Guanabara ainda à espera de faxina” (O GLOBO, 20/06/2010: 24), que apresentava três grandes fotos das manchas de esgoto vistas do alto, que, provenientes de ligações clandestinas de esgoto, seriam as mesmas “há cinco anos”, segundo o biólogo e entrevistado Mário Moscatelli. Outras imagens vistas de cima chamariam a atenção em agosto daquele ano, na revista *Planeta Terra*, anexa ao jornal *O Globo*, com um assustador cenário ambiental das baías de Guanabara e Sepetiba, comparadas à superfície lunar pela matéria “Mar em preto e chumbo” (O GLOBO – Planeta Terra, 24/08/2010: 18).

A mesma revista publicou, em janeiro de 2011, três páginas da reportagem “A vida no lixo: estudo revela biodiversidade surpreendente na Baía de Guanabara” (O GLOBO – Planeta Terra, 25/01/2011: 4), em que apresenta, além de fotografias, dois mapas revelando a contaminação por esgoto em diversos pontos, bem como as espécies mais comuns da baía: sardinha, tilápia, bagre africano, corvina, linguado, pescado, siri capeta, raia, tubarão anjo, boto, camarão rosa, biguá, maçarico e socó. A tônica do discurso da matéria é apresentar a riqueza de vida que ainda resiste na baía e que é, em geral, desconhecida da maior parte das pessoas, sob a ideia de degradação total daquele espaço.

Às margens do Aeroporto Internacional Tom Jobim, um dos locais mais degradados da baía, foi anunciada uma obra tida como importante para a diminuição do passivo sanitário. A construção de uma Estação de Tratamento de Rio (ETR) no Rio Irajá, que recebe diversos valões de esgoto no entorno de bairros como Irajá, Penha, Ramos, Cordovil, Bonsucesso e nas comunidades da região, tinha como objetivo reduzir em pelo menos 90% a carga orgânica despejada na baía pelo rio, um dos seis mais poluentes do recôncavo da baía. A estação - que nunca entrou em funcionamento-, orçada em R\$ 30 milhões e financiada em convênio com a Petrobrás, seria operada pelo município do Rio, a exemplo das ETRs do Arroio Fundo (Jacarepaguá), Rio Carioca (Flamengo) e São Conrado. Para o biólogo Mário Moscatelli, a medida era importante, mas também deveriam ser construídas outras ETRs nos canais do Mangue e do Cunha; encontro dos rios Sarapuí e Iguaçú; e na foz dos rios São João de Meriti e Guaxindiba.

A principal notícia ambiental daquele ano de 2011, no entanto, talvez tenha sido o anúncio do fim do Aterro de Gramacho. A montanha de 60 metros de lixos às margens da Baía de Guanabara, que funcionava como “lixão” em Duque de Caxias desde 1978, seria gradualmente substituída por um Centro de Tratamento de Resíduos em Seropédica, com o aterro sendo definitivamente fechado no ano seguinte. A revista

Planeta Terra publicou “Do lixo ao mangue em flor” (O GLOBO – Planeta Terra, 24/05/2011: 18), mostrando o resultado do trabalho de replantio das áreas de manguezais ao redor do aterro, organizado por Moscatelli desde o início dos anos 2000, cujas mudas poderiam se desenvolver melhor com a diminuição do chorume na região. Outro problema atormentaria os moradores da região nos anos subsequentes: o fim da atividade fez despencar a renda mensal dos milhares de catadores que trabalhavam no aterro, as promessas de recuperação da região não foram cumpridas e, apesar da indenização de R\$ 14 mil aos catadores, permaneceu alta a dificuldade de conseguir outro emprego.

O ano de 2012 - e até o fim do verão de 2013- não apresenta grande quantidade de matérias denunciando a situação da baía, tampouco noticiando a realização de obras para sua despoluição. Além de uma apontando o aumento do tráfego de navios no porto que ocasionavam uma mudança da paisagem da cidade, o Ministério Público cobrou do Governo do Estado pelos resultados do PDBG, propondo uma audiência com representantes do governo e da Cedae para apresentar um relatório com a situação das obras. A promotora do Meio Ambiente Rosani da Cunha Gomes sobrevoou a baía ao lado de um perito, um documentarista e de Moscatelli, a fim de produzir um vídeo para sensibilização do tema, e chegou a afirmar que a situação seguia piorando desde 2007 (início da ação que obriga a Cedae a apresentar um cronograma completo das obras). Ex-ministro e novamente secretário estadual do Ambiente, Carlos Minc concordou com a realização da audiência, mas questionou a afirmação. Segundo ele, de 2007 a 2012, o tratamento saiu de 2 mil litros para quase 6 mil litros por segundo. Àquela altura, a meta de tratar 16 mil litros ou 80% do total de esgoto até 2016 ainda era endossada também pelo presidente da Cedae, Wagner Victor.

Possivelmente a principal notícia de denúncia ambiental neste ano foi uma grande matéria chamada “O carioca que ajuda a poluir a Baía de Guanabara” (O GLOBO, 24/06/2012: 19), contando a história do rio que deu o gentílico da cidade, e o trajeto das águas que nascem cristalinas nas Paineiras e desembocam, imundas, na Praia do Flamengo. Todavia, a notícia mais triste foi, em junho, os assassinatos de João Luiz Telles Penetra e Almir Nogueira de Amorim, dois pescadores e importantes ativistas ambientais, que denunciavam o uso insustentável da baía. O andamento dos processos desses crimes não foi mais noticiado em nosso filtro de pesquisa.

Do final do verão de 2013 em diante, matérias importantes ocupam o noticiário: “Mar de surpresas” é, primeiramente, uma exceção na maior parte da cobertura do tema,

por mostrar um ensaio da fotógrafa Monique Cabral, que captou algumas das belezas da baía. A intenção era justamente ter um olhar positivo sobre a baía, e “abrir uma brecha de otimismo em meio a esse mar de negatividade que ronda um dos mais belos cartões-postais do Rio” (O GLOBO - Amanhã, 02/04/2013: 8), afirmou a autora.

Três semanas depois, uma reportagem do jornalista Emanuel Alencar traria as grandes matérias de denúncia ambiental de volta à pauta da baía, precedendo outras séries de reportagens que o jornalista escreveria nos meses seguintes e, especialmente, em 2014. “Toneladas de descaso” (O GLOBO, 28/04/2013: 14) expõe a dramática situação do lixo flutuante na baía, acompanhada de imagens do acúmulo de lixo em São Gonçalo e em praia da Ilha do Fundão. Segundo a presidente do INEA Marilene Ramos, estimava-se que as 80 toneladas diárias de lixo levado dos rios à baía em 2008 teriam crescido, até 2013, na ordem de 30%. A matéria aborda ainda a insuficiência das chamadas “ecobarreiras”, implantadas nos rios para recolhimento de parte do lixo flutuante, tratadas como medidas paliativas e projetadas para se romperem nas chuvas torrenciais, a fim de evitar inundações. É possível dizer que, de certa forma, esta reportagem começa a marcar o início de uma maior desconfiança com a meta olímpica de despoluição da baía, mesmo que o cumprimento da meta ainda fosse garantido pelas autoridades. Em junho, Carlos Minc apontou, em coluna, os diversos avanços ambientais do estado do Rio, mas reconheceu o desafio maior que era a Baía de Guanabara. Segundo o político, desde 2006 o índice de tratamento havia subido de 12% para 36% - ainda muito abaixo-, e a conclusão da UTR Irajá trataria futuramente mais 12%.

No início de agosto, matérias como “Cedae, uma caixa-preta sem controle” (31/07/2013: 17) e “Consumidor paga, mas não leva” (01/08/2013: 12) criticaram as operações da estatal de saneamento. A falta de regulação e a pouca transparência da companhia foram abordadas na série de matérias, bem como os aumentos nas tarifas, acima da inflação: em comparação às outras quatro estatais de Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, a Cedae era a com maior tarifa média e ostentava, ao mesmo tempo, o pior serviço entre as capitais do sudeste, de acordo com o Ranking Trata Brasil. Os ínfimos índices de coleta e tratamento de esgoto dos municípios de responsabilidade da Cedae, em levantamento feito em 2011 pelo Ministério das Cidades, demonstravam o grave déficit de saneamento do estado - ampliando o escopo para além da Baía de Guanabara. Menos de 40% usufruíam do serviço de coleta da Cedae no estado; o índice de tratamento era ainda mais assustador, com a capital sendo a primeira colocada (com

51,9%) e seguida por Maricá (11,3%), enquanto municípios como São João de Meriti, Magé, Queimados, Teresópolis e Seropédica sequer saíam de 0%.

Ao final daquele ano, a coluna “Economia Verde” de Agostinho Vieira, tratando diretamente com o ainda secretário Carlos Minc, dava os primeiros sinais de descrença no cumprimento da meta olímpica de tratar 80% dos esgotos da baía, tendo em vista os péssimos índices da Baixada Fluminense. O secretário, em coluna n’*O Globo*, anunciou as obras para a UTR Pavuna/Meriti, que retiraria mais 24% da poluição, somando aos 12% previstos da UTR Irajá, além de obras de redes de saneamento tradicional em São Gonçalo, Complexo do Alemão e Complexo da Maré.

A trajetória do político na secretaria não chegou a durar mais duas semanas após a coluna. Com o lançamento da pré-candidatura de Lindberg Farias para governador, rompeu-se uma aliança de sete anos entre petistas e peemedebistas no estado, que perdurava desde o início do governo de Sérgio Cabral. Com a exoneração de Minc, assumiu a secretaria o então presidente do Partido Social Democrático (PSD) no Rio, Índio da Costa, candidato a vice-presidente da República na chapa de José Serra (PSDB), em 2010. As obras e metas anunciadas por Minc jamais saíam do papel após a sua exoneração, também na esteira do início da crise econômica do Rio e do país, a partir daquele ano de 2014.

Aos poucos, cresceu nos noticiários a desconfiança do cumprimento da meta olímpica no noticiário. Ainda em fevereiro, a matéria “Um desafio olímpico: autoridades correm contra o tempo para preparar a Baía para competições da Rio 2016” (O GLOBO, 16/02/2014: 14) apresenta os já conhecidos problemas e desafios da baía, e chega a entrevistar o recém empossado secretário, que admite a necessidade de cinco UTRs para se chegar à meta traçada. Em junho, a matéria “Baía de Guanabara: mais 20 anos até a limpeza” (O GLOBO, 04/06/2014: 32) reproduz a afirmação da então ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, admitindo que as ações demorariam e que os esforços deveriam ser contínuos pelas próximas duas décadas. Apenas um mês depois, uma notícia emblemática: “O desafio agora é olímpico” (O GLOBO, 13/07/2014: 16) trata do andamento das obras para a Olimpíada, novo desafio carioca logo após o término da Copa do Mundo de 2014. Chama a atenção o pequeno parágrafo que trata da baía, sobre os riscos a que os atletas de vela estariam expostos no primeiro evento-teste da competição, em agosto daquele ano. A resposta da Secretaria Estadual do Ambiente sustentou, todavia, que os locais das provas tinham índices de contaminação historicamente aceitáveis. O legado da despoluição para a cidade

começava a ser visto gradualmente mais distante: o foco –de mais fácil realização- seria, cada vez mais, garantir apenas a segurança e a boa operação da competição de vela, aos olhares de todo o mundo. As provas ocorreriam, de fato, quase na entrada da baía, região positivamente afetada pelas correntes marítimas.

Outra série especial de reportagens dos jornalistas Emanuel Alencar e Selma Schmidt, contudo, tratou de relembrar os problemas ainda relacionados à baía em sua totalidade e extensão. “Um mar de lixo e lama” (O GLOBO, 24/08/2014: 15) abriu, na edição d’*O Globo* de domingo ao final de agosto, a sequência de grandes reportagens sobre o tema, apresentando a trajetória dos quase R\$ 3 bilhões gastos desde a assinatura do PDBG, incapaz de chegar perto de cumprir as metas estipuladas.



Figura 14: A primeira matéria da série reconstitui a linha do tempo das obras.

Fonte: Acervo Digital do Jornal O Globo, 24/08/2014.

O tom da matéria é de desilusão, e usa como exemplo a memória da Praia de Tubiacanga, na Ilha do Governador, hoje uma faixa de lama no lugar da areia e águas fétidas. Sérgio Santos, pescador da região, afirmou ter sua casa em um nível mais baixo do que a rede de saneamento implantada na rua (como um terço das casas do bairro), e todo esgoto voltava à sua casa ao dar descarga. Sendo assim, construiu uma ligação de

esgoto diretamente nas águas pluviais e se recusou a pagar as contas da Cedae, que colocou seu nome no SPC e Serasa. Se a narrativa jornalística sobrevive, em última instância, de contar boas histórias, Sérgio é um entre esses muitos personagens que, ao longo dos anos e décadas, integraram os enredos, dando voz às reportagens de denúncia da baía, conferindo corpo às matérias e expondo concretamente as dificuldades provindas da falta de saneamento básico, comum à vida cotidiana de milhões de indivíduos fluminenses. Na segunda página da reportagem, o foco é em São Gonçalo, cuja estação de tratamento de esgotos - inaugurada em 1998 e reinaugurada em 2014 - não tratava sequer um litro por falta de redes coletoras. O personagem desta vez foi Samuel de Freitas, pescador aposentado que recorda os bons tempos de águas claras na Praia das Pedrinhas, onde se pescava ostras, mariscos e camarões.

A sequência de reportagens continuou no dia seguinte, denunciando a situação de usinas de lixo e aterros sanitários construídos com R\$ 80 milhões do PDBG e que viraram sucata, além do não funcionamento dos reservatórios de água construídos pelo programa. A figura desta matéria é Valéria Santos, cantora gospel de Caxias que mora em frente a um reservatório, mas que frequentemente dependia de caminhões-pipa para suprir a falta d'água. Dois dias depois, a próxima reportagem da série foca na impunidade sobre as irregularidades do programa, tendo em vista que, de seis multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), apenas uma tinha sido paga integralmente. Ao mesmo tempo, a notícia expõe uma fotografia das negras águas da enseada de Botafogo, frequentada pelo velejador Ricardo Winicki, que treina todos os dias na baía e atenta para o prejuízo do lixo flutuante ao esporte.

No dia seguinte, o assunto são as novas “promessas” de obras, desta vez alocadas no PSAM, sucessor do PDBG, e que mesmo totalizando mais R\$ 1,7 bilhão, não seriam suficientes para cumprir a antiga meta estipulada ainda em 1994. A foto de um boto cinza fazendo acrobacia para a matéria “A vida que tenta resistir” (O GLOBO, 28/08/2014: 18) encerra as matérias daquela semana, mostrando a tentativa de resistência de espécies da baía e a drástica redução do número de botos: de 400 nos anos 1980, eram apenas 40 em 2014. A última reportagem da sequência assinada por Emanuel e Selma foi em setembro, e trouxe o exemplo positivo do caso de Niterói, que concedeu o saneamento básico à iniciativa privada em 1999, e em 2014 contava com 92% dos imóveis dispondo de coleta e tratamento de esgoto, com um total de R\$ 400 milhões investidos em esgoto pela concessionária Águas de Niterói. A meta era

universalizar o saneamento até 2018, segundo o então vice-prefeito da cidade Axel Grael.

Uma interessante coluna de Pedro da Luz Moreira, então presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) saiu do escopo de denúncias estritamente ambientais e de “obras” (que norteiam a grande maioria das matérias) e atentou para a necessidade de uma requalificação urbana na baía e a importância do convívio com a natureza em um espaço urbano de 12 milhões de habitantes como o Grande Rio. Segundo o arquiteto, a requalificação urbana cumpre o papel de induzir a recuperação ambiental da baía, que beneficiaria diversos bairros e cidades, representando “promessa de reequilíbrio do acesso às oportunidades na metrópole” (O GLOBO, 12/10/2014: 19).

Já perto do natal de 2014, outra fundamental coluna, desta vez do jornalista Tulio Brandão, também sai do usual e alerta para a necessidade de se olhar muito além dos Jogos Olímpicos e da competição de velas.

“A Baía é, no atual cenário, o maior atoleiro do desenvolvimento econômico da Região Metropolitana do Rio [...]. A degradação conferiu ao mais icônico patrimônio ambiental do estado o maldito papel segregador da metrópole. Em vez de ser o elemento que une e induz a um desenvolvimento comum, aquelas águas repletas de omissão histórica do Estado, hoje, isolam e oprimem os 15 municípios integrantes da bacia, tornando-os vítimas de uma imagem aterradora. Não há obstáculo maior ao desenvolvimento da região, ou, mais que isso, do estado. É preciso impor um novo olhar à baía [...]. Temos que ampliar a conta, incluir os efeitos transversais, significativos, nos indicadores ambientais, no transporte, na saúde, no planejamento urbano, no turismo, na economia e, sobretudo, no desenvolvimento humano fluminense. A Baía limpa transformaria o Estado do Rio. (O GLOBO, 15/12/2014: 15)

Se o jornalista atentava para a necessidade de se olhar para além de uma “raia olímpica”, poucas semanas depois o Governo do Estado admitiria, pela primeira vez, o descumprimento da meta de se tratar 80% dos esgotos até o início dos Jogos. Já era janeiro de 2015, e a virada do ano já mostrava índices econômicos ainda piores que os de 2014, concretizados em dois anos de recessão econômica, que totalizaram uma redução de 7,2% do PIB brasileiro no período¹⁸.

¹⁸ Dados do IBGE, divulgados pelo Jornal O Estado de São Paulo. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,pib-cai-3-6-em-2016-e-confirma-pior-recessao-desde-1930,70001689773>

A situação econômica do estado do Rio de Janeiro, ainda mais dramática em decorrência da crise do preço do barril do petróleo e com uma Olimpíada batendo à porta, acabou por decretar o fim do sonho de despoluição da baía. Na esteira da admissão do fracasso, uma enxurrada de reportagens sobre a baía cobriu os noticiários daquele ano - o foco, todavia, passa a ser cada vez mais na segurança dos atletas e nas condições para a prática do esporte, também com ampla repercussão na mídia estrangeira. Teve-se, em 2015, o maior número de matérias que continham a palavra “poluição” e “baía de Guanabara” desde 2001, como exposto no gráfico do início do capítulo: são 91 ocorrências contra 69 de 2014; a média de 2010 a 2013 havia sido inferior a 43 por ano.

A alta do número de matérias não se traduziu em sequências de grandes reportagens. A discussão do lixo flutuante ganhou uma importância maior do que tinha em relação ao tratamento de esgoto, provavelmente pelo maior impacto do lixo à competição, como o risco de uma sacola plástica grudar no veleiro. Para piorar a situação, foram reduzidos por falta de pagamento os ecobarcos e ecobarreiras, medidas paliativas para retirada do lixo da baía. Do ponto de vista da imagem do Rio no exterior, o nível de poluição da baía parece associar um imaginário fétido à cidade – foi criado até um jogo online em que um nadador desvia de fezes na baía¹⁹. Uma matéria d’*O Globo* também chama a atenção em especial: “Ingleses vão usar enxaguante bucal e vitaminas contra sujeira na baía: já australianos recomendam uso de chuveiros portáteis após as provas” (O GLOBO, 09/04/2015: 11). Para provar a segurança das raias da competição, o novo secretário estadual de Ambiente André Correa protagonizou uma cena peculiar: mergulhou nas águas da baía em resposta às diversas denúncias da situação do local, incluindo uma reportagem no programa *Fantástico* da *TV Globo*.

Entre as muitas notícias corriqueiras que engendravam o tema, como a declaração do governador Luiz Fernando Pezão afirmando ser lamentável a poluição da baía, outras matérias principais puderam ser destacadas a partir de agosto, a um ano da competição: “Poluição que vem em ondas” (O GLOBO, 10/08/2015: 6) mostra que apenas 7,5% das 90 toneladas de resíduos sólidos eram recolhidas da baía diariamente. Uma semana depois, a reportagem “Mergulho de risco: turma de banhistas desafia perigo da hepatite B e usa álcool para se proteger, mas não deixa de frequentar as águas da baía, hoje no centro de polêmica internacional” (O GLOBO, 17/08/2015: 12)

¹⁹ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/tecnologia/game-satiriza-olimpiada-com-nadador-que-desvia-de-fezes/>

apresenta o perigo da contaminação de banhistas, que nos faz lembrar a presença do tema nas matérias da virada dos anos 1970 e 1990. São exibidos personagens que mergulham com frequência nas águas da baía, como o marleteiro Paulo Fernando Alves, acostumado a levar os filhos para a Praia da Bica, na Ilha do Governador, onde as crianças chegam a brincar com os sofás abandonados nas águas –quando está muito sujo, Paulo garante dar um banho de álcool ou cloro da cabeça aos pés das crianças ao voltar para casa. Já em outubro, a matéria “Enquanto uma cidade nascia, a baía adoecia” (O GLOBO, 03/10/2015: 27) conta um pouco da trajetória de poluição da baía, a exemplo de outras reportagens produzidas em décadas anteriores, com antigas pinturas e o relato idílico do jesuíta Fernão Cradim no século XVI, quando este declarou ter sido a baía pintada por Deus.

O ano olímpico de 2016 contou com a grande expectativa em relação ao sucesso das competições e, em particular, das condições da baía para a realização das provas. Se a baía havia sido “pintada por Deus”, como afirmou o navegante jesuíta há quase 500 anos, seriam justamente as condições da natureza que garantiriam o sucesso ou fracasso do evento: caso chovesse nos dias anteriores às provas, não só mais esgoto clandestino desceria junto às galerias de águas pluviais, como também a chuva conduziria o lixo flutuante da cidade para os rios, chegando conseqüentemente à baía. Para a sorte da imagem da cidade observada por todo o mundo, o clima ficou estável, com seguidos dias de sol e águas claras, abrindo caminho para a medalha de ouro brasileira conquistada por Martine Grael e Kahena Kunze na categoria 49er FX de vela, sobre as águas da Guanabara.

Nos meses que antecederam as provas, a apreensão das condições esportivas se deu também pelas dificuldades das obras do cinturão sanitário na Marina da Glória. O jornal mostrou, no dia seguinte à conclusão da obra, a permanência dos despejos clandestinos ali. Paralelamente à apreensão para o evento esportivo, o tom de desilusão - que acompanharia as narrativas da baía pós-olímpica dos anos subsequentes- já era uma realidade naquele momento. A matéria “A muitos passos do paraíso” (O GLOBO, 13/03/2016: 12) expõe a visão de especialistas de que a previsão de despoluição seria para além de 2030. O custo do saneamento de toda a região no entorno da baía foi avaliado em R\$ 12 bilhões, ou seja, quase R\$ 10 bilhões a mais do que havia sido gasto no PDBG ao longo de 20 anos. Do montante gasto, cerca de R\$ 40 milhões foram utilizados para a anunciada Unidade de Tratamento de Rio (UTR) do Rio Irajá, que sanearia cerca de 12% da carga orgânica da baía, como havia anunciado Carlos Minc,

secretário à época do início das obras. O projeto, que tinha previsão para ficar pronto em 2013, foi inaugurado em julho de 2016 e permaneceu sem operação, quando uma notícia destacou que nem Cedae e nem Prefeitura queriam arcar com os custos e dificuldades operacionais. O prefeito Eduardo Paes chegou a chamar a estação de “um absurdo” e que deveria ser priorizado o saneamento básico. Não é mencionado na matéria, todavia, o baixo custo de construção da UTR em comparação ao saneamento tradicional, tendo em vista o alto índice de despoluição previsto no projeto da estação.

Enquanto o estado do Rio de Janeiro afundava em crise, chegou até a surgir como solução para a receita estadual vender a Ilha de Brocoió, um “paraíso”, como se referiu uma matéria d’*O Globo*, situado ao lado da Ilha de Paquetá, e que serviu como residência alternativa do governador desde a década de 1960. A poucos quilômetros de Brocoió, em junho daquele ano, na orla da Ilha do Governador, foi encontrado morto por esfaqueamento o boto-cinza Acerola, um filhote com menos de dois anos, caçula da família. A contagem regressiva dos botos da baía, símbolos da cidade do Rio de Janeiro - presentes na bandeira municipal-, caía mais uma vez, contabilizando 34 botos. Todos foram nomeados por pesquisadores da Oceanografia da UERJ, como parte de uma campanha infantil, e continuam sendo monitorados pela universidade.

À parte todos os problemas elencados ao longo do ano, possivelmente a matéria mais original foi “A Baía prometida”, do jornalista Caio Barreto Briso, que será melhor analisada de forma conjunta às outras reportagens selecionadas para o último capítulo. O que seria o “maior legado olímpico da História”, segundo a matéria, virou um sonho. Na esteira do sonho, a matéria é basicamente um exercício imaginativo sobre como seria se a baía tivesse sido despoluída para a Olimpíada, em que foram ouvidos especialistas de universidades e sanitaristas envolvidos no projeto de despoluição: o texto contempla, por exemplo, as praias da Ilha do Governador lotadas até de noite no verão, a recuperação da praia e valorização dos imóveis de Ramos, berçários de vida com botos-cinza às margens do mangue na APA Guapimirim, entre outros legados.

A capacidade de sonho e imaginação, todavia, parecia ser cada vez mais um desafio distante da realidade carioca. Os anos pós-olímpicos foram marcados pela crise de um estado às voltas para pagar despesas correntes, como salários de servidores estaduais. Nesse cenário, falar em despoluição da Baía de Guanabara parece soar quase como um delírio, e o assunto cai paulatinamente do noticiário: são apenas 21 matérias anuais que contém “baía de guanabara” e “poluição” em 2017 e 2018, nível equivalente aos de 1980 e 1981, os menores desde 1967, antes do primeiro *boom* de matérias sobre

a baía impulsionados pelo perigo da hepatite. Ironicamente, uma das principais personagens “organizacionais” quando se fala em despoluição, a Cedae, se torna a moeda de troca capaz de assegurar o pagamento de servidores públicos e a tentativa de recuperação fiscal do estado, cuja privatização era exigência para o cumprimento do programa de recuperação, em acordo da União para o Governo do Estado. Nesse sentido, a discussão sobre a privatização da companhia é um dos principais temas correlacionados à baía entre 2017 e 2018.

Em termos de obras de despoluição, a principal discussão passou pela dificuldade em se obter a totalidade dos recursos do BID para o PSAM, originalmente na ordem de U\$ 639 milhões, com as obras iniciadas em 2012. Com o término do contrato de financiamento em junho de 2017, a União não deu o aval para o pedido de prorrogação impetrado pelo estado, cancelando mais da metade dos recursos do programa. Permaneceram apenas as obras já em andamento: o sistema de esgotamento sanitário de Alcântara, em São Gonçalo, e o tronco coletor da Cidade Nova.

Já em 2018, uma reportagem trouxe a ideia de um projeto para “captação em tempo seco”, elaborado pelo professor da Coppe/UFRJ, Paulo Canedo, que permitiria reduzir em até 80% a poluição da baía nos dias sem chuva, a partir da construção de um cinturão sanitário ao redor de rios, que captaria os dejetos lançados nas galerias pluviais antes que estes chegassem aos rios. Considerado como solução emergencial, o custo do projeto seria da ordem de R\$ 1,5 bilhão, cerca de um décimo do total previsto para universalizar o saneamento na região, segundo o professor.

Uma triste reportagem, porém, fecha o espaço temporal compreendido pela presente pesquisa, que compreende as notícias até o fim de 2018. A matéria “Água de ninguém” (O GLOBO, 28/10/2018: 43) junta duas das principais chagas do Estado do Rio de Janeiro: a escalada da violência e o abandono da Baía de Guanabara. O cenário são algumas das pequenas e paradisíacas ilhas como as de Jurubaíba e Itaoquinha, no lado gonçalense da baía - além das praias da Luz e São João em Itaoca-, rotas do tráfico de armas e drogas da região, e esconderijo para bandidos em fuga de operações policiais na favela do Salgueiro, segundo pescadores que, assustados, chegam a sofrer ameaças e evitam passar pelas ilhas.

páginas. A produção de notícias em torno de dois eixos claros, quais sejam a pauta estritamente ambiental (seja ela de denúncia ou de resistência à poluição) e a pauta de projetos e obras empenhadas para despoluição, desempenharam com fundamental importância o seu papel jornalístico e ajudaram a construir determinados entendimentos sobre o assunto. Todavia, cabe, nos próximos capítulos, mergulhar na trajetória e em alguns dos conceitos empregados no âmbito do jornalismo ambiental, para que possamos, na sequência, não só discutir algumas das formas possíveis de se realizar esse jornalismo - usando a baía como pano de fundo para essa discussão-, mas empreender uma tentativa de compreensão de um dos mais icônicos acidentes geográficos do país, desta vez sob uma perspectiva comunicacional mais ampla, a ser tratada no último capítulo.

3. NATUREZA, HOMEM E JORNALISMO AMBIENTAL: HISTÓRIA, TEORIAS E PRÁTICAS

É imprescindível, para um trabalho que se propõe a discutir um acidente geográfico como a Baía de Guanabara em sua dimensão comunicacional, tratar não apenas do campo que se especializou como “jornalismo ambiental”, mas, antes disso, retratar uma história do próprio movimento ambientalista. Pois é tão somente pelo agravamento do tema e das demandas ambientais na sociedade, que se torna possível construir, a partir de ocorrências como desmatamentos, poluições ou caças a animais silvestres, um acontecimento jornalisticamente relevante para o conjunto social, ao mesmo tempo em que essas matérias também retroalimentem a crescente demanda pelo assunto.

Mais a fundo, a descrição de surgimento dos movimentos ambientalistas significa também uma ajuda à compreensão e contextualização da relação entre homem e natureza ao longo do tempo. Contudo, antes de tratarmos desta relação sob o ponto de vista ocidental moderno, enraizadamente marcado pela separação entre natureza e cultura que percorre a tradição judaico-cristã, cabe lembrarmos o aspecto estrutural dos mitos nas sociedades pré-capitalistas ou tradicionais, muitas vezes caracterizadas por sua simbiose com a natureza e os ciclos naturais de onde constroem seus modos de vida. (DIEGUES, 2008). À apreensão da ideia de mundo selvagem ou natural, pode-se recorrer ao campo de um pensamento mítico “bioantropomórfico”, isto é, narrativas que descrevem, segundo Edgar Morin,

[...] a origem do mundo, a origem do homem, o seu estatuto e a sua sorte na natureza, as suas relações com os deuses e os espíritos. Mas os mitos não falam só da cosmogênese, não falam só da passagem da natureza à cultura, mas também de tudo o que concerne à identidade, o passado, o futuro, o possível o impossível, e de tudo o que suscita a interrogação, a curiosidade, a necessidade, a aspiração. Transformam a história de uma comunidade, cidade, povo, tornam-na lendária, e mais geralmente, tendem a desdobrar tudo que acontece no nosso mundo real e no nosso mundo imaginário para os ligar e os projetar juntos no mundo mitológico. (MORIN apud DIEGUES, 2009: 57)

Ora, os antropólogos já pesquisavam, desde o nascimento desta ciência em sua aceção social, a maneira com que as sociedades ditas tradicionais pensavam e se relacionavam ao universo - recorrentemente entendida como uma relação utilitária,

motivada por necessidades orgânicas ou econômicas. Já Levi-Strauss criticou a abordagem defendida por Malinowski e outros, e expôs, a partir de etnologias desenvolvidas por pesquisadores em diversos povos, o fato de que muitos demonstravam interesse e desenvolviam um conhecimento sistemático de elementos da natureza (classificações de plantas, animais, etc.) que não lhes era diretamente útil. Eram os casos dos pigmeus nas Filipinas; os fang do Gabão; e os indígenas coahuilla do sul da Califórnia, por exemplo. Para Lévi-Strauss, portanto, o objeto de conhecimento antes corresponde às exigências intelectuais do que às necessidades: primeiro as espécies animais e vegetais devem ser conhecidas para que, depois, sejam consideradas úteis (LÉVI-STRAUSS, 1989).

Quanto à estrutura do pensamento mítico ou “mágico”, Lévi-Strauss recusa classificá-lo como uma forma incipiente ou um esboço de ciência. Ao contrário, o pensamento mágico constitui um sistema articulado e independente que, em vez de ser analisado em oposição à ciência, deve ser compreendido de forma paralela a esta, como dois modos de conhecimento desiguais. Ao que o autor chama de “ciência do concreto” está atrelado um tipo de conhecimento mais próximo a uma intuição sensível.

[...] existem dois modos diferentes de pensamento científico, um e outro funções, não certamente estádios desiguais do desenvolvimento do espírito humano, mas dois níveis estratégicos que a natureza se deixa abordar pelo conhecimento científico - um aproximadamente ajustado ao da percepção e ao da imaginação, e outro deslocado; como se as relações necessárias, objeto de toda ciência, neolítica ou moderna, pudessem ser atingidas por dois caminhos diferentes: um muito próximo da intuição sensível e outro mais distanciado. (LÉVI-STRAUSS, 1989: 30)

Em paralelo, os pesquisadores da Escola de Frankfurt refletiram sobre a necessidade de adaptação dos homens à natureza para sua autopreservação. Especialmente Horkheimer e Adorno identificaram os elementos fundamentais da mimese do corpo humano para assimilar a imóvel natureza, por exemplo, em contrações de pele, músculos e membros como estímulos biológicos diante de sinais de perigo. As contrações seriam substituídas, posteriormente, pelos procedimentos “mágicos”, passando de uma adaptação orgânica à natureza a uma manipulação organizada da mimese a partir da magia, dança e o ritual, na busca do controle e domesticação desta natureza. Um momento posterior da humanidade, todavia, teve a magia (enquanto forma

organizada da mimese), superada pela técnica, o novo meio pelo qual o homem se adapta e manipula a natureza (TAVOLARO, 2001).

Ao redirecionarmos nosso olhar para a relação do homem com a natureza já sob o conhecimento científico moderno, e nos remetermos às raízes de fundação de um movimento ambientalista no século XIX, encontramos na ideia de um “preservacionismo puro” da natureza um outro tipo de mito, um mito naturalista que remete à natureza intocada, anterior à presença humana, incompatível com o mundo natural. Em última instância, associa-se à ideia de paraíso perdido, fundamentalmente enraizada na tradição cristã (DIEGUES, 2009).

Nesta trajetória de estudos sobre as afinidades entre homem e natureza, também se pode percorrer um pouco do campo historiográfico, de forma a encontrar exemplos desta relação em outros termos, mais ligada à influência mútua que um proporciona sobre o outro, ainda em pesquisas anteriores à própria consolidação de um campo do conhecimento especializado, tal qual a História Ambiental. Nos estudos da Escola dos Annales, em autores como Marc Bloch e Lucien Febvre já se apontava para a necessidade de se compreender e estudar as influências naturais sobre a consolidação de sociedades humanas passadas. Também Fernand Braudel aprofundaria esses estudos, levando em consideração a história lenta, chamada de “longa duração” ao tratar, em sua obra “O Mediterrâneo”, de penínsulas com suas montanhas, planaltos, planícies, do clima e sua relação com a história, das rotas e cidades e também dos deslocamentos de populações e rebanhos (LIMA, 2005: 9).

À incipiência destes primeiros e revolucionários trabalhos, parece que a tal relação entre homem e natureza, refletida exaustivamente desde a antiga filosofia aos atuais campos interdisciplinares e nas Ciências Humanas, centrava-se especialmente na influência do mundo natural sobre o indivíduo e a sociedade. Cabem aí duas das perguntas fundamentais a que, segundo investigação do historiador Clarence Glacken, os grandes pensadores, desde a Antiguidade até o século XVIII, tiveram que indagar-se sobre: a dotação de sentido e propósito na natureza; e se esta possui influência sobre a vida humana. A terceira pergunta de Glacken, por sua vez, diria respeito à modificação da estrutura primordial da Terra pela ação humana, mas a sua investigação atesta para a predominância das duas primeiras nas indagações até o século XVIII. O caminho oposto, ou seja, a capacidade da ação humana de destruir o mundo natural, é um tema necessariamente moderno (PÁDUA, 2010).

A consolidação e institucionalização acadêmica da História Ambiental como um campo historiográfico propriamente dito, remonta, todavia, à década de 1970, sob influência do primeiro curso do campo, na Universidade da Califórnia. Nesse sentido, é contemporâneo da intensificação dos movimentos ambientalistas por todo o mundo, bem como da inserção da pauta na política internacional, em órgãos como a ONU. Houve, inclusive, um tipo de desconforto de alguns historiadores ambientais frente à possível influência externa em um ambiente propriamente acadêmico, que poderia sugerir uma politização da pesquisa, misturando História Ambiental com ambientalismo - postura que vai de encontro à ideia de que o historiador não é isolado do seu tempo, como o comentário de Peter Burke ao afirmar que a história monetária foi estimulada pela crise de 1929, assim como a história demográfica o foi pelos *baby boomers* do pós-guerra (PÁDUA, 2010). Apesar disso, o historiador José Augusto Pádua sustenta ser insuficiente explicar a emergência do enfoque ambiental na pesquisa histórica apenas pela cena política, levando-se em conta também os desafios de historiadores frente a mudanças epistemológicas no entendimento natureza-homem, que já estavam em gestação há alguns séculos. Três mudanças merecem atenção:

1) a ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive ao ponto de provocar sua degradação; 2) a revolução nos marcos cronológicos de compreensão do mundo; e 3) a visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo. (PÁDUA, 2010: 83).

Se este campo historiográfico emerge, por um lado, a partir de anseios políticos e morais e, por outro, pelas mudanças epistemológicas na forma de compreender a relação da sociedade com a natureza, seu objeto de estudo não está apenas restrito às grandes transformações, em nível *macro*, da história do planeta. A História Ambiental também possui grande relação com a História Regional, a partir do momento em que estuda processos sociais e naturais circunscritos geograficamente, ancorados em limites, muitas vezes, “naturais” (DRUMMOND, 1991: 181). A título de comparação, tal qual a importância que rios, lagos, florestas e ecossistemas em geral tiveram na construção particular de comunidades humanas ao longo da história, abre-se também a possibilidade de se pensar, por um lado, a influência que a Baía de Guanabara teve na formação da sociedade carioca e, por outro, as mudanças ocorridas na própria baía a partir da ação humana.

De toda forma, passado o breve exemplo descritivo da construção da História Ambiental, seguiremos por um caminho diferente, mas ainda similar: a história de construção dos movimentos ambientalistas. A partir daí poderemos abordar algumas das teorias em torno do fazer jornalístico ambiental e, conseqüentemente, apresentarmos alguns dos principais jornalistas que contaram as histórias que cercam a Baía de Guanabara nas últimas duas décadas.

3.1 Movimentos ambientalistas e jornalismo ambiental

Descrever uma história dos movimentos ambientalistas é, primeiro, pensar na trajetória de agressões ao meio ambiente feitas pelo ser humano. Vemos que as questões ambientais mais antigas tiveram, ao contrário do momento atual, um enfoque localizado. Variadas ofensivas humanas ao meio ambiente remontam a milênios, assim como as primeiras preocupações com a condição da natureza também já eram observadas desde a Antiguidade. É possível resgatar, por exemplo, o abandono de cidades sumérias há 3700 anos a partir da salinização e alagamento das terras irrigadas que produziram os primeiros excedentes agrícolas do mundo; as críticas de Platão ao desmatamento e à erosão do solo provocada pela pastagem e corte de árvores nas colinas da Ática; e as advertências de Columela e Plínio sobre o risco de quebras de safras e erosão do solo na Roma do século I (McCORMICK, 1992).

As atenções voltadas ao meio-ambiente, contudo, só reapareceriam com maior força no século XIX, como resposta aos efeitos da Revolução Industrial, aliados também ao progresso da pesquisa científica, o crescimento populacional e as mudanças nas relações sociais e econômicas. Nesse sentido, apesar de não ser possível delimitar um início oficial do movimento ambientalista, cabe remontarmos a algumas de suas origens em países como a Inglaterra, já em pleno avanço industrial, e também os Estados Unidos, emergente economicamente.

O caso britânico deve ser compreendido junto ao avanço científico. O crescente interesse pela história natural teve, nesse momento, papel fundamental nos estudos da relação do homem com o ambiente, chegando a influenciar movimentos pela proteção da vida selvagem. Os desenvolvimentos da botânica, zoologia e das ciências biológicas num geral, estabelecidos por naturalistas desde o renascimento, iam ao encontro também do movimento arcadista setecentista, especialmente em sua exaltação à natureza e seus valores - cabe aí também a menção à ideia contemporânea do homem

natural, não corrompido, do “Bom Selvagem” de Jean-Jacques Rousseau. E se por um lado o estudo da natureza chegava a representar, à época, também uma forma de estar mais perto de Deus (o Criador de toda a natureza), o ideal vitoriano oitocentista dependia da conquista do ambiente externo ao homem pela ciência e tecnologia.

Ao mesmo tempo, também emergia um tipo de “consciência biocêntrica” que aguçava o entendimento da inter-relação do homem com a natureza e parte integrante de todas as espécies - reforçada ainda mais pelo marco representado pela publicação de “A origem das espécies”, de Charles Darwin-, bem como a responsabilidade moral de proteção da natureza contra abusos. Foi possível, assim, o surgimento de um movimento –cujo mesmo zelo humanitário havia gerado a escalada antiescravagista- que advogava contra a crueldade com os animais, provocando naquele momento a instituição de diversas associações de proteção aos animais (McCORMICK, 1992). Posteriormente, o início do ambientalismo britânico seria ainda reforçado pelo maior interesse em áreas verdes e espaços abertos, como reação às péssimas condições de vida nos centros industriais ingleses.

Os Estados Unidos, por sua vez, também foram afetados pela influência do interesse no ambiente natural, mas com a fundamental diferença de que, ao contrário da já explorada Europa, as virgens terras americanas ainda estavam sendo abertas para a exploração. Ao mesmo tempo, escritores românticos e filósofos americanos foram inspirados pelas belezas da natureza, e nomes como Ralph Waldo Emerson e Henry David Thoreau influenciaram fortemente a forma de se pensar a relação com a natureza, dotada de total e sensível equilíbrio. Thoreau ficou conhecido, em meados do século XIX, por exaltar a vida simples regida pelos valores da natureza e, afastado por mais de dois anos da sociedade e morando sozinho próximo a um lago, criticou os valores do progresso da época. De seus escritos muitas correntes beberiam posteriormente, dos transcendentalistas à contracultura, além de ter ajudado a incidir as primeiras luzes de um movimento ambientalista que ganharia força no século seguinte. Sua posição seria notadamente focada em questões mais abrangentes para a sobrevivência da espécie humana e, ao mesmo tempo, em críticas ao processo globalizante e o desenvolvimento dos meios de comunicação, expostos abaixo em dois trechos de sua obra *Walden*.

Tal como nas faculdades, o mesmo ocorre com inúmeros “avanços modernos”; há uma ilusão em torno deles; nem sempre é um avanço positivo [...]. Estamos na maior pressa para construir um telégrafo magnético do Maine ao Texas; mas o Maine e o Texas possivelmente

não têm nada de importante para comunicar [...]. Como se o principal objetivo fosse falar rápido, em vez de falar com sensatez. [...] (THOREAU, 2016: 89)

Mas o homem que dispõe do mais luxuoso abrigo não tem muito do que se vangloriar neste aspecto, nem precisamos nos incomodar em especular como a espécie humana vai acabar se destruindo. (THOREAU, 2016: 267)

Outros escritores seguiram essa linha, considerada como precursora dos movimentos ambientais que se intensificariam em meados do século XX. Além de Thoreau, destacam-se John Ruskin, na Inglaterra, Viollet-le-Duc, na França, George Perkins Marsh e Frederick Law Olmsted, nos Estados Unidos, todos representantes de ideias consideradas utópicas e românticas para a época. Eram capazes de vislumbrar a escassez de recursos, ainda num contexto de auge da revolução industrial, do positivismo e do liberalismo econômico que sequer questionava a inesgotabilidade de recursos do planeta (FRANCO, 2008). Especialmente a publicação do livro de Marsh, *Man and Nature*, foi também um acontecimento seminal para o ambientalismo americano, quando o autor sugere justificativas “econômicas” e “poéticas” para a preservação de áreas virgens, que poderiam ser administradas de modo sustentável para o benefício conjunto (McCORMICK, 1992). Logo em 1872, os Estados Unidos se tornaram pioneiros com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, o primeiro parque nacional do mundo, dando substância ao pensamento de alguns dos escritores citados.

É importante notar que o movimento ambientalista não era um corpo uniforme, e houve uma ruptura no movimento americano, na virada para o século XX, entre preservacionistas e conservacionistas. O interesse pela preservação de áreas virgens de uso não recreativo ou educacional era o objetivo dos preservacionistas, filosoficamente mais próximos do ponto de vista do protecionismo britânico. Os conservacionistas, por sua vez, desejavam explorar os recursos naturais de forma racional e sustentável, fundando-se próximos à tradição de uma ciência florestal racional de influência alemã. (McCORMICK, 1992) O movimento conservacionista americano, principalmente o representado pelo utilitarismo de Gifford Pinchot e por vezes associado ao “progressismo” americano da virada do século, penetrou o governo de Theodore Roosevelt, descolou-se temporariamente do liberalismo político após a Primeira Guerra Mundial e, após a crise de 1929, voltou ao governo de Franklin Roosevelt junto à política de retomada econômica representada no *New Deal*. Os anos de 1930 nos

Estados Unidos presenciaram, ainda, o chamado *Dust Bowl*, um dos maiores desastres ambientais da história, quando enormes tempestades de poeira destruíram parte da agricultura americana, como reflexo de décadas de práticas agrícolas inadequadas.

De qualquer forma e a despeito das diferentes vertentes políticas que integravam o incipiente movimento, o que se conhece como “revolução ambiental” – esta sim, de caráter global-, só apareceria com muito maior intensidade e amplitude no contexto pós Segunda Guerra Mundial, com a intensificação dos debates ambientais no âmbito internacional e da ONU, mais especificamente, a partir da década de 1960. Um marco para essa nova guinada do movimento ambientalista global foi a publicação, em 1962, do livro *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson, que tratou o tema dos pesticidas e inseticidas sintéticos, e expôs a necessidade de se cuidar do ecossistema para proteger a saúde humana e o meio ambiente. Ao mesmo tempo, o perigo de guerra atômica circundava o mundo, desde as bombas de Hiroshima e Nagasaki, e assumia um caráter de corrida nuclear no contexto da Guerra Fria.

O chamado “Novo Ambientalismo” era mais dinâmico e com maior base de apoio público que os antigos movimentos. Se o velho preservacionismo se caracterizava enquanto cruzada moral com foco na vida selvagem não-humana e o conservacionismo era um movimento de utilização racional de recursos naturais, o novo movimento ambiental centrou-se na humanidade, a partir do momento em que a própria sobrevivência humana estava em jogo –com uma compreensão mais sofisticada da relação do homem na Biosfera. Até por isso, o novo movimento é mais ativista e eminentemente político, de reformas sociais e *antiestablishment*, ao contrário dos antigos grupos eminentemente filantrópicos ou ancorados em argumentos da ciência econômica (McCORMICK, 1992).

Seis anos após a publicação do livro de Rachel Carson, teria início a Conferência sobre a Biosfera, organizada pela UNESCO, que retomaria o tema ambiental, 19 anos após a *Conferência Científica da ONU sobre a Conservação e Utilização de Recursos* (UNSCCUR), tida como primeiro marco importante na ascensão do movimento ambientalista, mas ainda precoce nas respostas políticas às suas temáticas. A *Conferência da Biosfera* de 1968 retratou o tema ambiental e precedeu o que seria o maior evento internacional para tratar de meio ambiente até então, tido como divisor de águas do movimento ambientalista: a *Conferência de Estocolmo* em 1972.

Alguns fatores contextualizavam o ambiente para que se ocorresse a conferência. Entre eles, a própria temática ambiental que vinha ganhando espaço na arena pública

desde o livro de Rachel Carson, até a divulgação das primeiras imagens do Planeta Terra feitas do espaço, em 1969, o que certamente chamou a atenção da população para a unicidade da Terra e a responsabilidade de cuidá-la. Em abril de 1970, cerca de trezentos mil americanos participaram do Dia da Terra, a maior manifestação ambientalista da história (McCORMICK, 1992). Na mesma época começavam a serem realizados os relatórios do *Clube de Roma*, feitos por grupos de cientistas, industriais e políticos, que analisaram o crescente aumento econômico levando em conta o uso dos recursos naturais. Em 1972, o grupo divulgou o famoso relatório *Os Limites do Crescimento*, que alertava para o rápido crescimento demográfico, a industrialização acelerada, o esgotamento de recursos não renováveis e a deterioração do meio ambiente.

A *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano*, ou simplesmente *Conferência de Estocolmo*, realizada em junho de 1972, reuniu representantes de 113 países, 19 órgãos intergovernamentais e centenas de outras organizações intergovernamentais e não governamentais. Em sua declaração oficial, a necessidade de cooperação de todos os Estados para salvaguardar o meio ambiente está exposta em 26 princípios.

Os recursos naturais da Terra, incluídos o ar, água, solo, a flora e a fauna e especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais devem ser salvaguardados para o benefício das presentes e futuras gerações, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento. (ONU, 1972, 2º princípio)²⁰

Enquanto o mundo ampliava o debate em torno das questões ambientais em Estocolmo, o Brasil - que participou da conferência sem ainda possuir uma política nacional ambiental- se encontrava imerso ainda no período de maior repressão da Ditadura Militar. Foi justamente a partir do processo de abertura política, ao final da década de 1970, que foram organizados os primeiros movimentos ambientalistas no país. Embora um movimento majoritariamente composto por pessoas da classe média, o processo de redemocratização permitiu, além do arrefecimento da repressão,

²⁰ Tradução nossa. Original em inglês: “The natural resources of the earth, including the air, water, land, flora and fauna and especially representative samples of natural ecosystems, must be safeguarded for the benefit of present and future generations through careful planning or management, as appropriate.”

uma conexão maior com outros movimentos sociais populares e da Igreja Católica. (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007).

Na origem do ambientalismo brasileiro, todavia, estava o perfil essencialmente conservacionista de grupos como a Sociedade dos Amigos da Árvore, formada por intelectuais, jornalistas e políticos preocupados com o desaparecimento das florestas brasileiras, e que convocou a primeira conferência nacional sobre políticas de proteção do ambiente natural, realizada em 1933 no Rio de Janeiro. Na esteira desta discussão, os debates contribuíram para a adoção do Código Florestal de 1934, além de influenciar a criação da legislação para o patrimônio histórico e artístico nacional, que incluía monumentos naturais e paisagens que interessassem serem conservadas (URBAN, 2001).

A partir da nova legislação foi criado, portanto, o primeiro parque nacional do Brasil na Serra do Itatiaia (1937), seguido pelo Parque Nacional do Iguaçu (1939) e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (1939). Já o Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro, apesar de ter sido criado oficialmente apenas em 1961, também pode ser considerado um dos pioneiros em termos de proteção e reflorestamento, que datam desde a desapropriação de chácaras e fazendas no local e a declaração das florestas da tijuca e paineiras enquanto “Florestas Protetoras”²¹ por D. Pedro II, ainda em 1861 - anterior, portanto, à criação do parque em Yellowstone, nos EUA. Apesar do início de um primeiro movimento conservacionista no Brasil nos anos de 1930, apenas os parques de Itatiaia, Iguaçu e Serra dos Órgãos foram criados nesse período, e ainda se estava longe de existir uma política propriamente ambiental no país.

Uma sistematização um pouco maior a favor das demandas ambientais e especialmente do conservacionismo começou a ser desenhada a partir da criação da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN). Fundada em 1958 no Rio de Janeiro, seus membros formavam um corpo técnico de engenheiros agrônomos e cientistas, imersos na questão ambiental por razões profissionais, com influência sobre o estado em formulação de leis, órgãos e políticas ambientais. A grande diferença deste primeiro movimento, em relação ao que aconteceria durante as décadas seguintes é que, ao contrário do perfil conservacionista e técnico da FBCN, os anos de 1970, na esteira do “Novo Ambientalismo”, viram surgir grupos ambientais com conotações políticas no país, incluindo também o espaço urbano na definição do problema ambiental, e

²¹ Disponível em: <http://www.parquedatijuca.com.br/historia.php>

promovendo um discurso de crítica à sociedade capitalista e ao estilo de vida moderno: a discussão sobre meio ambiente entrava, portanto, na arena política. A ascensão do socioambientalismo em relação ao conservacionismo (de discurso cientificista e pretensamente apolítico) representaria uma transferência da definição do problema ambiental das ciências naturais para as ciências humanas, incorporando também o humanismo da contracultura, na demanda de uma “ética ecológica” (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007).

Grupos ambientalistas que surgiram ao longo dos anos 1970 confluíam com a redemocratização, dando conotações políticas à questão. Alguns exemplos são a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), em Porto Alegre, atraindo jovens do movimento estudantil; o Movimento Arte e Pensamento Ecológico (Mape), em São Paulo, formado por artistas, escritores e jornalistas; e a Associação Paulista de Proteção Natural (APPN), com profissionais liberais e pequenos empresários. Juntamente a outros grupos, as coalizões se engajaram no debate contrário ao modelo brasileiro de desenvolvimento representado pelo Regime Militar, com protestos como o Movimento em Defesa da Amazônia e a campanha contra a Utilização de Energia Nuclear. A coalizão de grupos do movimento ambientalista brasileiro se estruturaria ainda mais no processo de formação da Assembleia Nacional Constituinte, ao consolidar vínculos entre os grupos, além da inserção da pauta nos partidos políticos, inclusive com a criação do Partido Verde, em 1986, no Rio. Poucos anos depois, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco-92, sediada no Rio de Janeiro, os intensos debates e a introdução de conceitos como o de “desenvolvimento sustentável” pôde abarcar questões de grupos opostos, dando uma tônica comum ao movimento ambientalista brasileiro, não sem privilegiar a abordagem técnica frente à tônica política - chama-se a esse movimento de “neoconservacionismo” (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007).

Vem da Eco-92, também, a consolidação do jornalismo ambiental como uma especialização temática (BELMONTE, 2017) de um tipo de jornalismo que começara a ser praticado duas décadas antes. Levando-se em conta que a produção jornalística não caminha alheia às demandas sociais de uma época e de um lugar, é plausível perceber as semelhanças entre a trajetória do jornalismo ambiental e a do próprio movimento ambientalista. Embora já fossem publicadas, muitas décadas antes, matérias construídas no ambiente da “natureza”, o viés de progresso ou desbravamento era justamente o oposto do que os movimentos ambientalistas pregavam - é fácil recordar, como um

entre muitos exemplos, a famosa reportagem “Enfrentando os Chavantes!”, de Jean Manzon e David Nasser para a revista “O Cruzeiro” em 1944, quando índios do Mato Grosso teriam supostamente atacado o avião de onde vieram as fotos que flagravam o momento. Fica claro, portanto, que a ideia de jornalismo ambiental, ao contrário de simples matérias passadas na natureza, só começa a tomar forma a partir dos anos 1970, justamente com a visibilidade dos movimentos ambientalistas no mundo.

Com suas origens fundadas no jornalismo científico - impulsionado pela atuação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e pela criação da Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC)-, e que sob o qual permaneceu como subárea até os preparativos da Eco-92, o jornalismo ambiental não configurava ainda uma especialização temática, quando da publicação de muitas reportagens ambientais nos anos 1970. (BELMONTE, 2017). A emancipação dessa especialização jornalística viria, segundo pesquisadores do campo, apenas com a evolução da mídia ambiental e a transformação de agentes econômicos quanto aos novos tratados internacionais, tecnologias limpas, posturas “ecologicamente corretas”, alterando a relação da imprensa especializada com o poder e o público - transformando a mídia ambiental, portanto, em um termômetro para a tomada de decisões. (JOHN apud BELMONTE, 2017).

Ao pesquisarmos as primeiras matérias de denúncia ambiental da Baía de Guanabara, vimos que elas datam desde os anos de 1950, mas com forte incremento no final da década de 1960 - sendo que, ainda em 1961, já haviam sido publicadas fotografias de poluição na baía, expostas ao Presidente da República, Jânio Quadros, o que evidencia a importância daquele tema ambiental já desde então. Apesar de esquecida em boa parte das análises sobre o jornalismo ambiental brasileiro, demonstra-se assim importante, desta forma, localizar historicamente o caso da poluição na Baía de Guanabara ainda no início deste tipo de notícia ambiental.

A análise do caso da baía também parece corroborar uma das principais hipóteses acerca da construção da pauta ambiental nos jornais: o meio ambiente vira notícia, geralmente, quando está em perigo. Cabe lembrarmos, ainda, como o grande incremento de matérias sobre o assunto se deu justamente no momento em que a saúde humana foi incluída no rol das vulnerabilidades associadas ao ambiente, entrando em pauta, com o temor da hepatite, em contrapartida ao menor grau de noticiabilidade em assuntos considerados externos ao ser humano, como eram os problemas relacionados estritamente à flora e à fauna da baía.

No momento em que contextualizamos a pauta da baía em meio à história de formação do jornalismo ambiental, precisamos, contudo, diferenciar o que vem sendo discutido sobre o que é “jornalismo ambiental” em relação à simples cobertura de assuntos de meio ambiente. Há um entendimento neste campo de que o jornalismo ambiental, mais do que abordar assuntos de meio ambiente, deve ser necessariamente engajado, envolvido e comprometido com o assunto, tratando-o de um ponto de vista assumidamente “parcial” - em oposição à pretensa neutralidade que norteia um determinado tipo de visão jornalística. Nesse sentido, o ativismo ecológico é imprescindível para que surja o jornalismo ambiental, que dificilmente brotaria “do nada” (BELMONTE, 2017).

Ao mesmo tempo em que necessita ser engajado, é também imperativo que se descole de algumas características que o fragilizam, como a reiterada fragmentação do olhar jornalístico, retirando a reportagem de uma análise sistêmica e de sua perspectiva interdisciplinar. Nesse sentido, o processo de segmentação jornalística em cadernos e editoriais reduz a cobertura ambiental a um determinado olhar - econômico, científico, político (BUENO, 2007: 37). É igualmente comum, junto ao dito olhar fragmentado, a pouca diversificação das vozes e concentração dos tipos de discursos expostos na reportagem, em um jornalismo que parece refém das fontes oficiais (GIRARDI; PEDROSO; BAUMONT, 2011, apud GIRARDI et al., 2012). Adicionam-se aí outras “síndromes” do jornalismo ambiental, demonstradas nas pesquisas de Wilson Bueno da Costa, como a tentativa de despolitização do debate ambiental desvinculando-o de uma vertente técnica; a “lattelização” das fontes nos jornais, notadamente científicas; a tentativa de limpeza de imagem de empresas poluidoras através do “marketing verde”; e a espetacularização da tragédia ambiental, com a procura do inusitado e o recurso ao sensacionalismo (BUENO, 2007)

O Jornalismo Ambiental se ressentir desta perspectiva acrítica de veículos e jornalistas, que contempla as questões ambientais a partir de fatos isolados, de acidentes ambientais espetaculares, como os tsunamis, os vazamentos de óleo na Baía de Guanabara, matança de indígenas, incêndios incontroláveis de reservas florestais ou aniquilamento em massa da fauna (focas, pinguins, peixes, etc.). Esta síndrome significa uma cobertura estática, paralisante, do meio ambiente, como se fosse possível (e desejável) ver a questão ambiental isolada de sua dinâmica, de suas causas e, portanto, distante dos grandes interesses que a promovem e a sustentam. (BUENO, 2007: 38)

A crítica de pesquisadores do campo à falta de abordagem sistêmica dos jornais, reduzida a um enfoque puramente noticioso, mostra como grande parte do que se produz sobre meio ambiente no jornalismo brasileiro está atrelada à lógica do acontecimento a ser noticiado, isto é, no caso ambiental, a motivação de noticiar eventos de tragédias e catástrofes, o que também foi evidenciado nas matérias sobre a Baía de Guanabara - mesmo que esta também assumisse um caráter típico da editoria de “cidade” em muitas notícias. Trata-se, novamente, de diferenciar o jornalismo ambiental da simples cobertura de meio ambiente e do jornalismo científico, ao passo que outras noções e princípios norteariam este campo, na intenção de pensar formas ampliadas do fazer jornalístico, como salientado em trabalhos como os de Ilza Girardi.

Assim, o jornalismo ambiental reconhece os princípios do jornalismo científico, mas ultrapassa-o ao se propor sistêmico e complexo, fundamentado em uma ética e em uma cidadania ambiental, a ponto de sugerir que o ambiental, em sua transversalidade, “contamine”, ainda, as demais editorias. (GIRARDI et al., 2012: 149)

Uma possível concepção de jornalismo ambiental integrado e sistêmico, que compreenda as noções aqui citadas, vem sendo buscada em pesquisas do campo através de conceitos como o de “complexidade” (MORIN, 2015) e o de “ecologia dos saberes” (SANTOS, 2007), de forma a ampliar o reduzido enfoque noticioso das notícias ambientais e diversificar as fontes jornalísticas a que as matérias se submetem (GIRARDI et al., 2012). Abarcam-se os conhecimentos de povos indígenas, das florestas, ribeirinhos, caiçaras, trabalhadores urbanos, agricultores familiares, pescadores artesanais, em toda vasta gama de saberes existentes no território nacional, para além das predominantes visões técnico-científicas ou políticas. Ao abranger temas diversos e de inerente interdisciplinariedade como, por exemplo, as poluições da água, do mar e sonora; mudanças climáticas; saneamento básico; educação ambiental; desmatamento; contrabando de animais silvestres, entre muitos outros, o jornalista ambiental necessita de uma ampla formação e interesse ecológico, capaz de enxergar próximo à totalidade dos eventos reportados e inferir criticamente sobre o tema, com profundidade de conteúdo.

Se o jornalismo ambiental caminha, inevitavelmente, junto ao movimento ambientalista, buscaremos, em seguida, trazer o tema ambiental sobre essas duas visões –jornalística e militante- por meio de pessoas que, ao mesmo tempo, também tiveram a

Baía de Guanabara como ponto central em suas trajetórias. O objetivo é que seja possível, assim, localizar nosso objeto de estudo -a baía- neste contexto.

3.2 – Entrevistas: meio ambiente, jornalismo e Baía de Guanabara

É notório o papel de centralidade da baía para se discutir meio ambiente no estado do Rio de Janeiro, tanto em termos de políticas públicas quanto para o jornalismo. Para Carlos Minc, deputado estadual consecutivamente desde 1986, ex-ministro do Meio Ambiente (2008 a 2010) e ex-secretário estadual do meio ambiente (2006-2008 e 2011-2014), a Baía de Guanabara é “o principal fato ambiental do estado do Rio de Janeiro, junto com o Rio Paraíba do Sul.” e, em termos de movimento ambientalista brasileiro, é “um dos pontos essenciais”.

Quanto ao movimento ambientalista brasileiro, você tem a questão dos agrotóxicos no Sul, onde ele surgiu. Tem a Amazônia, claro, uma grande questão, a discussão do pantanal [...], mas a Baía de Guanabara, em termos nacionais, é um dos fortes temas ambientais brasileiros. Claro, abaixo da Amazônia, digamos, mas “empatando” com a Mata Atlântica e às vezes superior ao tema dos agrotóxicos. (MINC, 02/11/2019)

Minc é um dos protagonistas na história do movimento ambientalista brasileiro e foi membro-fundador do Partido Verde (PV), que deixou em 1989 para ingressar no Partido dos Trabalhadores (PT), ficando até 2016, quando se transferiu para o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Figura-chave, em especial, na história das políticas para a baía - seja como militante, primeiramente, e depois político e gestor-, o deputado traça um panorama geral e histórico, de forma resumida, deste fato ambiental que une a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e de sua avaliação do momento em que foi secretário de meio ambiente do estado.

Em volta da baía tem 8 milhões de pessoas, 200 indústrias, 17 municípios na bacia contribuinte. As primeiras campanhas que participei, como o SOS Baía de Guanabara, no início da década de 1980, eram mobilizando as pessoas, tentando entender a amplitude dos problemas. Fui relator da constituição estadual em 1989, e lá tem o capítulo do meio ambiente, em que a gente tomba as águas da baía e cria o Fundo Estadual de Conservação Ambiental (Fecam). O foco era o saneamento da baía e também do rio Paraíba do Sul. Teve depois o

PDBG, o grande programa de despoluição, que pegou recursos do BID e do Japão para fazer quatro grande estações, e o Fecam era exatamente para fazer as redes, tubos, conexões, elevatórias, para levar o esgoto dos bairros até essas estações. Não se fez, usou-se o recurso do Fecam, a gente ficava em cima, mas era desviado. Entramos com “n” representações no Ministério Público e, na prática, essas estações ficaram praticamente secas durante 12 a 13 anos. No período em que estivemos no governo, a prioridade foi investir o recurso do Fecam em redes e conexões, passando de 13% para 48% de tratamento. O PSAM fizemos diferente (em relação ao PDBG), focando na rede, mas foi interrompido por causa do Regime de Recuperação Fiscal do estado. Ainda havia R\$ 600 milhões pra investir, sobretudo em São Gonçalo e Baixada Fluminense. Esse é um problema sério, estamos num esforço para tentar mudar a lei de recuperação, pois já pagamos até a contrapartida do investimento do BID, com recursos do Fecam. Então é salvar para não ficarem cancelados esses R\$ 600 milhões, em um momento de grande déficit de saneamento, não abrir mão de todo esse recurso. (MINC, 02/11/2019)

André Trigueiro, apresentador do programa “Cidades e Soluções” no canal *GloboNews* e um dos mais renomados nomes do jornalismo ambiental no Brasil, por sua vez, também destaca a Baía de Guanabara dentro de um cenário amplo do ambientalismo no Brasil e na especialização do jornalismo ambiental.

Quando sediamos a Rio-92, no primeiro dia do evento - em um período que a Globo tinha, no Jornal Nacional, de 80% a 85% de audiência-, a abertura foi espetacular com uma entrada ao vivo, de noite, debaixo das águas da Baía de Guanabara, trazendo novamente, na largada da cobertura do evento, para todo o Brasil, a percepção de que a questão da Baía de Guanabara já era importante, merecendo esse status no primeiro dia de cobertura da conferência. [...] Então a baía é um marco, é um ponto que a agenda ambiental está presente. Você não consegue falar de meio ambiente no estado e município do Rio sem, em algum momento da conversa, e não demora muito para acontecer, a Baía de Guanabara ser referenciada. (TRIGUEIRO, 27/08/2019)

Dois dos principais jornalistas a pautarem a baía no jornal *O Globo* neste século também atestam sua importância nesta agenda ambiental. Tulio Brandão foi o primeiro jornalista que, ao lado de Paulo Marqueiro, escreveu uma grande série de reportagens sobre a baía e o PDBG, nos dez anos do programa, recebendo, em 2005, o prêmio Esso regional pela série. O jornalista Emanuel Alencar seguiu um caminho parecido quando, dois anos antes dos Jogos Olímpicos de 2016, publicou, ao lado da jornalista Selma

Schmidt, uma série de matérias evidenciando a situação ambiental da baía e a dificuldade em cumprir a meta olímpica - o conteúdo repaginado se transformou no livro “Baía de Guanabara: descaso e resistência”. Os dois jornalistas expõem, abaixo, algumas percepções sobre os desafios do fazer jornalístico ambiental e a relação com a “natureza” carioca e a baía, com foco n’*O Globo*, onde trabalharam.

Quando fui para editoria Rio d’*O Globo* em 2001, rapidamente entendi que tinha uma lacuna aberta ali pra tratar de assuntos ambientais. O Rio é uma cidade essencialmente orientada para seu patrimônio natural. Tem muita cultura, mas tem muita natureza, é uma cidade que se expressa muito dessa maneira. Havia uma lacuna evidente de alguém que olhasse para isso no jornal, numa época intermediária. Após a Rio-92, que teve o *boom* de grandes especialistas, o assunto foi caindo numa descendente até início dos anos 2000, que não havia muito o que se falar, e dei sorte do meu editor à época ter sido repórter de meio ambiente, era sensível ao tema e comprou a história comigo. Se não tiver alguém que compre, você não vai nunca conseguir ser repórter de meio ambiente, porque é caminhar contra a maré. Você não escreve para o mercado, escreve contra o mercado. [...] O jornalismo ambiental é um jornalismo de causa, e ele certamente depende de uma proatividade, porque não vai ter um assessor de imprensa a te vender uma pauta contra alguém, é raro. Então eu sempre era o responsável pelas pautas. (BRANDÃO, 30/10/2019)

Quando eu entrei na redação, *O Globo* já tinha uma tradição de dar bastante espaço para as pautas ambientais. Isso acho que vem desde a pré Rio-92, e você tinha uma série de repórteres que cobriam isso, o Paulo Motta, depois o Tulio Brandão. O curioso é que, embora tenha historicamente destinado um espaço relevante para a temática, nunca o meio ambiente foi objeto de um interesse muito grande entre todos os repórteres. Você tinha setores que tinham muito mais profissionais cobrindo, como polícia, o próprio urbanismo, transporte. Mas somente a questão ambiental é pouca gente interessada, e continua um pouco isso. Só agora, de uns cinco anos pra cá, isso tem virado um pouco e vejo muita gente na área da comunicação trabalhando com o tema, estamos vivendo um momento bem diferente, pessoas estudando e se capacitando e colocando a discussão na sociedade num patamar mais maduro e efetivo que a tomada de decisão dos governantes das diversas esferas. [No jornal] eu tive total liberdade, raras vezes fui constrangido a não escrever sobre um tema. Notadamente, tinha alguns casos específicos que o jornal apoiava, e a Olimpíada era uma pauta muito cara para o Grupo Globo, de adesão ao projeto olímpico, então em algumas questões ali as pautas eram mais direcionadas a uma visão positiva dos Jogos. Mas a baía era totalmente pautável, o lixo flutuante já era uma crítica de todos os velejadores. (ALENCAR, 27/09/2019)

Quando a atividade jornalística ambiental diz respeito, especificamente, ao caso da Baía de Guanabara, o principal desafio indicado por Emanuel Alencar para a realização de suas matérias foi a transparência e qualidade das informações repassadas pelos órgãos públicos. O jornalista ainda critica o estabelecimento da meta olímpica de despoluição.

O maior desafio que tive para fazer as matérias sobre a baía, sem dúvida, reside no fato de as informações repassadas pelos órgãos públicos serem, primeiro, fragmentadas, e depois desconectadas. O governador fala uma coisa, o secretário outra, casa civil outra, prefeitura outra. E pouco transparentes, você não sabe onde acha as informações. Nosso objetivo com as matérias era, primeiro, explorar o contraditório, mostrar que ninguém estava falando com base nenhuma, mostrar o absurdo que foi a meta de 80% que, por si só, era uma meta não amparada em nenhum dado concreto. A partir do momento que você fala 80%, as pessoas não tem o entendimento do que significa esse número, precisa falar o que é isso, esgotamento sanitário, lixo flutuante, fica uma coisa solta. Jogaram os 80% e isso, para mim, foi algo extremamente nocivo para a governança e para que a sociedade pudesse abraçar como uma causa possível. A partir do momento que você não cumpre, aí a onda reversa é brutal, as pessoas não acreditam mais. Então o objetivo maior, a dificuldade era conseguir dados fidedignos. Tem a Agenesra, agência responsável por aferir as obras e contratos, que está lá num papel de ficção, mais para receber indicações políticas, e tem o diálogo muito complicado com a Cedae. Com a Secretaria do Meio Ambiente é um pouco melhor, eu peguei cinco gestões, desde o Carlos Minc e a Marilene Ramos, sempre foi uma relação mais tranquila, de respeito, fornecimento de algumas informações e entrevistas. (ALENCAR, 27/09/2019)

Para Carlos Minc, a reconfiguração da carreira jornalística tem dificultado a especialização ambiental nas redações dos jornais. Como representante do Poder Público, ele atesta para a necessidade da imprensa ir além da denúncia.

Tem jornalistas que se dedicam, aprofundam esse tema, o próprio Emanuel Alencar, quando estava no *O Globo* se dedicou muito a isso. Infelizmente, com as reduções das redações há poucos jornalistas especializados. Existe uma relação às vezes muito crítica, correta, a imprensa tem que ser crítica. Mas às vezes não vendo as dificuldades, acaba tendo mais repercussão [...] é muito mais fácil mostrar que está tudo errado do que realmente construir soluções, ampliar o saneamento, enquadrar as indústrias, acabar com os lixões, e acabamos com todos

em volta da baía (Itaoca, Babi, Gramacho). As dificuldades em fazer os aterros sanitários, prefeituras sem dinheiro pois não cobram taxa de lixo, coleta seletiva [...]. Então muitas vezes a imprensa tem dificuldade, é mais fácil você cair na linha da denúncia, que é boa, necessária, eu mesmo durante anos fiz isso, toda hora acionava o MP, fazíamos matéria com a mídia. Calibrar não é fácil, e agora estamos com a dificuldade de ter pouca gente especializada nisso [na imprensa]. (MINC, 02/11/2019)

André Trigueiro também evidencia a contribuição da imprensa para o descrédito das pessoas em relação à despoluição da baía, com a consequente estigmatização do tema.

O projeto de despoluição demandou um noticiário que foi registrando malversação de recurso público, não comprometimento com as contrapartidas exigidas, descaso, pouca vontade política para resolver um problema que passou a ficar estigmatizado. Na linha do tempo, a cobertura da mídia invariavelmente foi muito negativa e pesada em relação a esse assunto, a ponto de, em minha opinião, colocar a despoluição da baía no lugar das impossibilidades. (TRIGUEIRO, 27/08/2019)

Para além da simples notícia de uma obra parada ou um vazamento de esgoto, um dos grandes trunfos da série de reportagens de Tulio Brandão e Paulo Marqueiro, em 2005, foi ir a fundo, descortinar alguns dos personagens da baía e, mais do que noticiar, contar uma história. Nesse sentido, acabou por aglutinar diferentes formas narrativas que haviam sido empregadas em matérias isoladas ao longo das décadas, como as vistas no capítulo anterior deste trabalho. Brandão problematiza a forma de construção narrativa daquelas matérias, bem como o tal olhar “idílico” comumente associado à baía ao longo do tempo.

O que fizemos foi olhar para a história, o olhar dos descobridores da baía, as pessoas que olharam pela “primeira vez” e falaram que é, de fato, linda. E o olhar para o olhar de quem vive, de quem sente a baía, que é fundamental, que são os pescadores, moradores. Se você quer contar qualquer história sobre a baía, tem que mergulhar no olhar das pessoas que a vivem efetivamente, e, sobretudo, respeitar o olhar delas, não torná-lo exótico, distante, aproximá-los de sua história. Quem conta a história são eles, não nós, e isso dá legitimidade à narrativa. Nós temos um vício, o extrato social que produz informação, que é o de tornar exótico aquilo que não nos é comum, e isso no jornalismo é muito perigoso. A visão idílica de que você fala, dos grandes

naturalistas que vieram pra cá e deram essa visão poética e distante, se perpetuou, foi perpassando por várias gerações até chegar a nós. Não olhamos a baía de frente, damos de fundos enquanto sociedade. É desse distanciamento que o jornalismo tem que fugir. A mesma coisa acontece, por exemplo, com a Amazônia, que pra gente do Sul é a imensidão verde, distante, desconhecida, dos índios. Esse exotismo desqualifica a crítica e dá um conforto a quem mora aqui, no sentido de “é um problema, mas tá lá, não aqui”. A baía somos nós, tem que estar dentro da gente, e não aquela cultura que vigorou, de que as casas dão de fundos para os corpos hídricos. Por quê? Porque você joga no rio, que corre ao mar - e joga na baía, que ela também dá conta. Na verdade, a história da baía é principalmente a história de seus rios. Estamos literalmente de costas, pois a parte do município que está na baía é a parte para a qual a cidade fez questão de virar as costas. (BRANDÃO, 30/10/2019)

A maneira com que, por vezes, são construídos os discursos sobre meio ambiente na sociedade, é também destacada por Emanuel Alencar, que enxerga como grande desafio balancear entre a superficialidade de exposição do tema e a acessibilidade ao público leitor. Nesse sentido, também critica um tipo de discurso raso, eventualmente associado à pauta ambiental.

O mais complicado é trabalhar a pauta ambiental com a profundidade que ela merece e, ao mesmo tempo, trazer essa profundidade numa linguagem que seja acessível para o grande grupo leitor - falando aqui do público leitor d’*O Globo*. Nas camadas com menos poder aquisitivo, nem se fala, o jornal *Extra* não tem tradição de cobrir temas ambientais. Então eu vejo, por exemplo, que algumas temáticas são passadas, num entendimento geral, de que é preciso fazer a reciclagem e a coleta, é barato, vamos salvar o planeta fazendo isso, que estão desperdiçando milhões. Mas a questão é muito mais complexa do que isso, e a partir do momento que você bota a pauta sobre um entendimento, um alicerce raso sobre a questão ambiental, é um complicador. Acaba disseminando uma série de informações que amparam políticas públicas que acabam sendo fracassadas. (ALENCAR, 27/09/2019)

Uma confluência no discurso dos três jornalistas aqui entrevistados é a necessidade de se transmitir informações e conhecimento sobre a baía sob outras perspectivas. Em suma, para que essa pauta consiga uma maior abrangência e mobilização da sociedade, seria preciso comunicar a baía de formas diferentes. Percebemos, nas falas dos jornalistas, algumas possibilidades de atuação e outros tipos de olhares que podem ser importantes para atravessar o reiterado dilema, exposto no

capítulo anterior, da pauta orientada pela denúncia ambiental e de programas do governo ou, ao contrário, das matérias sobre a resistência ambiental dos corpos que integram a baía. Nesse sentido, a partir das próximas citações dos entrevistados, já alinhavaremos as condições para entrar no capítulo seguinte, buscando um olhar imaginativo da baía sob outra perspectiva. Aqui, pelas palavras dos jornalistas, talvez possamos caracterizá-los em perspectivas que, apesar de diferentes, apontam pistas para além da discussão ambiental. Primeiramente, para Emanuel Alencar, que saiu da redação d’*O Globo* para trabalhar no Museu do Amanhã - que lançou, junto ao MP-RJ, o “Observatório da Baía de Guanabara”-, este novo olhar para a baía passa pela noção de “encantamento”.

Aqui no Museu tentamos traduzir informações científicas para um público heterogêneo, com interesses difusos, em um momento que as pessoas têm atenção reduzida de tempo, então se precisa trazer esse público pelo encantamento. Não adianta a gente só ter assertividade nas informações científicas [...]. Da nossa parte da comunicação, precisamos mostrar para a população, e o trabalho do Ricardo Gomes²² foi fundamental nisso, que a baía é um organismo vivo. A partir do momento que você muda o discurso, consegue-se avançar de uma maneira diferente do que foi feito. [...] Estamos tentando aplicar aqui no Observatório da Baía um pouco do conceito do neuropsicólogo José Ramon Gamo de que, para aprender, o cérebro precisa se emocionar. A gente precisa virar um pouco a chave para mostrar os conteúdos de uma maneira mais lúdica e prazerosa. O boto-cinza é fundamental nisso, como elemento que representa a vida na baía, e muitos não sabem que ele nasce, vive, e morre aqui na baía. É isso que o Museu do Amanhã vem tentando, usar sua força de museu mais visitado da América do Sul, num sentido de construir uma nova narrativa, para e com a sociedade. Ser fomentador de uma nova narrativa baseada no encantamento. A gente discutiu a baía durante 30 anos falando que está morta, poluída, um horror, uma latrina. Se revertermos isso, trouxermos o boto-cinza, a biodiversidade, talvez a gente consiga resultados interessantes. (ALENCAR, 27/09/2019)

Assumidamente otimista, André Trigueiro reconhece alguns avanços nos últimos programas e aposta em uma interação sensorial entre a baía e a população após as obras na região portuária da cidade. A despoluição seria “inevitável” ao Rio e, para isso,

²² Biólogo e cineasta, Ricardo filmou o documentário “Baía Urbana”, destacado por mostrar a ainda grande biodiversidade marinha da baía.

avalia como fundamental a atuação de um ente metropolitano, mais do que os municípios separados ou a ação estadual.

A gestão metropolitana seria uma solução inventiva, inovadora, disruptiva de pensar modelos inovadores de gestão pública. Eu apostaria minhas fichas aí, além do projeto Porto Maravilha, que aproximou a população da baía. Isso sensorialmente passa a determinar efeitos na direção da cobrança política. Estão as pessoas passeando na Praça Mauá e de repente veem lixo flutuante, esgoto, e acho que isso acelera o processo. Sou otimista, acho que a despoluição vai acontecer. Tá demorando, mas é inevitável [...]. A despoluição passa por moradia popular digna, “desfavelização”, e isso passa por uma gestão metropolitana. (TRIGUEIRO, 27/08/2019)

Perguntado acerca de uma entrevista que deu em 2017 para *O Globo*, na qual falou, de forma breve, que despoluir a baía é um projeto muito mais econômico do que ecológico, Trigueiro reconheceu que não tem visto reportagens sobre a baía que a abordem sob esta perspectiva.

Eu não tenho visto reportagens que puxem pelo lado econômico. Projeto de despoluição das águas da baía não é projeto ambiental, é econômico. Qualquer estudo, modelagem econômica que se faça, fazendo prospecção de cenário de negócios, de atividades associadas a lazer, entretenimento, gastronomia, turismo, mergulho, proliferação de lanchonetes e restaurantes na orla, [essas atividades] são inevitáveis. Você torna um passivo num ativo, e isso aconteceu em Sidney na despoluição para os Jogos Olímpicos de 2000, determinando um *boom* de investimentos. [...] Aqui na baía tem um exemplo claro de como isso é possível: o piscinão de Ramos [...], pessoas que precisavam pegar uma ou duas conduções para irem à praia, que moram ali, além de chato, gastava dinheiro e ainda era visto como suburbano invadindo a praia dos outros. Agora “eu estou aqui”, no meu quintal, água limpa, um lugar que tem seu charme no visual. Vou alugar a cadeira e o guarda-sol, comprar o óleo de bronzear, água, sanduíche, ganhar um trocado com estacionamento, alugar um espaço na laje. Você tem atividades que acionam as engrenagens da microeconomia, o dinheiro circula ali [...] Quem trabalha com microcrédito em comunidade sabe como isso é um fermento que leveda a massa toda. Lá em Ramos a resposta da economia local foi imediata, pensa na baía toda? Vou dar um exemplo do passeio dos meus sonhos: a reprodução de um passeio da família real, que ia de barco até o fundo da baía e pegava um trenzinho até Petrópolis. Tem solução, precisa ter visão e a vocação, o talento da política, a arte do convencimento, como convencer todos os municípios da região a perceberem o viés econômico. Aí eleva o patamar, o status,

o prestígio da despoluição. Enquanto for apenas uma discussão sobre meio ambiente, vai alcançar e sensibilizar um nicho. (TRIGUEIRO, 27/08/2019)

Se Emanuel propõe um olhar de encantamento para a baía e Trigueiro indica um olhar econômico, Tulio Brandão também reflete sobre a necessidade de olhar para além do ponto de vista puramente ambiental, incorporando uma abordagem sistêmica para a baía que englobe, por exemplo, aspectos econômicos e urbanísticos.

Eu não acredito muito mais, e isso depõe contra mim, na ideia de um jornalismo ambiental puramente. Tem que ser mais sistêmico, entender uma perspectiva mais ampla e complexa do que simplesmente um recorte ambiental. [...] A baía não é importante só do ponto de vista ambiental, é o centro, o motor da “cidade metropolitana”. Sem resolvê-la, não se resolve nada, é um tampão de subdesenvolvimento. Do ponto de vista urbanístico, por exemplo, a baía é fundamental. Se você a resolve sob esse ponto de vista, ocupando as margens de maneira adequada, consolidando as ocupações de modo sustentável, você resolve a metade ou mais dos problemas. [...] Eu vejo a baía como o principal patrimônio da metrópole (mais que ambiental) e o principal desafio ao mesmo tempo, numa dualidade muito clara. E acho que a solução passa pela busca de uma solução econômica dela efetivamente recuperada. Quanto vale, por exemplo, a margem de um terreno em São Gonçalo numa baía limpa? Ela gera uma oportunidade de descentralização econômica inédita para a metrópole, e isso é pouquíssimo tratado também. [...] Vai dar certo se for um bom negócio para o estado, tem que ser um bom negócio, e é óbvio que é. A questão é dar materialidade para isso, e aí que é um esforço feito de modo muito incipiente pela nossa academia. Dar mais materialidade econômica pra uma baía limpa, estudos de valoração, com projeções, diagnósticos. [...] Há dois valores importantíssimos, um é essa ideia de que a baía somos nós, e isso tem que ser comunicado para a cidade, é um esforço de comunicação em última análise - quando você torna o público consciente de um ativo, você força a modificação com mais pressa. O outro é essa ideia de fio condutor, elo, conexão e integração de todas as cidades da metrópole. É o que as une, pode resolver a vida ou pode nos afundar. É a benção e a maldição. (BRANDÃO, 30/10/2019)

As entrevistas aqui citadas nos ajudaram a pensar, neste capítulo, em matizes do dimensionamento da baía no âmbito das lutas ambientais e do jornalismo especializado nesta área. No próximo capítulo ensaiaremos uma compreensão da baía, ainda de forma embrionária, para além da abordagem essencialmente centralizada em meio ambiente ou em obras de saneamento. O desafio será, portanto, ampliar o debate corrente nas mídias

tradicionais, na busca de conceituar a baía sob uma perspectiva comunicacional. Esse esforço enseja trabalhar um tipo de aspecto “imaginativo” que ronda a baía nas últimas décadas, de forma a ampliar a forma de comunicá-la. Mais do que descrever o que se imaginou sobre a baía nas últimas décadas - e uma parte desse esforço foi realizado no primeiro capítulo-, cabe também imaginá-la para o futuro. Inspirado pelas declarações dos jornalistas entrevistados, imaginar o horizonte futuro da baía parece mesmo ser enxergá-la sob outros olhares, tal qual os de “encantamento”, o “econômico” e o “sistêmico”.

4. IMAGINAR A BAÍA DE GUANABARA SOB UMA PERSPECTIVA COMUNICACIONAL

Ao abordarmos a baía sob uma perspectiva “comunicacional” levamos em conta, sobretudo, uma das principais razões que nortearam a escolha por nosso objeto: a opção não foi só pela “baía em si”, como um “fato”, mas por sua abertura –física e simbólica– ao imaginário do próprio Rio de Janeiro e, em última instância, do Brasil. Para além de um ambiente hídrico - poluído ou não-, sugerimos compreender a baía em sua dimensão simbólica, na potência do que ela representa e suscita para a região metropolitana que a circunda. Em todos os sentidos, a observaremos como um potencial agente “agregador”, na construção de diferentes modalidades de vínculos, aglutinando as diversas sociabilidades que compõem a metrópole.

Quando falamos aqui em imaginar a baía, contudo, talvez possamos tratar de duas “dimensões” diferentes que compõem a imaginação a que nos referimos, ou daquilo que se caracteriza como o “imaginário”, para as nossas pretensões neste capítulo. Uma dimensão possível é a da imaginação futura, uma forma de vislumbrar como se tornaria aquela região em uma hipotética recuperação ambiental. Como vimos, este tipo de abordagem foi raramente vista na imprensa ao longo das décadas, a exemplo de um pequeno mapa ilustrativo de como seria a baía despoluída, publicado em agosto de 1997, em matéria com o arquiteto Sérgio Magalhães. Outro exemplo mais recente que podemos recorrer é o de uma matéria já citada no primeiro capítulo, publicada em agosto de 2016 pelo jornalista Caio Barretto Briso. O texto “Como seria a Baía de Guanabara despoluída?”²³ está longe de ser propriamente uma notícia, já que não há aparentemente qualquer acontecimento a ser relatado e concretizado na forma jornalística de escrita. É basicamente um pequeno exercício imaginativo –com a ajuda científica de pesquisadores e sanitaristas ouvidos pelo autor- sobre a baía e introduzido pela ideia de sonhá-la limpa.

Sonhos são fenômenos psíquicos nos quais realizamos desejos inconscientes. Sonhamos porque “existe algo que não quer conferir paz à mente”, escreveu Sigmund Freud há mais de um século. Em plena Olimpíada, com 380 atletas de 66 países velejando na cidade, sonhar é o que resta aos fluminenses quando o assunto é Baía de Guanabara. Como

²³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/como-seria-baia-de-guanabara-despoluida-19898016> Acesso em: 22/11/2019

não se cumpriu a promessa do governo [...], só podemos imaginar o que seria da Baía limpa. Com a ajuda da ciência, imaginemos. (O GLOBO, 11/08/2016)

E segue a imaginação da matéria:

Na quarta-feira de manhã, crianças do Complexo de Manguinhos mergulhavam sem medo no Rio Faria-Timbó. [...] O Canal do Fundão foi se estreitando e perdendo profundidade, mas o presente é outro: a água pode não ser cristalina, mas seus mangues agora são visitados por pássaros de toda sorte: biguás, frangos-d'água, savacus e até marrecacaneleira, que estava à beira da extinção. Há poucos dias, um dos botocinza remanescentes foi visto por ali com dois filhotes. Antes desertas, as 12 praias da Ilha do Governador, onde vivem 300 mil pessoas, voltaram a ser frequentadas pelos moradores. A Praia de Cocotá, onde o poeta Vinicius de Moraes tomava banho na infância, tem lotado nos dias de sol. Na Praia da Bica, que já havia sido revitalizada, com quiosques reformados, o povo mergulha até de noite quando a temperatura sobe. Outra praia recuperada, a de Ramos, trouxe alegria para os moradores da Zona Norte – e também valorizou os imóveis da região. (O GLOBO, 11/08/2016)

Uma outra conceituação de imaginário diz respeito às diferentes narrativas empregadas sobre a baía ao longo dos quase 80 anos de matérias analisadas neste trabalho. O ato de narrar, isto é, de contar histórias, projeta-se em um enredo, uma intriga ao longo do tempo, e o texto jornalístico é, assim como a pesquisa histórica, uma narrativa que recupera um tempo vivenciado por outro e narrado por um locutor que instaura o tempo das coisas contadas (BARBOSA, 2005). Encaramos aqui, contudo, não apenas a temporalidade narrativa própria de uma matéria específica, mas a temporalidade pertinente a este compósito de milhares de narrativas que, juntas, como um fio de acontecimentos fundidos, compõem “uma” grande narrativa sobre a baía ao longo de todas essas décadas. Entendemos que, tendo em vista a inseparável relação do ato de narrar com a linha temporal em que a história se constrói - e a isto nos ajuda a formulação do pensamento de Paul Ricoeur (2010)-, o tempo do mundo é articulado à experiência humana e à linguagem através da narrativa, “permitindo que o leitor ou o ouvinte vivencie imaginariamente os acontecimentos relatados.” (SODRÉ, 2009: 205)

Antes de pensarmos nas maneiras de imaginar a baía no futuro, o trabalho realizado no primeiro capítulo, mais do que apresentar as narrativas empregadas sobre a baía na imprensa, pôde nos dar indícios da maneira com que a baía foi imaginada

durante este tempo, isto é, as modalidades do imaginário social à ela associadas. Mas o que vem a ser este conceito de imaginário? Cabe percorrê-lo em sua trajetória conceitual, a fim de conceituar elucidar qual abordagem de imaginário nos será útil no decorrer deste capítulo.

4.1 A trajetória do(s) imaginário(s)

Para muito além da Baía de Guanabara, são diversos os exemplos de imaginários fomentados pela comunicação humana, desde tempos pré-industriais –dos mitos e histórias do “folclore” e do pensamento religioso, dos teatros populares etc.- aos grandes conglomerados modernos que, através do cinema, rádio ou televisão disseminaram a “aura” de uma época, grupo ou lugar. Do imaginário investigativo policial das *novels* inglesas do século XIX, à ressignificação do beijo romântico pelas câmeras de Hollywood, os meios de disseminação desses imaginários são profundamente conhecidos e irrigam o chamado “inventário antropológico” (DURAND apud SILVA, G., 2010) de uma época ou cultura dada. Junto à literatura, cinema, rádio, monumentos, moda ou outros “bens” desse inventário antropológico, propõe-se que se inclua o relato jornalismo, pensado enquanto mais um lugar de expressão do imaginário social, compartilhado por leitores, fontes, repórteres, publicitários e todos os sujeitos envolvidos no universo das notícias. Toma-se, assim, o jornalismo como tecnologia de criação e reprodução de imaginários, fonte que alimenta o cotidiano com imaginários e que deles também se alimenta (SILVA, G., 2010)

Antes de se conseguir chegar nessa concepção de imaginário social, contudo, foi necessário percorrer um longo caminho conceitual. Para a compreensão histórica do termo, surge como fundamental a dualidade que separa, ainda no pensamento grego, a noção de imaginário em oposição do que se entende por “real”. Séculos depois, na contraposição à popularização do cristianismo medieval, que impunha o pensamento religioso à frente da argumentação racional-científica, Descartes construiu as bases do racionalismo moderno. Assim, ao longo dos séculos seguintes, a noção de imaginário consolidou-se como enganadora ou ilusória, opondo-se ao cientificismo do racionalismo cartesiano. Uma “fase de subversão” (BARBIER, 1994), no entanto, atesta para o movimento romântico do século XIX, valorizador do onírico, em que o imaginário torna-se o único real e o caminho para a realização. Permanecia, todavia, a ruptura entre

real e imaginário, cujo movimento surrealista, décadas depois, tentaria resolver ao opor o surreal à dupla real/imaginário (BARBIER, 1994).

A exemplo de Sartre, que afirmara existir “um abismo que separa o imaginário do real” (SARTRE apud BARBIER, 1994: 17), a temática do imaginário foi também estudada pela psicanálise lacaniana –sob outra perspectiva-, mas mantendo a incongruência do conceito com o “real”. Ao estudá-lo em articulação com as categorias do simbólico e do real, Lacan vê na figura do “outro” um papel de centralidade para a formação da identidade, no caso, para a constituição do “eu”. Pela metáfora do espelho, o bebê se observa e se reconhece em sua própria imagem “alienada”, neste “outro-espelho” em busca de uma imagem que o totalize (IMANISHI, 2008). O imaginário lacaniano, consecutivo de um sujeito de desejos, tem no narcisismo o centro de sua teoria (SALES, 2005). Se o imaginário está no âmbito do desejo ou das ilusões do ‘eu’, o real é um excesso que não consegue ser simbolizado; o simbólico, por sua vez, seria o ideal do ‘eu’.

A grande virada epistemológica do conceito se deu no século XX, com Gaston Bachelard. O autor buscou distinguir duas imaginações, uma que gera a causa formal e outra que constitui a material, ou simplesmente imaginação formal – que decorre de causa interna, sentimental, e estudada pela psicologia e estética- e a imaginação material - que sai diretamente da matéria e tem uma causa substancial (SODRÉ, 2009). Na obra de Bachelard, a noção de “imaginação criadora” possibilita que o pensamento diga “não” às teorias existentes e proponha novas, associando, portanto, essas construções mentais ao concreto - na formação poética, científica ou filosófica -.

Pretende-se sempre que a imaginação seja a faculdade de formar imagens. Ora, ela é antes a faculdade de deformar as imagens fornecidas pela percepção, é, sobretudo a faculdade de libertar-nos das imagens primeiras, de mudar as imagens. Se não há mudança de imagens, união inesperada das imagens, não há imaginação, não há ação imaginante. Se uma imagem presente não faz pensar numa imagem ausente, se uma imagem ocasional não determina uma prodigalidade de imagens aberrantes, uma explosão de imagens, não há imaginação. Há percepção, lembrança de uma percepção, memória familiar, hábito das cores e das formas. O vocábulo fundamental que corresponde à imaginação não é imagem, mas imaginário [...] Graças ao imaginário, a imaginação é essencialmente aberta, evasiva. É ela, no psiquismo humano, a própria experiência da abertura, a própria experiência da novidade (BACHELARD apud ASSUNÇÃO, 2014: 113)

A iniciativa fundamental e transformadora de Bachelard é, portanto, a de reconciliar os dois campos opostos da ciência e do sonho, do racionalismo e do imaginário, quando verifica que a potência criadora da imaginação está na própria inovação tecnológica.

Discípulo de Bachelard, o também francês Gilbert Durand trouxe para o imaginário uma acepção antropológica. Nesta abordagem, o conjunto de símbolos, imagens, mitos e arquétipos criados pelos seres humanos são produzidos por atitudes imaginativas face à angústia da morte e do devir. Essa agregação de elementos simbólicos formaria, assim, o imaginário, que teria como função o equilíbrio biopsicosocial do homem frente à temporalidade (ANAZ et al., 2014). Ao produzir um amplo estudo da produção cultural humana, Durand estabelece um “trajeto antropológico” do imaginário, que ele define como

[...] a incessante troca que existe ao nível do imaginário entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas que emanam do meio cósmico e social. [...] Afinal, o imaginário não é mais do que esse trajeto no qual a representação do objeto se deixa assimilar e modelar pelos imperativos pulsionais do sujeito, e no qual, reciprocamente, como provou magistralmente Piaget, as representações subjetivas se explicam “pelas acomodações anteriores do sujeito” ao meio objetivo. (DURAND, 2012: 41)

O imaginário se dá, nessa concepção, em um entroncamento das dimensões subjetivas e objetivas. É na dinâmica dos símbolos que transitam entre essas dimensões que estes ganham sentido, e pode-se dizer que é no imaginário que se conecta, como uma ponte, o homem ao mundo. Durand entende o imaginário como um museu, ou em outra metáfora, como uma “bacia semântica” em que poderíamos nos banhar em busca da construção de novos significados. Em síntese, “o imaginário é o trajeto antropológico de um ser que bebe numa “bacia semântica” (encontro e repartição das águas) e estabelece o seu próprio lago de significados” (SILVA, J. M., 2012: 11).

Já no campo da História, é comum dizer que o estudo do imaginário vem, em alguma medida, associado às pesquisas das “mentalidades”, corrente historiográfica popularizada nos anos 1960, durante a terceira geração da Escola dos Annales. Na esteira dos pioneiros Marc Bloch e Lucien Febvre, pesquisadores como Jacques Le Goff, Pierre Nora e Phillip Ariés constituíram a chamada “Nova História”, estudando temáticas inovadoras como o medo, o amor e a morte. Esses novos estudos, tidos como

“exóticos” para o campo histórico tradicional, situavam-se, contextualmente, em um cenário de fragmentação que se desiludiria com as ambições de realizar uma “História Total” (BARROS, 2007), e num cenário de declínio das posturas cientificistas e de racionalização do mundo, incapazes de dar conta da complexidade do real (PESAVENTO, 1995)

Apesar das novas temáticas chamarem a atenção, não são elas que definem o tipo de história produzida pela corrente das “mentalidades”, tendo em vista que uma história da morte, ou do medo, também poderia ser abordada por outras linhagens historiográficas. O ponto central desta corrente está na “dimensão da vida social para a qual os seus olhares se dirigem: o universo mental, os modos de sentir, o âmbito mais espontâneo das representações coletivas e, para alguns, o inconsciente coletivo” (BARROS, 2007). À parte as muitas controvérsias teóricas que existem acerca das mentalidades, em que pese o questionamento se, de fato, existiria uma “mentalidade coletiva”, é importante ressaltar que a história das mentalidades não é idêntica à história do imaginário. Tampouco esta veio como “sucessão” teórica da outra, como se fosse simples alteração terminológica. Se a história das mentalidades se preocupa, de uma maneira geral, com as ditas “longas durações” nos modos coletivos de sentir e pensar, a história do imaginário trabalha, de forma mais dinâmica, com a conexão de imagens – visuais, verbais e mentais- no seio de uma sociedade.

Diferenciando-se assim as duas correntes, o imaginário acaba por, inevitavelmente, confundir-se com a noção de “representação”. Pesavento (1995) explica que o imaginário faz parte do campo da representação e se manifesta por imagens e discursos, mas reitera que estas não são expressões literais da realidade, como um fiel espelho. Le Goff, por sua vez, salientou que

[...] o imaginário pertence ao campo da representação, mas ocupa nele a parte da tradução não reprodutora, não simplesmente transposta em imagem do espírito, mas criadora, poética no sentido etimológico da palavra. (LE GOFF apud BARROS, 2007: 28)

A ordem simbólica, enquanto conjunto de representações de uma sociedade, se não é literalmente o real, também existe de uma forma paralela, enquanto realidade histórica. Cornelius Castoriadis busca invalidar a antiga dicotomia entre real e imaginário, compreendendo-as como categorias ligadas intrinsecamente, ao afirmar que,

em diversas sociedades, as significações imaginárias sustentam inclusive as categorias racionais (ESPIG, 2003).

Enquanto termo eminentemente polissêmico, o imaginário percorre diferentes tradições do pensamento humano. No sentido filosófico, carrega uma tendência analítica que tende à abstração; na acepção antropológica estruturalista, o imaginário toma uma forma cristalizada; enquanto que a abordagem histórica preocupa-se com as transformações ao longo do tempo.

O filósofo e historiador polonês Bronislaw Baczko, por seu turno, trabalha com o imaginário no plano do poder e cita, como exemplo, o simbolismo atrelado à revolução francesa. Um sistema de representações para além de símbolos isolados, tendo como amostra maior a introdução de um calendário revolucionário, diferente do padrão anterior, carregando consigo outro imaginário social. Baczko enxerga que, às relações de força que toda dominação comporta, acrescentam-se as relações de sentido: o imaginário social, segundo o autor, estaria no centro da questão de legitimação do poder em uma sociedade (BACZKO, 1985). É de se notar a influência de Max Weber nesta concepção de imaginário, na legitimação do poder e produção de sentidos para as ações sociais dos indivíduos. Os três autores clássicos da sociologia –Marx, Durkheim e Weber- são citados por Baczko como o campo clássico do imaginário social, significando uma aproximação do conceito, respectivamente, com as noções de ideologia; com a correlação entre as estruturas sociais e representações coletivas; e a produção de sentido que os atores sociais atribuem às suas ações. (BACZKO, 1985). O autor também compreende o imaginário social enquanto potência unificadora, dispositivo capaz de orientar a ação comum.

A potencia unificadora dos imaginários sociais é assegurada pela fusão entre verdade e normatividade, informações e valores, que se opera no e por meio do simbolismo. Com efeito, o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo em que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum. (BACZKO, 1985: 311)

A noção de imaginário social enquanto potência unificadora para a ação comum – e é esta noção que nos será útil neste trabalho - vai ao encontro de algumas reflexões do sociólogo Michel Maffesoli. O francês, apesar de influenciado pela linhagem de Bachelard e Durand, só admite a ideia de um imaginário coletivo - ao contrário de seus mestres conterrâneos-, e o entende como um tipo de “cimento social”.

[...] O imaginário é o estado de espírito de um grupo, de um país, de um Estado-nação, de uma comunidade, etc. É cimento social. Logo, se o imaginário liga, une numa mesma atmosfera, não pode ser individual. (MAFFESOLI, 2001: 76)

Apesar de, à primeira vista, esse imaginário aparentemente se confundir com o conceito de cultura, Maffesoli também trabalha a noção do imponderável, para além de um conjunto de elementos passíveis de descrição, caracterizados no conceito de cultura (que o imaginário também englobaria).

O imaginário permanece uma dimensão ambiental, uma matriz, uma atmosfera, aquilo que Walter Benjamin chama de aura. O imaginário é uma força social de ordem espiritual, uma construção mental, que se mantém ambígua, perceptível, mas não quantificável. Na aura de obra – estátua, pintura -, há a materialidade da obra (a cultura) e, em algumas obras, algo que as envolve, a aura. [...] O imaginário, para mim é essa aura, é da ordem da aura: uma atmosfera. Algo que envolve e ultrapassa a obra. (MAFFESOLI, 2001: 75)

Para Maffesoli, o imaginário individual, na maior parte do tempo, refletiria o imaginário de um grupo, partilhando filosofias de vida, linguagem, atmosfera, “na encruzilhada do racional e do não-racional” (MAFFESOLI, 2001: 80). Se a estruturação do imaginário individual se dá pelo reconhecimento, desejo e reelaboração do outro para si - identificação, apropriação e distorção-, o imaginário social, por sua vez, é construído essencialmente por contágio (SILVA, J. M., 2012: 13).

É importante admitir que, ao falarmos no imaginário social expresso pelo jornalismo, devemos ter em mente que ele não se forma apenas no receptor/leitor primário e imediato da reportagem. O imaginário social que perpassa a baía – exemplificado aqui pelas matérias d’*O Globo*- transita, portanto, por toda a cidade em forma de contágio, independente de quem leu ou não a matéria: o jornalismo expressa, difunde e cria imaginários que dele se tornarão, em parte, autônomos.

Ao mesmo tempo, a partir da escolha pelo método documental, analisando reportagens ao longo de décadas, não se pretendeu aqui excluir outras formas de construção de narrativas (e de imaginários) sobre a Baía de Guanabara. Tampouco estamos tentando definir um imaginário fixo que perpassa suas águas, mas, sob uma via compreensiva, descrever, livre de uma fixação explicativa, os processos desencadeados em seu território e a sua aura imaginativa; os imaginário(s) e atmosfera(s) que rondam e rondaram esta região, que apesar de não podermos quantificar precisamente, talvez sejam possíveis de se “sentir”, parafraseando o entendimento de Maffesoli sobre o termo.

Ora, ao tratar aqui de um imaginário da baía em sua dimensão coletiva e de “aura” e, ao mesmo tempo, tratá-lo ao longo de um período histórico que compreende décadas e gerações de pessoas, parece também conveniente nos remeter ao conceito de “memória coletiva”. Pensando-a na conceituação de Halbwachs, enquanto lembranças que transcendem o indivíduo, construídas socialmente e referenciadas a um grupo em um espaço - no nosso caso, o cidadão fluminense e a baía-, a memória coletiva pode ser uma ferramenta importante para tentar integrar “imaginário”, “tempo”, “grupo” e um “espaço” definido. De que forma as memórias sobre a baía perpassam a população, do cidadão mais velho que desfrutou de suas águas transparentes, ao mais jovem que talvez sequer saiba que aquilo já foi considerado, no imaginário social carioca e internacional, uma espécie de paraíso idílico? Como se mantém a memória da baía no imaginário da cidade? As teorizações do sociólogo francês podem ajudar a compreender estas questões mais à frente, conforme apontado por Abreu:

Para Halbwachs (1990, p. 82), a memória coletiva é também uma corrente de pensamento contínuo, que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência de um grupo. Assim, o presente não se opõe ao passado, o que não quer dizer que tudo o que ocorreu no passado seja preservado. A memória compartilhada, por definição, ultrapassa sempre os limites do presente, mas não consegue mergulhar infinitamente no passado. Ela estende-se até onde pode (ABREU, 1998: 26)

A pesquisa documental de matérias jornalísticas não se restringiu à descoberta do passado imaginário da baía. Se por um lado, como vimos anteriormente, foram raras as matérias jornalísticas que vislumbavam um futuro imaginário e despoluído da baía, por outro lado podemos presumir como a dimensão futura pôde ser abarcada, no âmbito

do leitor, pelo imaginário social e pela memória coletiva, quando cristalizada no âmbito das projeções. Cabe questionarmos, por exemplo, que sentimentos transpassavam o cidadão fluminense dos anos 1960 e o que ele esperava para o futuro daquelas águas. Da angústia em ler nos jornais que o seu “paraíso”, repentinamente, era impróprio pra banho; ou da esperança, ao longo de anos, de que despoluiriam suas águas. No momento atual, talvez a desilusão para com o futuro seja mesmo o espírito de nossa época, e isso parece ir além da baía ou do Rio, configurando-se como um fenômeno global em diversas esferas da vida social. Bronislaw Baczko poderá, novamente, nos ajudar a fazer esta ponte entre imaginário social, memória coletiva e projeção futura.

Uma das funções dos imaginários sociais consiste na organização e controle do tempo coletivo no plano simbólico. Esses imaginários intervêm ativamente na memória coletiva, para a qual, como dissemos, os acontecimentos contam muitas vezes menos do que as representações a que dão origem e que os enquadram. Os imaginários sociais operam, ainda mais vigorosamente, talvez, na produção de visões futuras, designadamente na projeção das angústias, esperanças e sonhos coletivos sobre o futuro. (BACZKO, 1985: 312)

Se as análises das narrativas jornalísticas nos oferecem uma noção da complexidade da dimensão “imaginária” que perpassa a baía, cabe também ponderar aqui a dupla função a que o imaginário pode exercer, simultaneamente: a função de reservatório e a de motor. Se por um lado o “reservatório” agrega imagens, experiências, sentimentos e lembranças que sedimentam um modo de ver, agir e estar no mundo, por outro o imaginário é também “um sonho que realiza a realidade, uma força que impulsiona indivíduos ou grupos. [...] é, ao mesmo tempo, uma fonte racional e não racional de impulsos para a ação.” (SILVA, J. M., 2012: 13).

Entendemos que é possível presumir, deste modo, que o impulso que a baía necessita, para compreendermos além de suas águas e regiões limítrofes, passa possivelmente por sua dimensão imaginária. Descobrir o que dela se imaginou e imagina nos parece, nesse ponto, basilar para compreender um dos maiores símbolos do Rio de Janeiro e do país: compreender um pouco do imaginário que perpassa a baía é, também, compreender o que perpassa o Rio de Janeiro e o Brasil. Desta forma, após a delimitação da nossa concepção de imaginário como uma “encruzilhada” social - e permanece aqui a ideia de “cimento social”- seguiremos agora na tentativa de conceber

a Baía de Guanabara como um objeto comunicacional, para além da noção de comunicação como limitada à troca de informação ou aos estudos midiáticos.

4.2 A baía e o campo ambiental sob uma perspectiva comunicacional

Utilizaremos da perspectiva comunicacional buscando, primeiramente, compreender a baía em sua dimensão simbólica. Se outrora ela esteve presente de forma central nas narrativas que se construíam sobre a cidade do Rio de Janeiro e constituindo sua identidade, entendemos que olhar para a baía sob um viés comunicacional é vislumbrar o potencial agregador de “pôr em comum” presente na baía. Nesse sentido, compartilhamos da percepção originária da palavra “comunicar”, em que “agir em comum” tem um sentido próximo ao de “vinculação”, mais abrangente do que a simples transmissão de mensagens. Ao tratarmos da baía enquanto símbolo, cabe passarmos por algumas noções elaboradas por Muniz Sodré em sua elaboração da comunicação como “ciência do comum”.

Não se entende símbolo aqui como uma figura secundária de linguagem ou como um epifenômeno linguístico, mas como o trabalho de relacionar, concatenar ou pôr em comum (*syn-ballein*) formas separadas, ao modo de um equivalente geral, energeticamente investido como valor e circulante como moeda, falo, pai, monarca, signo, ou seja, como originárias mediações simbólicas que se desdobram em economia, psiquismo, parentesco, política e linguagem. (SODRÉ, 2014: 15)

É a algo próximo desta ideia de “equivalente geral” que desejamos olhar a baía em relação ao Grande Rio, de modo a conjecturar a real importância deste ambiente hídrico em seu funcionamento com a cidade. Analogamente, se assumirmos em nossos estudos a importância do vínculo para o estudo da comunicação (SODRÉ, 2014), também realçamos aqui a importância da baía para os vínculos da região (fisicamente, dos que moram ou usufruem de suas águas; simbolicamente por abarcar uma parcela fundamental do imaginário brasileiro). Buscamos concluir, desta forma, que a Baía de Guanabara (assim como outros temas recorrentemente entendidos como estritamente “ambientais”) pode e deve ser objeto de pesquisa do campo comunicacional em seu sentido mais amplo, para além das análises de mídia.

Quando mencionamos uma perspectiva comunicacional nos cabe, todavia, elucidar este “comum” constitutivo da gênese do campo. A princípio, poderíamos começar a discussão tomando o ar e a água como exemplos de comuns universais. No entanto, alertam-nos Pierre Dardot e Christian Lavan sobre o risco atrelado à “reificação” do comum, isto é, o deslocamento conceitual do comum para a “coisa comum”, encontrado na tradição do direito romano: “O segundo perigo que todo pensamento acerca do comum deve evitar é o de inseri-lo na essência de certas coisas exteriores ao homem, uma essência que vedaria ao homem apropriar-se delas” (DARDOT & LAVAL, 2017: 35). Neste sentido, não se trata aqui de limitarmos o entendimento da baía apenas enquanto um patrimônio físico, uma coisa comum aos cariocas, cujas águas estariam livres para o usufruto de qualquer pessoa.

Mais do que tratar de “objetos” em comum, passear por esse conceito nos leva, de alguma forma, também à ideia de comunidade. Apesar do comum, do ponto de vista ontológico originário, possivelmente não ser interpretado como exatamente igual à comunidade, essa identificação pode ser feita quando o comum é visto como um “lugar”, espacial e simbólico, que oferece imagens e memórias, possibilitando enxergar o comum como um campo de identificações acionado por uma mesma língua (SODRÉ, 2014).

Em se tratando dos estudos de comunidade, sua trajetória conceitual inevitavelmente nos remeterá - e em especial na relação com o lugar ou território-, aos estudos de Ferdinand Tönnies. Já na sociedade industrial, de consolidação do indivíduo moderno, o conceito de comunidade dá sustentação à boa parte da nova ciência sociológica que surgia no final do século XIX. São basilares, a partir desse momento, os estudos de Tönnies em “Comunidade e Sociedade” de 1887, capaz de sistematizar e colocar os conceitos de comunidade e sociedade em polos diametralmente opostos, distinguindo dois tipos de vontade: na comunidade, a *Wesenwille* é natural, orgânica, espontânea, e a vontade coletiva prevalece; na sociedade, a vontade individual é predominante e a *Kurwille* é racional, abstrata, vinda da reflexão (PAIVA, 2003).

Muito antes de Tönnies, é também notável, na origem do conceito, a ideia de volta a um “paraíso comunitário”, de forte influência dos fundamentos cristãos, ligados intrinsecamente aos conceitos de fraternidade, reciprocidade, confiança e comunhão, em um ideal de vida baseado na igualdade e harmonia entre os indivíduos (PAIVA, 2003). Na esteira desta ideia de paraíso comunitário podemos identificar profundas raízes semelhantes com o surgimento do próprio movimento ambientalista, destrinchado no

capítulo anterior. Guardadas suas diferenças, notamos que a ideia de comunidade e o ambientalismo andam recorrentemente juntos - ambos como efeitos da modernidade industrial-, sendo também clara a relação entre a vida anterior à metrópole e a vida no campo, em intenso contato com a natureza. Ao mesmo tempo, as duas trajetórias parecem fundadas sob um tipo romântico, e uma tentativa de buscar as raízes utópicas de ambas vertentes pode ser recorrer ao pensamento de Thomas More, ainda no século XVI. Sua sociedade de Utopia, imaginada em evocação do passado e com elementos do primitivismo e naturalismo cristão, concebia a vida social, costumes e leis baseados na vida natural, intercalando vida urbana e rural, com o trabalho manual praticado por todos (SCHIMIDT, 2011).

Seguindo esta trilha, pensar analogamente o meio ambiente enquanto algo perdido pode nos recordar o pensamento de Jean-Luc Nancy, quando fala em “comunidade perdida” como uma invenção moderna, uma tentativa de resposta à experiência real do mundo contemporâneo: “então a comunidade, longe de ser o que a sociedade teria quebrado ou perdido, é o que nos ocorre –pergunta, espera, acontecimento, imperativo- a partir da sociedade”²⁴ (NANCY, 2000: 23). Se o questionamento acerca da perda da comunidade é inerentemente uma pergunta que nos ocorre somente a partir da sociedade moderna, algo semelhante é passível de ser estudado no campo ambiental. Levando em conta os estudos de Keith Thomas, revela-se que, por mais paradoxal que pareça, foi justamente no desenrolar da modernidade que os ingleses passaram a serem menos rudes com a natureza, isto é, o processo de racionalização “docilizou” e resgatou a natureza - uma ética ambiental foi, então, elaborada (TAVOLARO, 2001).

De qualquer forma, a tentativa de discutir a relação entre o campo ambiental e o conceito de comunidade, mais do que ser apenas um amontoado de coincidências presumíveis -em que pese a clara afinidade entre os dois temas-, pode também ajudar a suscitar um pensamento sobre o bem comum e a ação coletiva em um mundo tido como fragmentado e globalizado. É também através da ecologia que esse bem comum vem sendo olhado conjuntamente nas últimas décadas, colocando os assuntos ambientais como temática mundial e ultrapassando limites de fragmentação e espaço restrito a pequenos grupos. (PAIVA, 2003: 125)

²⁴ Tradução nossa: “De modo que la comunidad, lejos de ser lo que la sociedad habría roto o perdido, es lo que nos ocurre –pregunta, espera, acontecimiento, imperativo- a partir de la sociedad.”

Outra abordagem de comunidade, de linhagem heideggeriana, pode também nos ajudar a pensar analogamente com a questão ambiental. Distinguindo os estudos de comunidade – que, neste caso, seria igual ao comum- e os estudos comunitários, o filósofo Roberto Esposito abre espaço para se pensar comunidade de dois modos ontologicamente diferentes, em uma estrutura fechada do ser (*Sein*), ou aberta do ser-com (*Mitsein*). Toda a filosofia política tradicional, do conceito de comunidade (*Gemeinschaft*) em Tönnies, ao neocomunitarismo norte-americano, estaria lidando com uma perspectiva substancialista da comunidade (YAMAMOTO, 2014), partindo de indivíduos pré-constituídos.

Esposito, por sua vez, parte já da ideia de um “com” constitutivo, a comunidade como um princípio originário para a vinculação humana. Na etimologia da noção em latim de *communitas*, o radical *cum* é o que nos coloca em relação com o outro, enquanto o *munus* designa uma ideia de dever, obrigação ou encargo: considera-se, portanto, que aquilo que os membros de uma comunidade têm em comum não é algo de positivo, como um bem, propriedade, pertencimento ou essência, mas um dever, uma dívida, uma falta que une as pessoas e as obriga a cumprir certas tarefas (PAIVA, 2012).

Analogamente à noção de dever “originário” trabalhado por Esposito em seus estudos de comunidade, é possível fazermos uma ponte para o campo ambiental através de outro filósofo de influência heideggeriana, ao dialogarmos com a ética que o alemão Hans Jonas buscou construir em “O princípio responsabilidade”, de 1979. Apesar de relacionados a assuntos diferentes, se Esposito fala em um “dever originário”, Jonas fala de “responsabilidade” quando afirma que a ética tradicional já não seria mais suficiente, partindo de uma condição humana drasticamente transformada em função da técnica moderna. Segundo o autor, a atuação humana sobre objetos não humanos não formava um domínio ético relevante, o alcance da ação humana era pequeno - espacial e temporalmente-; e toda ética tradicional dizia respeito ao relacionamento direto de homem com homem, constituindo-se como uma ética antropocêntrica. As máximas da ética tradicional (“ame o teu próximo como a ti mesmo”, “faze aos outros o que gostarias que eles fizessem a ti”, entre outras) teriam ficado confinadas ao círculo imediato da ação, num universo moral preso ao contemporâneo e com o horizonte futuro limitado à extensão do tempo de suas vidas. A técnica moderna, por outro lado, introduziu uma ordem inédita de grandeza, impondo à ética uma nova dimensão de responsabilidade (JONAS, 2006)

Para Jonas, importa o ator coletivo e não o individual, assim como o horizonte da responsabilidade está no âmbito do futuro indeterminado, e não na contemporaneidade da ação. Se a presença do homem no mundo era indiscutível e, então, podia partir daí toda ideia de dever referente à conduta humana, agora a própria presença humana no mundo torna-se um objeto de dever. E é na ideia de que fundamentalmente “deve” haver uma humanidade - e nisto se constitui o seu primeiro imperativo categórico-, que se sustenta o princípio da responsabilidade sobre ações futuras e pelo ser humano que ainda sequer veio ao mundo.

O imperativo categórico de Kant era voltado para o indivíduo, e seu critério era momentâneo. [...] O novo imperativo clama por outra coerência: não a do ato consigo mesmo, mas a dos seus efeitos finais para a continuidade da atividade humana no futuro. E a “universalização” que ele visualiza não é hipotética, isto é, a transferência meramente lógica do “eu” individual para um “todos” imaginário, sem conexão causal com ele (‘se cada um fizesse assim’): ao contrário, [...] as ações do todo coletivo assumem a característica de universalidade na medida real de sua eficácia. (JONAS, 2006, p. 49)

Guardadas as diferenças temáticas e de pensamento entre Jonas e Esposito, talvez seja possível extrair dos dois alguns pontos de contato. Observamos que o dever ético de Jonas –‘como agir?’-, apesar de constitutivamente diferente, se assemelha potencialmente do dever originário que permite o vínculo humano da comunidade em Esposito. Afinal, é apenas a partir de uma “dívida originária” que se possa presumir a necessidade de que, de fato, “deva” existir uma humanidade e, portanto, uma ética inexoravelmente coletiva, um agir coletivo. Ao mesmo tempo, é de fundamental importância que, para se chegar a conclusões ético-ambientais como as de Jonas, tenha-se em mente uma noção de comunidade para além da simples soma de individualidades, isto é, existir como um “ser-com”. Ou seja, que se entenda, de alguma forma, um tipo de dimensão “a priori” ou universal (tais quais as categorias éticas) presente na ideia de comunidade.

A comunidade ou comunidades nas quais o indivíduo mora possuem um tecido de unidade que subjaz, anterior às relações que constrói na coletividade, uma unidade anterior às distinções pressupostas por quaisquer acordos contratuais, aos quais o indivíduo pode aduzir qualquer coisa mais ou menos voluntariamente. A comunidade não é somente anterior ao indivíduo, mas normalmente dura mais que ele.

[...] De fato, não é grande coisa chamar de comunidade um “*a priori* social”. (SCHMITZ In MIRANDA, 1995, p. 185)

Para além do diálogo entre os dois autores, podemos retornar à ideia de *communitas* enquanto dimensão específica de uma “ciência da comunicação”, contanto que entendida enquanto organização simbólica do comum (SODRÉ, 2014). Nesses termos, seria possível estender a concepção e pensar, analogamente, o meio ambiente ou a natureza como também constitutivos deste ser em comum, desta simbólica divisão originária?

Não se pretende aqui responder com exatidão a esta pergunta que, aliás, trata-se de uma analogia com fins puramente reflexivos. O objetivo para nosso trabalho é tão somente buscar, através do escopo teórico desenvolvido no capítulo, deslocar o entendimento especializado e estritamente ambiental que se tem de um ambiente hídrico como a Baía de Guanabara, para pensá-lo, grosso modo, em suas potencialidades de “tornar comum” a toda uma metrópole. Ou seja, se a pesquisa em torno das narrativas construídas sobre a baía no jornal *O Globo* constituem um estudo de “mídia”, estudar a baía sob uma perspectiva comunicacional mais ampla implica, portanto, em inseri-la num cenário extensivo às próprias narrativas que a colocavam como assunto estritamente ambiental ou de “obras de saneamento”. Isso significa pensar a baía (ou sua potencial despoluição) como um projeto de diferentes matizes: social, comunitário, urbanístico, sanitário, econômico, imobiliário, turístico, de segurança pública, desportivo, transporte, entre outros. É também compreendê-la para além de seus 400 km² de espelho d’água, mas como um corpo capilarizado, vascularizado em um tecido conectado, de grandes irrigações por toda a malha urbana. Tomamos, como ponto de partida para esse exercício, o artigo escrito por Tulio Brandão ao jornal *O Globo*, ainda antes da realização dos Jogos Olímpicos.

É preciso impor um novo olhar à baía [...]. Temos que ampliar a conta, incluir os efeitos transversais, significativos, nos indicadores ambientais, no transporte, na saúde, no planejamento urbano, no turismo, na economia e, sobretudo, no desenvolvimento humano fluminense. A Baía limpa transformaria o Estado do Rio. (O GLOBO, 15/12/2014: 15)

Cabe recordarmos aqui, por exemplo, algumas das matérias que chamamos a atenção, desde o final dos anos 1970, que sinalizavam um processo de desvalorização

de bairros cariocas que costeavam a baía, em especial os do subúrbio, já sob a chaga da crescente violência urbana. Evidentemente não é nosso propósito estabelecer relações causais entre a baía e a violência, mas também não é difícil enxergar sua poluição como propulsor de um compósito de degradações e esquecimentos de uma grande região economicamente menos favorecida, quando posta em comparação aos bairros “oceânicos”. Mencionamos ainda, e aí sim de forma direta, a relação entre a ilicitude e a baía, seja nas antigas apreensões de contrabandistas de diversos produtos, seja nas facções criminosas espalhadas em torno da baía. Além de receberem drogas e armas através de pequenas embarcações, estas ainda são eventualmente “protegidas” do aparato policial que, devido ao intenso assoreamento, tem dificuldades de navegação em determinadas regiões.

Do ponto de vista socioeconômico, é notável a incidência dos maiores índices de renda per capita e qualidade de vida, quanto mais os bairros se aproximam das praias oceânicas, nos dois lados da baía. Na costa oeste, no Rio de Janeiro, com exceção da Ilha do Governador (que ainda apresenta índices socioeconômicos relativamente altos para a média da cidade), a faixa da renda²⁵ cresce, em média, gradativamente à medida que se aproxima do oceano: Flamengo e Botafogo (na entrada da baía); Copacabana (na parte externa da baía); Ipanema, Leblon e São Conrado (mar aberto). Subindo à noroeste, os índices de vulnerabilidade social (IVS)²⁶ que correspondiam a “muito baixo” na Zona Sul aumentam paulatinamente, passando para “médio” e “alto” pelas favelas da Maré, região de Ramos, Duque de Caxias e Magé. Do outro lado da costa, a vulnerabilidade social de São Gonçalo aparece como “muito alta” e diminui até chegar, em Icaraí e na região oceânica de Niterói, aos mesmos níveis dos bairros nobres cariocas. A mesma tendência metropolitana também vale, via de regra, para o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e para a renda per capita da região.

²⁵Dados do IBGE, 2014. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Renda.png>

²⁶ Dados do Censo 2010, publicados pelo Atlas da Vulnerabilidade Social das Regiões Metropolitanas Brasileiras do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26406

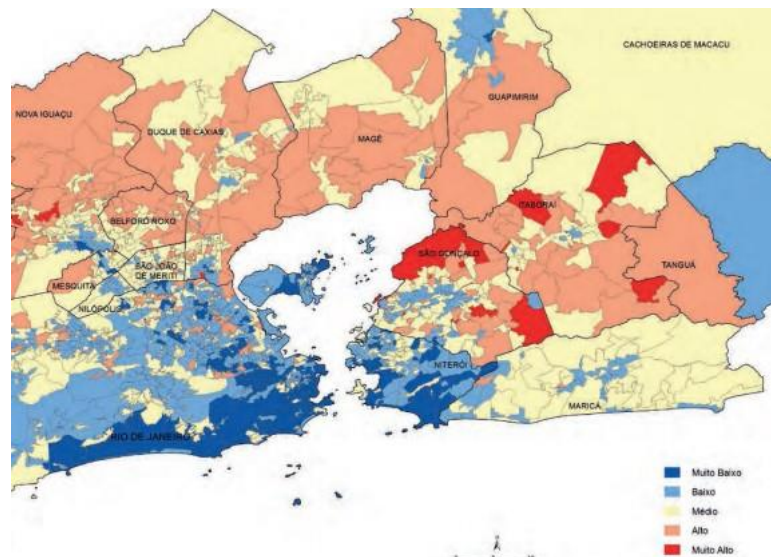


Figura 16: Mapa do IVS focado na Bacia Hidrográfica da baía e a costa oceânica
Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social, do IPEA

Basicamente, a exclusão social que reiteradamente é contrastada entre o sul e o norte carioca, poderia ser igualmente interpretada como “oceânica” e “da baía”, caso quiséssemos chamar a atenção para o caráter praiano de uma cidade economicamente vinculada à sua vocação turística. No entanto, não se trata aqui de tecer uma relação causal direta e inequívoca entre a poluição da baía e os baixos indicadores socioeconômicos do fundo da baía, mas de alertar para as muitas facetas que – recorrentemente ignoradas nas narrativas produzidas – rondam uma problemática que, em geral, fica restrita à questão ambiental. É imperativo imaginar e questionar, seja no âmbito do planejamento e da execução de políticas públicas, seja na discussão travada na opinião pública (destacam-se a mídia e a academia, por exemplo), quais benefícios “indiretos” estariam atrelados à recuperação de toda esta região.

Chama a atenção, ainda, o aspecto racial observado nas localidades que circundam a baía. Seguindo semelhante à trajetória de mapeamento dos indicadores de vulnerabilidade social, os bairros oceânicos do Rio de Janeiro também concentram a maior quantidade de brancos da cidade, enquanto o número de pretos e pardos aumenta a partir da Zona Portuária em diante, costeando a baía e alastrado pelo “interior” – a exceção, novamente, é a Ilha do Governador. A maior concentração de negros se dá no fundo da baía, entre Duque de Caxias e São Gonçalo, passando por Magé, justamente as regiões de menor cobertura de saneamento básico.

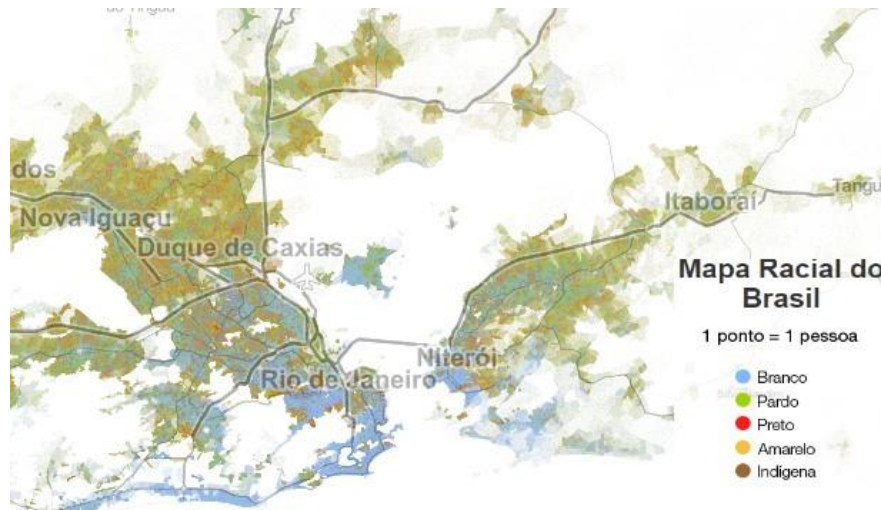


Figura 17: Mapa Racial mostra maior concentração de negros ao fundo da baía

Fonte: Mapa Racial do Brasil a partir de dados do Censo 2010²⁷

Apesar das crises ambientais planetárias serem recorrentemente referenciadas como um mal que, dito em senso comum, afetaria todos os humanos da mesma maneira, é necessário realçar – e aqui aludimos ao importante conceito de justiça ambiental- o caráter discriminatório das crises ambientais. O caso da poluição na Baía de Guanabara não é diferente e corrobora, em abordagens socioeconômicas e étnicas, a desigualdade de riscos ambientais socialmente induzidos. Talvez não seja exagero acenarmos, portanto, à possibilidade de existência de mais um caso de racismo ambiental - termo nascido no contexto norte-americano para demonstrar a alocação de rejeitos tóxicos em comunidades negras (ACSELRAD, 2002)- no momento em que, ao longo do recôncavo da baía, as populações com maior concentração de negros são desprovidas de redes mínimas de saneamento básico, com conseqüente contaminação de recursos hídricos, além de localizadas mais próximas às zonas industriais da metrópole ou mesmo de grandes “lixões” ilegais. Ao mesmo tempo, se a baía é poluída justamente pela falta desse saneamento, cabe indagar-nos o que significa a não priorização de um plano de despoluição no orçamento estadual, em detrimento de uma série de obras realizadas no período pré-olímpico - destaca-se aqui, por exemplo, a incompleta construção da linha 4 do metrô, ao custo total de quase 10 bilhões de reais²⁸. Em suma, há também a possibilidade de deslocamento da questão orçamentária: a falta de interesse está no

²⁷ Disponível em: <http://patadata.org/maparacial/>

²⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/07/01/mpf-aponta-que-uso-do-tatuzao-nas-obras-da-linha-4-do-metro-deixou-orcamento-mais-carro.shtml>

orçamento ambiental e sanitário como um todo, ou localiza-se, geograficamente, nas áreas de maior vulnerabilidade social e menor poder de influência decisória?

Ainda descortinando alguns dos impactos da poluição na baía, em junho de 2017, a seção de “Opinião” d’*O Globo* publicou na versão on-line do jornal um excelente texto²⁹ da bióloga Ana Elisa Fonseca, que não aparecia em nossos filtros de pesquisa do jornal impresso. Problematizando a associação exclusiva entre saúde e falta de saneamento básico da região, o pequeno artigo nos ajuda a complexificar as potencialidades de uma recuperação da baía, mencionando a questão de saúde pública para além das doenças sanitárias, mas também ligada à dimensão do lazer.

Qual o custo social da poluição da Baía de Guanabara? Quanto se perde com o turismo e o lazer com o seu estado atual? Estas são perguntas complexas e que podem ser respondidas sob vários aspectos. Se considerarmos que o lazer está intimamente relacionado à saúde física e mental, podemos facilmente associar um incremento nos gastos com a saúde da população que vive em áreas degradadas, ou próximas a elas. (O GLOBO, 06/06/2017)

Já sob o ponto de vista turístico, tendo em vista a já mencionada centralidade da baía no contexto carioca das primeiras décadas do século XX, bem como a posterior associação da imagem da cidade às praias oceânicas, ao samba, sexo e a violência - esta última, a partir da década de 1970 (CASTRO, 2011)-, recusamos qualquer tipo de abordagem que leve em conta as localidades turísticas como “naturais”. Ou seja, entendemos que o reconhecimento de um lugar como “turístico” é, acima de tudo, uma construção cultural –com um sistema de significados cuja realidade turística pode ser não apenas estabelecida, mas também negociada- e que envolve, fundamentalmente, processos de seleção e escolhas que enfatizam determinados elementos em detrimento de outros (CASTRO, 2006). Isto posto, reiteramos que um novo deslocamento dos territórios “turísticos” do Rio de Janeiro não é algo intangível ou sonhador, mas perfeitamente suscetível às decisões de políticas públicas que vierem a ser adotadas: curiosamente, o melhor exemplo deste deslocamento está na própria baía, na reconfiguração da zona portuária e sua inserção definitiva no mapa turístico da cidade.

A subutilização turística da parte mais esquecida da baía (o lado ao norte da Ponte Rio – Niterói) inclui, por exemplo, localidades como as belas praias nas ilhas de

²⁹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/o-perverso-custo-da-poluicao-da-baia-de-guanabara-21439001>

Paquetá, Brocoió, Jurubaíba e Tavares; as praias da Ilha do Governador e da Ilha do Fundão; a Igreja da Penha e a Praia de Ramos; a região de Magé, antiga Guia de Pacobaíba, com a primeira estação ferroviária do país; toda região de manguezais da Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim, emoldurada pelas silhuetas da região serrana, ao fundo; as isoladas e bucólicas praias da Luz e São João em Itaoca - São Gonçalo; além do ecoturismo subaquático, mergulho e observação de espécies que tentam sobreviver. Ainda assim, se levarmos em conta a baía como um todo, não podemos apartar seu espelho d'água dos dois maiores pontos de visitação do estado: o Corcovado (que pouco valeria sem a vista a partir da enseada de Botafogo), que recebe em torno de 1,7 milhão de visitantes ao ano, e o Pão de Açúcar, na entrada da baía, com cerca de 1,5 milhão de visitas anuais³⁰. O trabalho de valoração econômica nos fornece uma dimensão monetária do que significam esses números e o potencial subutilizado de toda a região.

Assumindo, de forma conservadora, um gasto médio diário de R\$ 300,00 por pessoa por dia de visita [...], e um efeito multiplicador de 1,5, pode-se estimar que a demanda econômica gerada pela visitação relacionada à Baía de Guanabara   de pelo menos R\$ 2,7 bilhões anuais. [...] Por outro lado, deve-se considerar que o custo das oportunidades desperdiçadas também se situa na casa dos bilhões de reais anuais. Em outras palavras, tratar a Baía de Guanabara como depósito de resíduos é jogar dinheiro fora! Por fim, deve-se considerar outras dimensões de valores que, embora sejam mais difíceis de monetizar, são talvez ainda mais importantes. A Baía de Guanabara é uma imensa área desaproveitada de recreação e lazer para o próprio habitante do seu entorno (extensas praias de areia, pesca esportiva, esportes náuticos, etc.). (YOUNG & MEDEIROS, 2017)

Mesmo que fundamental para as nossas pretensões neste trabalho, um trabalho de valoração sob o ponto de vista tradicional da economia ainda seria incapaz de apreender a proporção que teria uma despoluição. Se levarmos em conta, por exemplo, o chamado “paradigma da polinização” (BOUTANG, 2012), orientado a considerar dentro da cadeia produtiva das abelhas não apenas a produção de mel e cera, mas a própria polinização como uma atividade essencial e sist mica, teremos aí um exemplo clássico de externalidade positiva. É, basicamente, um recurso “invisível” e incorporado   produção, sem que esta o leve em conta. Indagamos, por exemplo, o quão “invisível”

³⁰ Dados do Anuário Estatístico de 2014 da Secretaria de Estado de Turismo. Disponível em: <http://www.turismo.rj.gov.br/downloads/Anu%20Estat%20ADstico%202014.pdf>

e “positiva” seria a transformação do imaginário, para a Região Metropolitana, de uma baía ecologicamente sustentável.

O olhar abrangente que sugerimos passa, além das dimensões econômicas, turísticas e sanitárias, também pela percepção dos vínculos existentes em toda a região. É também preciso compreender a extensão desses impactos sob o ponto de vista das sociabilidades urbanas da metrópole e das vinculações comunitárias das localidades, bairros e cidades margeadas pelas águas da Guanabara. Algumas das perceptíveis consequências compreendem desde hábitos de lazer, como o usufruto das praias da baía, aos deslocamentos territoriais forçados: a ida de moradores das periferias (de vários municípios) às praias da Zona Sul e Oeste do Rio e Niterói e o preconceito alimentado nesses “conflitos territoriais”, bem como a estigmatização dos seus territórios de origem, tidos como malcheirosos, fétidos e sanitariamente inadequados. E é justamente a figura do “lugar”, na visão do antropólogo e biorregionalista Gary Snyder e segundo interpretação de Farhi Neto, que se constitui como uma importante parte do nosso modo de ser.

O lugar é condição de nossa forma e aspecto presentes [...] O lugar é determinante para o nosso modo de falar – expressões idiomáticas e pronúncia, que colorem nossa linguagem, carregam consigo os traços do lugar de onde viemos [...]. A experiência recalcada do lugar é condição de nossa humanidade, a ser redescoberta, se quisermos nos compreender em nossa integralidade. (FARHI NETO, 2006: 40)

A restrição de uso das dezenas de praias³¹ da baía parece configurar ao menos dois fenômenos de ordem social: a perda do potencial de vinculação comunitária e de pertencimento territorial dos moradores das zonas suburbanas do Grande Rio; e o acirramento de experiências sociais segregadas entre as periferias e as zonas sul e oeste carioca e fluminense. Os moradores das regiões mais abastadas deixam de conhecer e frequentar o que poderiam ser as belezas de dezenas de localidades no recôncavo da baía. Assim, leva-se em conta que a experiência de “ir à praia” constitui mais do que simplesmente tomar um banho de mar, mas um inerente lugar de sociabilidades. Da comunicação verbal das rodas de conversa às modalidades esportivas coletivas, podemos pensar a praia também como um tipo de “comunidade do afeto” (PAIVA, 2012), onde convivem individualidades, expressividades e modos de vida, em

³¹ ³¹ De acordo com o Instituto Baía de Guanabara, são 44 praias em toda sua extensão. Disponível em: http://baiadeguanabara.org.br/site/?page_id=4813

moradores e frequentadores, barraqueiros, vendedores, esportistas, lixeiros e artistas. A atividade de ir à praia passa também pelo enriquecimento das experiências da cidade: almoçar na região, passear pelo bairro, conhecer outras pessoas, ou seja, uma grande troca cultural.

Cabe ainda pensarmos a Baía de Guanabara sob um dos primeiros entendimentos acerca do uso moderno da palavra comunicação: no sentido próximo ao de “transporte”, em que também destacamos o potencial hidroviário da região, ainda subutilizado. A ideia da recuperação da baía como um amplo projeto de urbanismo, mais do que ambiental, é uma via de mão dupla, no momento em que a própria requalificação urbana pode induzir a recuperação ambiental, ao mesmo tempo em que o avanço ambiental pode mudar a cidade de patamar no sentido urbanístico.

A despolição da Baía de Guanabara, em uma cidade que valoriza de sobremaneira sua frente marítima representa para a relação cultura-natureza, emerge como novo paradigma para o urbanismo. Pode-se imaginar o que significa alcançar a sua balneabilidade para bairros como Ramos, Ilha do Governador, Penha ou cidades como Duque de Caxias, Niterói, São Gonçalo e Itaboraí. Uma imensa potencialidade de frente marítima se abre para a cidade, com o ganho de uma enorme valorização da autoestima da população nesses locais com a balneabilidade das águas da baía. (MOREIRA, 2015: 71)

Para finalizar, e ainda progredindo no domínio urbanístico, sugerimos que se, por analogia, assim como uma praça pode propiciar a vitalidade de um bairro, a baía é vital para a integração de toda região metropolitana, sendo a grande região de interseção de diferentes culturas. Representa, por assim dizer, um espaço de pertencimento de diversos segmentos da população das cidades ao seu redor, grupos que constroem formas diversas de viver tendo, na baía, um grande valor identitário, a partir do usufruto de suas praias, no patrimônio imaterial de suas paisagens ou mesmo nas expressividades festivas e religiosas de suas águas. Compreender a Baía de Guanabara sob uma perspectiva comunicacional é, portanto, uma atitude necessariamente não disciplinar. Pressupõe que se faça emergir as diversas dimensões que a tornam aquilo que, frequentemente, esquecemos que a baía é: gênese do imaginário da cidade e principal território comum da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho pudemos refletir sobre algumas das muitas narrativas sobre a baía no meio jornalístico. Num primeiro momento, a baía idílica e central na vida carioca era referenciada ainda como um pano de fundo das matérias, até que assumisse, numa etapa posterior, o posto de pauta principal das notícias, no seio de seu processo de poluição. Basicamente, a baía vira notícia quando sua fauna entra em perigo, e a noticiização se multiplica quando o perigo é estendido à saúde humana, em meio aos surtos de hepatite na virada dos anos 1970. A linguagem técnica e distante das primeiras matérias deu espaço a uma construção narrativa mais consistente, entrevistando banhistas que ainda ignoravam as interdições das praias, médicos que alertavam para o problema da hepatite, pescadores que perdiam suas rendas. Frequentemente era empregado o recurso narrativo de rememorar os tempos áureos de uma baía reverenciada por viajantes ao longo dos séculos, enriquecendo o ato narrativo de “contar uma história”, primordial à atividade jornalística.

Elucidar a trajetória dessas narrativas nos foi importante, primeiro, para melhor compreender alguns estereótipos propagados no senso comum sobre a baía, especialmente entre os que não tiveram a oportunidade de vê-la em uma situação ambiental mais favorável. Vislumbrar que num passado nem tão longínquo a baía sequer era pautada por seus problemas ambientais - mesmo que isso possa dizer mais a respeito do jornalismo da época do que propriamente da baía naqueles anos- significa, para os mais jovens, reimaginar a baía limpa como algo palpável, indo além do conformismo com sua suposta “poluição intrínseca”, presente no noticiário das últimas décadas. É, igualmente, uma oportunidade de recordar o caminho percorrido por diversas promessas políticas de despoluição, entendendo não haver truque de mágica para tal que não passe por uma medida que, como o próprio nome diz, é básica: o saneamento, condição *sine qua non* para qualquer desenvolvimento metropolitano.

Apesar de, no início, as denúncias ambientais centrarem-se mais no problema do óleo despejado por navios, o lançamento de esgotos *in natura* logo se torna o principal vilão da baía, e as promessas de combater os problemas vêm desde o *boom* do verão de 1970. Suas correntes marítimas foram exaustivamente estudadas, e os projetos de saneamento sucederam-se: do inviável interceptor norte - um gigante cinturão de esgoto ao redor da baía que descarregaria em alto mar - ao entendimento atual, formulado

ainda nos anos 1980, de tratar os esgotos e lançá-los mesmo no interior da baía, em função das correntes de renovação de suas águas.

Com o agravamento da poluição, a Baía de Guanabara logo se torna símbolo de lutas ambientais emergentes no processo de redemocratização brasileira, cujo ápice se deu na esteira da conferência da ONU no Rio de Janeiro, em 1992. Percorrer a história e conceitos dos movimentos ambientalistas, junto às entrevistas de importantes figuras do jornalismo especializado na área, nos fez compreender a necessidade de se olhar a questão ambiental de forma mais abrangente, complexa e sistêmica. No caso específico da baía, a necessidade de realocá-la para um lugar além do estritamente ambiental (usual às inúmeras reportagens que a referenciam) nos pareceu indispensável para concebê-la de uma forma tal que, futuramente, a sua despoluição possa ser demanda prioritária da sociedade e prioridade inadiável do Poder Público. Para isso, entendemos que se torna impreterível entender a baía como um ambiente dilatado, além de seu espelho d'água, e que perpassa as diversas dimensões da vida social da metrópole, da saúde ao transporte, passando pela segurança pública e lazer.

A tentativa aqui empregada de descortinar, em diferentes áreas do conhecimento, alguns dos impactos da baía para a Região Metropolitana foi uma primeira abertura para compreender a baía sob um olhar comunicacional. Isso especialmente se entendermos o desenvolvimento da ciência da comunicação, tanto em sua concepção originária como em um possível futuro epistemológico dessa área, como um campo científico pós-disciplinar, como sugere Sodré (2014). Igualmente, se a temática ambiental pode ser entendida como objeto de estudos da comunicação, é novamente fundamental que ela seja retirada de uma ordem estritamente disciplinar, permitindo à pauta ambiental voar mais alto e alcançar uma maior abrangência. O desafio de fazer confluir comunicação e meio ambiente é próprio de nossa época e provoca o futuro: “Os novos comuns ou serão ecológicos ou não serão grande coisa” (BOUTANG, 2012: 91).

Finalmente, uma proposta última que sugerimos engloba jornalismo e academia, juntos, no objetivo de diálogo com a sociedade e ampliação de sua percepção acerca dos temas ditos ambientais. Nesse sentido, quando intitulamos o último capítulo com o termo “imaginar a baía”, aludimos não só às teorias de imaginário social e do passado e presente da baía, mas à necessidade de introdução desta ordem “imaginária” aos temas cobertos pelo jornalismo ambiental. Relembramos, por exemplo, a ideia de “imaginação

criadora” de Bachelard, cujo potencial criador está no próprio seio da inovação: “Como prever sem imaginar?” (BACHELARD apud PESAVENTO, 1995: 21).

Poderíamos ter, a partir do âmbito imaginativo –representado aqui pela conciliação entre academia e mídia na construção e divulgação de estudos interdisciplinares valorativos e de externalidades de diferentes ordens- a proposta de um eixo aglutinador. Um eixo que permita imaginar e construir narrativas de temas “ambientais” afastados de algumas das síndromes identificadas neste campo, como as dualidades entre concepções de “catástrofe” e “idílica”; ou entre a “denúncia” e o “bom exemplo”. Imaginar cenários possíveis de uma baía despoluída (inclusive representados em imagens como a “Figura 10”, na página 72), isto é, projetar externalidades positivas, é uma saída possível para, via academia e mídia, aproximar a sociedade de temas ditos e entendidos como estritamente ambientais. Em nossa perspectiva comunicacional sobre a baía, é justamente esta dimensão “imaginária” que propomos ser o bojo a interligar os estudos de mídia do primeiro capítulo e a visão ampliada de comunicação do último. A pretensão é de que sirva, quem sabe, à ampliação e ao deslocamento do olhar não apenas no caso guanabarrino, mas em outras abordagens que busquem uma conciliação ainda maior entre o meio ambiente e a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio. *Sobre a memória das cidades*. In: Revista Território, n.4. Rio de Janeiro, 1994

ACSELRAD, Henri. *Justiça ambiental e construção social do risco*. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, n.5, pp.49-60. Curitiba, 2002.

ALENCAR, Emanuel. *Baía de Guanabara: descaso e resistência*. Rio de Janeiro: Mórula, 1.ed., 2016.

ALONSO, Angela.; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. *Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro*. In: Novos Estudos, n.78, pp.151-167. São Paulo, 2007

AMADOR, Elmo. *Baía de Guanabara: ocupação histórica e avaliação ambiental*. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.

ANAZ, Sílvio et al. *Noções do imaginário: perspectivas de Bachelard, Durand, Maffesoli e Corbin*. In: Revista Nexi, n.3. São Paulo, 2014

ASSUNÇÃO, Alexandre Vergínio. *A poética do intelecto: relações entre o imaginário e a tecnologia na formação técnico-profissional*. In: Pelotas, n.48. Pelotas/RS, 2014.

BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*. In: LEACH, Edmund et al. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BAL, Mieke. *Teoría de la narrativa (una introducción a la narratología)*. Madrid: Cátedra, 1990.

BARBIER, René. *Sobre o imaginário*. In: Em Aberto, ano 14, n.61. Brasília, 1994.

BARBOSA, Marialva. *Escravos e o mundo da comunicação: oralidade, leitura e escrita no século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

_____. *O que a história pode legar aos estudos de jornalismo*. In: Revista Contracampo, n.12. Niterói, 2005.

BARROS, José D'Assunção. *História, imaginário e mentalidades: delineamentos possíveis*. In: Conexão, v.6, n.11. Caxias do Sul, 2007.

BELMONTE, Roberto Villar. *Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro*. In: Revista Brasileira de História da Mídia, vol.6, n.2, pp. 110-125. Porto Alegre, 2017.

BOUTANG, Yann M. *Revolução 2.0, comum e polinização*. In: COCCO, Giuseppe & ALBAGLI, Sarita. *Revolução 2.0 e a crise do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

- BROCKIS, Graham. *Preventing Oil Pollution of the Sea*. Meeresunters, 1967. pp.296-298
- BUENO, Wilson. *Jornalismo ambiental: explorando além do conceito*. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, n.15. Curitiba: Editora UFPR, 2007.
- CASTRO, Celso. *Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro*. In: VELHO, Gilberto (Org.) *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- _____. *Destino: cidade maravilhosa. Turismo no Rio de Janeiro*. In: Espaço Cultural FGV. Rio de Janeiro, 2011.
- COELHO, Victor. *Baía de Guanabara: uma história de agressão ambiental*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
- DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hueitee: NUPAUB-USP/CEC, 2008
- DRUMMOND, José Augusto. *A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. In: Estudos Históricos vol.4, n.8, pp.177-197. Rio de Janeiro, 1991.
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2012.
- ESPIG, Marcia Janete. *O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela História*. In: Textura, n.9, pp 49-56. Canoas/RS, 2003.
- ERMAKOFF, George. *Paisagem do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: G.Ermakoff Casa Editorial, 2011.
- FARHI NETO, L. *Concepções filosóficas e ambientalistas*. In: Ethic@, v.5, n.3, pp. 33-56. Florianópolis, 2006.
- FERREZ, Gilberto. *A muito leal e heroica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FAC-Símile, 1965
- FRANCO, Maria. *Planejamento Ambiental para a cidade sustentável*. São Paulo: Annablume, Fapesp. 2008. pp.11-23
- GASPAR, Cláudia. *Orla carioca: história e cultura*. São Paulo: Metavídeo, 2004.
- GIRARDI, Ilza et al. *Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental*. In: C&S, v.34, n.1, p.131-152. São Bernardo do Campo, 2012.

GUSFIELD, Joseph R. *The Culture of Public Problems: Drinking-Driving and the Symbolic Order*. Chicago, 1981. pp.1-20

IMANISHI, Helena Amstalden. *A metáfora na teoria lacaniana: o estádio do espelho*. In: Boletim de psicologia, v. LVIII, n. 129, pp. 133-145. São Paulo, 2008.

JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed PUC-Rio, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Campinas, SP: Papirus, 1989.

LIMA, Luís Corrêa. *História, meio ambiente e cultura: a contribuição teórica de Fernand Braudel*. In: Em Debate 02 (PUC-Rio). Rio de Janeiro, 2005.

LOPES, Nei. *Nas águas desta baía há muito tempo: contos da Guanabara*. Rio de Janeiro: Record, 2017.

MAFFESOLI, Michel. *O imaginário é uma realidade (entrevista)*. In: Revista Famecos, v.1, n.15, pp 74-81. Porto Alegre, 2001.

McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história dos movimentos ambientalistas*. Rio de Janeiro: Relume-Durnarã, 1992.

MISSE, Michel. *Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. In: Civitas, v.8, n.3, pp. 371-385. Porto Alegre, 2008.

MOREIRA, Pedro da Luz. *A Baía de Guanabara e seu potencial de reequilíbrio da cidade metropolitana do Rio de Janeiro*. In: Trama, v.1, n.1. Rio de Janeiro, 2015.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MOTTA, Luiz G. *Análise Pragmática da Narrativa Jornalística*. In: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2005.

NANCY, Jean-Luc. *La comunidad inoperante*. Santiago de Chile: Escuela de Filosofia Universidad ARCIS, 2000.

PÁDUA, José Augusto. *As bases teóricas da história ambiental*. In: Estudos Avançados n.24 (68), pp.81-101. São Paulo, 2010.

PAIVA, Raquel. *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

_____. *Jornalismo comunitário: uma reinterpretação da mídia (pela construção de um jornalismo pragmático e não dogmático)*. In: Revista FAMECOS, n.30. Porto Alegre, 2006.

_____. *Novas formas de comunitarismo no cenário da visibilidade total: a comunidade do afeto*. In: Revista Matrizes, v. 6, n.1-2, p.63-76. São Paulo, 2012.

PESAVENTO, Sandra. *Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário*. In: Revista Brasileira de História, v.15, n.29, pp 9-27. São Paulo, 1995.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

SALES, Léa Silveira. *Posição do estágio do espelho na teoria lacaniana do imaginário*. In: Revista do Departamento de Psicologia – UFF, v.17, n.1, pp 113-127. Niterói, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes*. In: Novos Estudos, n.79, pp.71-94. São Paulo, 2007.

SCHMIDT, João Pedro. *Comunidade e comunitarismo: considerações sobre a inovação da ordem sociopolítica*. In: Ciências Sociais Unisinos, v.47, n.3, pp.300-313. São Leopoldo - RS, 2011.

SCHMITZ, Kenneth. *Comunidade: a unidade ilusória*. In: MIRANDA, Orlando. *Para ler Ferdinand Tönnies*. São Paulo: EDUSP, 1995.

SILVA, Gislene. *Imaginário coletivo: estudos do sensível na teoria do jornalismo*. In: Revista Famecos, v.17, n.3, pp 244-252. Porto Alegre, 2010

SILVA, Juremir Machado. *As tecnologias do imaginário*. Porto Alegre. Ed. Sulina, 2012.

SODRÉ, Muniz. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. *Um imaginário ativo na cultura nacional*. In: Revista Famecos, n.40, pp 23-27. Porto Alegre, 2009.

_____. *A ciência do comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TAVOLARO, Sergio Barreira de Faria. *Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

THOREAU, Henry D. *Walden ou A vida nos bosques*. Porto Alegre: L&PM, 1.ed., 2016.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. Volume 1. Florianópolis: Insular, 2.ed., 2005.

URBAN, Teresa. *Missão (quase) impossível: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2001.

YAMAMOTO, Eduardo Y. *O conceito de comunidade na comunicação*. In: Revista FAMECOS, v.21, n.2, p.438-458. Porto Alegre, 2014.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann.; MEDEIROS, Rodrigo. *Baía de Guanabara: um olhar econômico*. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326986425_Baia_de_Guanabara_um_olhar_economico

ZAGNI, Rodrigo. *“Imagens Projetadas do Império” O Cinema Hollywoodiano e a Construção de uma Identidade Americana para a Política de Boa Vizinhaça*. In: Cadernos PROLAM/USP. Ano 8, vol.1. São Paulo, 2008.